



*Exmo. Senhor*

*Presidente da Assembleia Municipal de Sintra*

*Dr. Sérgio Sousa Pinto*

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência  
GAOM

Data  
11.06.2019

ASSUNTO: Proposta n.º 513-P/2019

«Deliberar sobre a transferência das novas competências, nos termos da proposta.»

Ao abrigo do disposto nos artigos 25.º, n.º 2, alínea k), 32.º e 33.º, n.º 1, alínea ccc) do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 4.º, n.º 2, alínea b), da Lei n.º 50/2018, de 18 de agosto, solicito a V. Exa. que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião de Câmara realizada a 11 de junho de 2019.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA



**Basílio Horta,**



CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

**DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL**

*(texto aprovado em minuta)*

13

Nos termos do Art.º 57.º, n.ºs 3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária e Pública de 30 de outubro de 2017 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 824-P/2017, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária 11-06-2019**.

Proposta n.º 513-P/2019, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO:

*Aprovada por unanimidade.*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 11 de junho de 2019.

O Presidente



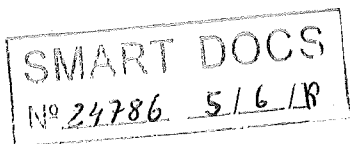
Basílio Horta

O Coordenador Técnico



Vítor Castro





Proposta n.º <sup>513</sup> – P/2019

Considerando que a prossecução da missão de serviço público legalmente cometida às Autarquias constitui o principal objetivo dos serviços municipais, atendendo à imanente satisfação das necessidades coletivas das populações;

Considerando que a respetiva atividade prestacional envolvida deve pautar-se por critérios de racionalidade, eficácia, eficiência e demais vetores indutores da otimização dos resultados, sempre orientados para a progressiva melhoria das condições de vida das populações;

Considerando que o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, veio reiterar a natureza genérica das atribuições autárquicas, pelo que as matérias que respeitem à promoção e à salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações devem ser caracterizadas como obrigações de natureza prestacional, de fomento ou outra, necessariamente a cargo das autarquias locais (ex vi do disposto no nº 1 do artigo 23º);

Considerando que as atribuições municipais devem ser parametrizadas à luz do regime legal vigente, particularmente no que respeita à distribuição das obrigações de serviço público entre a Administração Central e a Administração Local, com vista à efectiva satisfação das necessidades coletivas envolvidas;

Considerando que, nesse contexto, importa ter presente o regime jurídico recentemente introduzido na ordem jurídica nacional, por via da publicação da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, a qual estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, ao abrigo dos princípios da

Reunião de

11 JUN. 2019

1



Doctº Agendado com o  
Nº 13

subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;

Considerando a publicação dos respetivos diplomas sectoriais concretizadores da transferência das novas competências;

Considerando que, da Lei nº 50/2018 e dos diplomas que concretizam a aplicação do seu regime, resulta que as competências neles previstas são transferidas automaticamente, no caso de inexistência de pronúncia por parte do Município, relativamente a cada um deles, no sentido do não exercício de tais competências, por referência ao ano de 2020, sendo que as mesmas, a partir de janeiro de 2021, passam, inexoravelmente, a constituir incumbência da Autarquia.

Considerando que a decisão do Município relativamente ao ano de 2020 deve ser comunicada à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), até ao próximo dia 30 de junho;

Considerando que a tomada de posição da Autarquia carecia de uma prévia ponderação sectorial, tendente ao respetivo enquadramento e preparação, constituí, por via dos meus Despachos nº s 2 e 14 –P/2019, um Grupo de Missão, o qual ficou incumbido da elaboração do competente relatório;

Considerando que o contributo do Grupo de Missão se encontra concluído, tendo sido elaborado o Relatório que agora anexo à presente Proposta;

Considerando, por fim, o teor e as conclusões do referido Relatório, o qual dou como integralmente reproduzido.

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13

2

Ao abrigo do disposto nos artigos 25º, nº 2, alínea k), 32º e 33º, nº 1, alínea ccc), do RJAL, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 4º, nº 2, alínea b), da Lei nº 50/2018, de 18 de agosto (e demais diplomas concretizadores da transferência de novas competências)

**Tenho a honra de submeter à Câmara Municipal** a presente Proposta e o mencionado Relatório do Grupo de Missão, propondo, em conformidade, que a **Assembleia Municipal** delibere o seguinte:

1 – **Não aceitação** da transferência das competências no ano de 2020 relativamente aos seguintes diplomas e respetivas áreas materiais (embora sem prejuízo do cumprimento das disposições legais imperativas que deles decorram):

**Decreto-Lei n.º 97/2018**, de 27 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres);

**Decreto-Lei n.º 98/2018**, de 27 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo);

**Decreto-Lei n.º 99/2018**, de 28 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da promoção turística);

**Decreto-Lei n.º 100/2018**, de 29 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação);

**Decreto-Lei n.º 101/2018**, de 29 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça);

Reunião de

11 JUN. 2019

3



**Decreto-Lei n.º 102/2018**, de 29 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento);

**Decreto-Lei n.º 103/2018**, de 29 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários);

**Decreto-Lei n.º 104/2018**, de 29 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão);

**Decreto-Lei n.º 105/2018**, de 29 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação);

**Decreto-Lei n.º 107/2018**, de 29 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público);

**Decreto-Lei n.º 20/2019**, de 30 de janeiro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos);

**Decreto-Lei n.º 22/2019**, de 30 de janeiro (Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios no domínio da cultura);

**Decreto-Lei n.º 23/2019**, de 30 de janeiro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde)

(Em tese, a pronúncia relativamente a este diploma estaria dependente da publicação do Despacho conjunto previsto no diploma (o que ainda não sucedeu), no entanto, consultado o site da DGAL, verifica-se que está igualmente aberta a submissão da declaração de aceitação, pelo que também se propõe a pronúncia de não aceitação);

**Decreto-Lei n.º 32/2019**, de 4 de março (alarga as competências dos órgãos municipais do policiamento de proximidade);

**Decreto-Lei n.º 44/2019**, de 1 de abril (concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção civil)

**Decreto-Lei n.º 58/2019**, de 30 de abril (Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do serviço público de

Reunião de

11 JUN. 2019

4

transporte de passageiros regular e de transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores);

**Decreto-Lei n.º 72/2019**, de 28 de maio (Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio e dos portos ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais principais e secundários e gestão das áreas sob jurisdição portuária sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva e de áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária);

2 –**Aceitação** da transferência das novas competências relativamente aos seguintes diplomas e respetivas áreas materiais:

**Decreto-Lei n.º 106/2018**, de 29 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização);

**Decreto-Lei n.º 21/2019**, de 30 de janeiro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação).

Paços do Município de Sintra, 5 de junho de 2019

O Presidente da Câmara,



(Basílio Horta)

Reunião de

11 JUN. 2019

Docº Agendado com o  
Nº 13

GRUPO DE MISSÃO  
DESPACHOS N.º 2 e 14-P/2019

RELATÓRIO

-I-

INTRODUÇÃO

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Lei Quadro), veio definir o regime geral da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

Na sequência da publicação da Lei Quadro, o legislador ordinário tem vindo a legiferar no domínio competencial, concretizando, assim, a transferência legal de diversas competências, cometendo-as aos municípios, concedendo-lhes, ainda assim e por um período de tempo limitado, a faculdade de fazer sobrestar tal transferência.

Destarte, já foram, entretanto, publicados os seguintes diplomas concretizadores da transferência de competências:

» **Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro** (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das **praias** marítimas, fluviais e lacustres);

» **Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro** (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de **jogo**);

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o

Nº 13



» **Decreto-Lei n.º 99/2018**, de 28 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da **promoção turística**);

» **Decreto-Lei n.º 100/2018**, de 29 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de **comunicação**);

» **Decreto-Lei n.º 101/2018**, de 29 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da **justiça**);

» **Decreto-Lei n.º 102/2018**, de 29 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por **fundos europeus** e dos programas de captação de investimento);

» **Decreto-Lei n.º 103/2018**, de 29 de novembro - (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos **bombeiros** voluntários);

» **Decreto-Lei n.º 104/2018**, de 29 de novembro - (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de **atendimento ao cidadão**);

» **Decreto-Lei n.º 105/2018**, de 29 de novembro - (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação);

Reunião de

11 JUN. 2019

Docº Agendado com o  
Nº 13

» **Decreto-Lei n.º 106/2018**, de 29 de novembro - (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do **património** imobiliário público sem utilização);

» **Decreto-Lei n.º 107/2018**, de 29 de novembro - (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do **estacionamento público**);

» **Decreto-Lei n.º 20/2019**, de 30 de janeiro - Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da **proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos**);

» **Decreto-Lei n.º 21/2019**, de 30 de janeiro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da **educação**);

» **Decreto-Lei n.º 22/2019**, de 30 de janeiro (Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios no domínio da **cultura**);

» **Decreto-Lei n.º 23/2019**, de 30 de janeiro- (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da **saúde**);

» **Decreto-Lei n.º 32/2019**, de 4 de março- (alarga as competências dos órgãos municipais do policiamento de proximidade);

» **Decreto-Lei n.º 44/2019**, de 1 de abril – (concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da **proteção civil**);

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13

» **Decreto-Lei n.º 58/2019**, 30 de abril-(Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular e de transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores);

» **Decreto-Lei n.º 72/2019**, de 28 de maio- (Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio e dos portos ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais principais e secundários e gestão das áreas sob jurisdição portuária sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva e de áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária);

É consabido que um Estado hodierno é caracterizado pela existência de interesses gerais e comuns referentes a um conjunto alargado de pessoas, cuja satisfação fica cometida à coletividade politicamente organizada e está intrinsecamente subordinada à ideia de interesse público primário. Neste sentido, Isabel Fonseca <sup>1</sup> sublinha que a satisfação do interesse público primário determina, inexoravelmente, a individualização de pretensões secundárias ou interesses públicos secundários, os quais se configuram como verdadeiros instrumentos de realização do bem comum, correspondendo à satisfação das necessidades que os entes públicos devem acautelar, mediante os devidos meios institucionais e próprios, realizando, dessa forma, os objetivos essenciais da nossa comunidade politicamente organizada.

Reunião de

11 JUN. 2019

Docto Agendado com o

Nº 13

---

<sup>1</sup> *Direito da Organização Administrativa*, Coimbra, 2011, pp 22.

Há muito que a Prosper Weil <sup>2</sup> referiu que a atividade administrativa visa providenciar a satisfação das necessidades inerentes ao interesse geral, mediante o inerente serviço público, assegurando à coletividade as correspondentes prestações ou vantagens que, numa sociedade moderna, constituem, a par da atividade de fomento e de regulação, uma das principais missões dos poderes públicos.

Neste particular, e contrariamente ao que por vezes se possa cogitar, a maior parte das aludidas missões de serviço público têm a sua génese no seio da realidade municipal, porquanto o crescimento da urbe levou o poder local a assumir a crescente satisfação das necessidades coletivas envolvidas.

No plano autárquico, a urbe tem vindo, assim, a dar lugar a necessidades de desenvolvimento económico e social, reclamando a consequente implementação de serviços de interesse comum, vitais para a subsistência da comunidade, realidade que está na essência dos serviços públicos de carácter municipal, enquanto resultado de um já longo processo evolutivo das correspondentes obrigações prestacionais, o que levou à “municipalização” de inúmeras atividades, hoje consideradas essenciais, como sejam a política sanitária, o saneamento básico e o planeamento urbanístico, tarefas materiais erigidas em verdadeiro “poder-dever” vinculador dos entes públicos de população e território, mormente os Municípios.

Há muito que Freitas do Amaral encara o serviço público como um conceito genérico e abrangente, relativamente ao qual os serviços meramente prestacionais (serviço público *stricto sensu* para Marcello

Reunião de

---

<sup>2</sup> *Derecho Administrativo (tradução em espanhol)*, Madrid, 1994, p. 66.

11 JUN. 2019

Caetano) são uma mera espécie, constatação que o levou a qualificar como serviço público a organização humana criada no seio de cada pessoa coletiva pública com o fim de desempenhar as atribuições desta, sob a direção dos respetivos órgãos <sup>3</sup>.

Foi a partir desta ideia de interesse público e, acima de tudo, da obrigação da sua prossecução por banda dos entes públicos, que surgem as noções teóricas de atribuições, competências, atividade prestacional e serviço público (pelo menos na sua aceção objetiva e institucional), conceitos que se perfilam como matriciais do nosso sistema jurídico-constitucional.

A Constituição da República consagra esta realidade específica, porquanto no n.º 1 do seu artigo 266.º estatui que a Administração Pública visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

Consequentemente, e seguindo novamente Isabel Fonseca<sup>4</sup>, as pessoas coletivas devem a sua existência à prossecução dos fins que lhes estão cometidos, os quais constituem as respetivas atribuições.

As atribuições são o conjunto de interesses públicos postos por lei a cargo de um determinado ente público, o qual, para realizar tal finalidade, carece dos respetivos poderes funcionais, conferidos por lei: as competências. O que vale por dizer que a competência de um órgão é o conjunto de poderes funcionais que a lei lhe “concede”, com vista à prossecução das atribuições da pessoa coletiva a que o mesmo pertence.

Reunião de

11 JUN. 2019

---

<sup>3</sup> Freitas do Amaral, *Curso de Direito Administrativo*, Coimbra, 1986, pp. 618 e ss.

<sup>4</sup> Op cit, pp 63

A realidade material em que o nosso sistema jurídico-constitucional se situa coloca, por vezes, dificuldades de articulação entre os diversos entes, mormente nas zonas de interdependência de atribuições, verdadeiras “zonas cinzentas” no plano da prossecução do interesse público, o que leva a potenciais conflitos positivos ou (mais grave) conflitos negativos de intervenção.

Neste particular, como assinala Basílio Horta<sup>5</sup>, é consabido que o Estado reincide, cronicamente, no desacompanhamento financeiro dos Municípios e Freguesias, agravado por uma atividade legiferante permanentemente atribuidora de novas competências e obrigações de serviço público. Ainda assim, a verdade é que os Municípios têm vindo a conseguir uma significativa diminuição do peso da dívida do “setor autárquico” no cômputo da dívida pública nacional, continuando, no entanto, a assegurar as crescentes atividades e missões de serviço público que legalmente lhes estão confiadas.

Acresce que, não raras vezes, as autarquias têm de se substituir ao Estado, providenciando atividades, iniciativas e investimentos que, em boa verdade, incumbem ao poder central, porquanto o gestor autárquico, tendo disponibilidade financeira e perante a necessidade de acorrer às carências das comunidades, relega para um plano secundário a querela das atribuições e competências, materiais e orgânicas, para com isso assegurar a satisfação do interesse público, base do seu mandato.

Tal realidade tem vindo a criar desequilíbrios financeiros em algumas autarquias (poucas) onde não foi adotada uma política orçamental mais avisada face à recorrente falta de apoio financeiro por parte do Estado, com

---

<sup>5</sup> *Da Gestão em Autarquias Locais*, Lisboa, 2018, pp 17

as inerentes desigualdades entre as populações dos diferentes Municípios, à escala nacional.

Tais desigualdades são intoleráveis e constituem a verdadeira razão de ser dos cuidados subjacentes à própria Lei Fundamental, a qual, depois de assegurar a descentralização administrativa e a adequada distribuição das atribuições entre o Estado e as Autarquias (artigo 237º), também consagra a justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e o “poder local” como um dos pilares essenciais do nosso sistema jurídico-constitucional (artigo 238º), sendo que a alocação dos recursos necessários para a prossecução das atribuições autárquicas é vista pela maioria da doutrina como uma face da mesma moeda, porquanto é veiculadora da própria descentralização administrativa.

-II-

## PONDERAÇÃO SECTORIAL

Considerando o enquadramento genérico agora sucintamente expandido, importa agora incorporar a ponderação decorrente do Despacho nº 2-P/2019, e 14-P/2019, relativamente a cada um dos diplomas publicados em concretização da Lei nº 50/2018 e veiculadores da transferência de novas competências.

O Grupo, por referência às diversas Unidade Orgânicas nele representadas, ficou incumbido da ponderação das repercussões materiais inerentes ao exercício das competências a transferir pela aplicação da Lei n.º 50/2018 de 16.08, e dos respetivos diplomas concretizadores, com destaque para as metodologias e procedimentos necessários ao exercício das mesmas por parte da Câmara Municipal, a avaliação do impacto financeiro inerente à

Réunión de

11 JUN. 2019

Docº Agendado com o

Nº 13

prossecução das referidas competências e previsão das consequentes necessidades no plano de recursos humanos e materiais a alocar ao exercício das mesmas, formulação de proposta das alterações a introduzir às estruturas nuclear e flexível dos serviços ou a demonstração da sua desnecessidade.

Como adiante melhor se referirá, da ponderação feita a propósito de cada um dos diplomas que foram entretanto publicados, constata-se que são poucos os que concretizam os meios humanos e materiais necessários ao eventual exercício das novas competências, sendo que a maior parte não procede à indicação do impacto financeiro que esse exercício pode ter na organização e eventual alteração da estrutura orgânica como se encontra desenhada atualmente.

Foi solicitada, assim, a pronúncia, por parte das Unidades Orgânicas (por referência aos diplomas concretizadores da transferência das novas competências):

- A) DSE- D.L. 97/2018; D.L. 98/2018; D.L. 100/2018; D.L. 103/2018; D.L. 107/2018; 58/2019; D.L. 32/2019;
- B) DEP e DTRA– D.L. 97/2018; D.L. 100/2018;
- C) DAF- D.L. 98/2018; D.L. 106/2018;
- D) DTC- D.L. 97/2018; D.L. 99/2018; D.L. 22/2019;
- E) DJU- D.L. 101/2018; D.L. 20/2019;
- F) GAEM- D.L 102/2018;
- G) GAEU – D.L. 102/2018
- H) SMPC- D.L. 102/2018
- I) GAMQ- D.L. 104/2018;
- J) DSI- D.L. 105/2018; D.L. 23/2019;

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13



K) GMVM- D.L. 20/2019;

L)DED- D.L. 21/2019.

**A) PRONÚNCIA DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E EMERGÊNCIA (DSE):**

Perante a intenção do Governo de contribuir para a clarificação e simplificação do quadro de competências atribuídas às entidades públicas, nomeadamente no que diz respeito a matérias de fiscalização, coube-nos realizar uma análise relativamente ao impacto que a transferência de competências terá neste Departamento.

Irá ser dada a perspetiva financeira, de recursos humanos e de procedimentos adjacentes à concretização da intenção expressa nos Decretos-Lei onde este DSE terá de introduzir uma adaptação inequívoca.

O DSE poderá ter, também, a responsabilidade de garantir as condições de segurança, proteção, socorro e assistência, recorrendo à Polícia Municipal e Proteção Civil Municipal, Fiscais Municipais, bem como a uma equipa de técnicos especializados em matérias de segurança.

Na verdade, em termos de procedimentos a adotar, integração e cooperação com entidades externas à Câmara Municipal, temos a informar que nada de novo se acrescenta. As matérias a fiscalizar fazem parte do conceito contraordenacional para o qual as Polícias Municipais e Serviços de fiscalização foram criados.

*Á priori*, o que se coloca em causa é a dimensão e aumento do volume processual e operacional que, inevitavelmente, para resultar, terá de ter um aumento de recursos.

1. Enquadramento dos Decretos-Lei

- Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro

Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres

Perante a intenção do Governo de contribuir para a clarificação e simplificação do quadro de competências atribuídas às entidades públicas, nomeadamente no que diz respeito a licenciamento, autorizações e concessões, coube-nos realizar uma análise relativamente ao impacto que da transferência de competências terá neste Departamento.

Reunião de

11 JUN. 2019

Docto Agendado com o  
Nº 13

Irá ser dada a perspetiva financeira, de recursos humanos e de procedimentos relacionados com a concretização da intenção expressa neste Decreto-Lei.

Uma vez que a Autarquia terá a competência para autorizar, concessionar e licenciar infraestruturas, equipamentos, apoios de praia, infraestruturas de apoio à circulação rodoviária, estacionamento, fornecimento de bens e serviços e práticas de atividades desportivas e recreativas, o DSE terá a competência de instaurar, instruir e decidir procedimentos contraordenacionais, bem como aplicar as coimas respetivas.

O DSE poderá ter, também, a responsabilidade de garantir as condições de segurança, proteção, socorro e assistência, recorrendo à Polícia Municipal e Proteção Civil Municipal, bem como a uma equipa de técnicos especializados em matérias de segurança.

O produto da cobrança das taxas e tarifas devidas pela ocupação dominial das praias constitui receita das seguintes entidades, 5 % do Fundo Ambiental, 5 % do Fundo Azul;

90 % do município;

Compete exclusivamente aos municípios a instauração, instrução e decisão dos processos de contraordenação, assim como a aplicação das coimas.

- Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro

Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo

No sentido de reforçar a autonomia local através da transferência de competências para as autarquias, possibilitando uma maior adequação dos serviços prestados à população, foi consagrado que as autarquias ficam com a competência para autorizar a exploração de várias atividades, nomeadamente afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, como sejam as que atribuem como prémios coisas com valor económico, mormente, rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos.

Relativamente ao DSE, cabe-nos fiscalizar o cumprimento da legislação em vigor relacionada neste domínio, algo que, tecnicamente, não é matéria desconhecida, pois trata-se de matéria contraordenacional que já foi, outrora, competência dos municípios.

As receitas para o município são provenientes do produto das taxas e produto das coimas previstas no D.L. n.º 422/89 de 2 de dezembro. Compete às entidades autuantes a instrução dos processos de contraordenação e aplicação das coimas respetivas. Em termos de distribuição temos que, 60% são para a entidade instrutora e 40% para a entidade autuante.

Reunião de

11 JUN. 2019

-Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro

Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação

Na verdade, os municípios têm vindo a desempenhar um papel fundamental na administração das estradas sob sua gestão. Existe a intenção de replicar este modelo de gestão às vias rodoviárias integradas em perímetro urbano que ainda não se encontram sob sua jurisdição, bem como nas infraestruturas associadas.

Nesta matéria DSE terá a responsabilidade de manter um ritmo de fiscalização permanente face ao aumento de extensão da rede viária.

-Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro

Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público- É intenção do Governo reforçar e aprofundar a autonomia local numa lógica de proximidade à população. Assim, é atribuído à Autarquia, a competência para fiscalizar, instruir e decidir os procedimentos contraordenacionais rodoviários em matéria de estacionamento nas vias e espaços públicos sob jurisdição municipal.

A fiscalização nesta matéria já se encontra a ser executada na íntegra. Aqui, a novidade reside na instrução e decisão dos processos de contraordenação rodoviária.

O DSE tem apenas uma jurista especialista nesta matéria. Importa reforçar a Secção de Contraordenações de Trânsito com, pelo menos, mais 2 juristas.

O Sistema de Contraordenações de Trânsito já se encontra implementado no DSE, portanto, o disposto no artigo n.º 4 deste Decreto-Lei, já se encontra assegurado.

O produto das coimas aplicadas por contraordenação rodoviária em matéria de estacionamento proibido, indevido ou abusivo, quando resulte de atividade de fiscalização dos serviços municipais, reverte em 100 % a favor do município e quando resulte de atividade de fiscalização das forças de segurança, reverte em 30 % a favor da entidade fiscalizadora e 70 % em favor do município.

O produto das coimas, quando resulte de atividade de fiscalização exercida por empresas locais enquanto entidade autuante e fiscalizadora do Código da Estrada e sua legislação complementar reverte em 100 % a favor do município.

Nos casos de contraordenações graves em matéria de estacionamento, o produto das coimas, quando resulte de atividade de fiscalização dos serviços municipais, reverte em 55 % a favor do município, 35 % em favor do Estado e 10 % em favor da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o

Nº 13

O volume processual vai aumentar para mais do dobro. São necessários mais meios humanos, atendendo aos seguintes resultados reportados a 2018:

- 8938 notificações no âmbito do Código da Estrada;
- 156 ofícios de remessa de documentos (Secção de Contraordenações da PSP, Gabinete de atendimento ao cidadão da GNR e Autoridade de Segurança Rodoviária).
- 291 ofícios quer para cumprimento de despachos emanados pela ANSR quer para esclarecimentos a arguidos e seus mandatários.
- 4097 registos extraídos da Plataforma de Sistema Integrado do Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça.
- 5.000 autos diretos; - 6.700 autos indireto.

## 2. Recursos Humanos e Materiais

Irá ser necessário uma equipa de técnicos especialistas em matéria de segurança *lactus sensus*. O Departamento tem, neste momento, dois elementos num curso de licenciatura em Estudos de Segurança, pelo que, em 2021, e assegurados mais 3 técnicos para prestar o apoio a este gabinete, terá esta capacidade.

Este Gabinete Técnico de Segurança, procederá à emissão de pareceres relativos às condições de segurança no município, não apenas no âmbito da transferência de competências. No entanto, é algo que é imprescindível para o controlo e monitorização da execução operacional neste domínio.

A Transferência de competências irá, naturalmente, incrementar o volume de processos. Alguns deles são de âmbito geral em termos de aplicação da legislação nacional. Isto é, matéria contraordenacional familiar aos Polícias Municipais e Fiscais Municipais.

No entanto, este aumento de volume implica uma entrada de 60 elementos para a Polícia Municipal e a entrada de 11 novos fiscais municipais.

Note-se que este aumento de efetivo está aferido para o total das competências a transferir para a Autarquia, e não apenas para este Decreto-Lei.

Não obstante a familiaridade com a matéria contraordenacional aplicável, existe a necessidade de formação básica nesta matéria, mormente pela Autoridade Marítima Nacional e pela Agência Portuguesa do Ambiente.

A fiscalização propriamente dita insere-se num conceito de prevenção. Para ocorrer o sucesso de uma fiscalização preventiva existe a necessidade de ter capacidade de intervenção constante. O ideal é ter um rácio de 1 viatura por cada 5 elementos, tendo em conta uma escala rotativa de 24 horas/7 dias.

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13

A Polícia Municipal deverá ter mais 11 viaturas do que o que tem neste momento e os fiscais municipais mais 6 novos carros.

Em termos mais específicos o DSE necessita, para obter um sucesso nas suas ações enquadradas com a transferência de competências, mais 6 carros ligeiros, 1 de transporte de pessoal de nove lugares, 2 moto 4x4, e 2 todo-terreno. Os fiscais de 3 viaturas ligeiras e 3 viaturas todo-terreno.

De configuração resumida e de forma analítica temos as seguintes necessidades em termos de RH:

- 3 AT para apoio do Gabinete Técnico de Segurança;
- Entrada de 60 os novPolícias Municipais;
- Entrada de novos 22 Fiscais Municipais;
- Reforço da Secção de Contraordenações de Trânsito com mais 2 AT e 2 Juristas;

Em termos de viaturas:

- 9 viaturas ligeiras;
- 1 viatura de transporte de pessoal;
- 2 moto4x4;
- 5 viaturas todo-terreno;

### 3. Impacto Financeiro

O impacto financeiro para o DSE, tendo por base todos os Decretos-Lei analisados, contabilizando, compra de novas viaturas, contratação de novos polícias e fiscais e formação, situa-se na ordem dos 246.000 Euros, verba para o impulso inicial para o funcionamento da estrutura em 2021.

A transferência das competências constantes neste Decreto-Lei é possível realizar-se a partir do ano de 2021, satisfeitas as necessidades descritas no presente documento e dando início ao procedimentos para satisfazer estas necessidades em janeiro de 2020.

### 4. Apreciação crítica

Somos da opinião que existem riscos associados à legislação alvo desta análise, a saber:

- a) Sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais;
- b) Inerente risco dessa transferência poder ser lida como mero alijar de responsabilidades do Estado Central;
- c) Preocupação com a possibilidade de agravamento das desigualdades entre autarquias locais;

Reunião de

11 JUN, 2019

Doctº Agendado com o

Nº 13

- d) Exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com incidência mediata no rigor das finanças públicas;
- e) Afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas;
- f) Recrear que, mais do que competências, se transferem encargos, sem os meios necessários, sobretudo no que respeita ao regime financeiro.

## 5. Conclusões

As competências ora transferidas para as Autarquias, e no que diz respeito ao DSE, temos a informar que se cingem a um incremento do volume de trabalho operacional e administrativo. É possível, em 2021, executar todas as competências constantes nos documentos analisados, no entanto, apenas se poderá concretizar se todas as necessidades dispostas nesta informação forem satisfeitas.

Portanto, considerado que:

1. O DSE passa a dispor de mais competências atribuídas nomeadamente:
  - a. No domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres (DL n.º 97/2018 de 27/11);
  - b. No domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo (DL n.º 98/2018 de 27/11);
  - c. No domínio das vias de comunicação (DL n.º 100/2018 de 28/11);
  - d. No domínio do estacionamento público (DL n.º 107/2018 de 29/11).
2. No exercício de funções de polícia administrativa, compete à Polícia Municipal fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos, cabendo-lhe, ainda, cooperar com as forças de segurança na manutenção da tranquilidade pública e na proteção das comunidades locais;
3. No exercício de funções de fiscalização compete à DPMF verificar o cumprimento das leis, regulamentos e posturas; levantar autos de notícia por práticas contraordenacionais; executar notificações; coordenar as operações necessárias à execução dos procedimentos coercivos; zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares nas áreas das atividades económicas, limpeza de terrenos, ambiente, higiene, salubridade pública e gestão do espaço público;
4. No exercício de funções de fiscalização compete à fiscalização técnica, nomeadamente, fiscalizar obras de construção, intervir em vistorias e receções de edificações e urbanizações, vistorias de segurança e salubridade;
5. Se verifica um aumento exponencial de processos;

Reunião de

11 JUN. 2019

6. A Divisão de Polícia Municipal e Fiscalização dispõe de um número insuficiente de colaboradores para a realização de todas as tarefas suprarreferidas e das demais que vierem a ser solicitadas no âmbito das novas atribuições;
7. A Divisão de Polícia Municipal e Fiscalização dispõe apenas de 12 fiscais municipais (média de um por freguesia), número manifestamente insuficiente para a resposta atempada a todas as solicitações.
8. Para além das necessidades de RH e materiais, o DSE carece de uma alteração na sua estrutura orgânica. Passando o DSE a ser composto pelas seguintes Divisões/Serviços:
  - a) Gabinete técnico de segurança;
  - b) Divisão de Fiscalização;
  - c) Serviço Municipal de Proteção Civil;
  - d) Divisão de Polícia Municipal;
    - i. Gabinete técnico de Contraordenações de Trânsito;
    - ii. Gabinete técnico de Remoção de viaturas;

Somos do parecer que é exequível a transferência das competências para a Autarquia no que diz respeito às referências no âmbito da Segurança e Emergência, desde que garantidas as condições referenciadas nesta IP.

## **B) PRONÚNCIA DO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS E INTERVENÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO (DEP) e DIVISÃO DE TRÂNSITO (DTRA):**

1. Considerando o Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, tem como objetivo assegurar um correto e eficiente funcionamento da rede viária, permitindo uma melhor articulação entre as diversas entidades responsáveis, visando proteger melhor a estrada e a sua área envolvente, e desse modo incrementar as condições de segurança e circulação de todos os utentes da via pública, bem como das atividades relacionadas com a sua construção, gestão, exploração e conservação.

No âmbito da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, foram publicados vários diplomas concretizadores da transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais, designadamente o Decreto-Lei n.º 100/2018 - Diário da República n.º 229/2018, Série I de 2018-  
Reunião de

11 JUN. 2019

11-28, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação.

E no âmbito do Despacho N.º 2-P/2019, foi constituído um Grupo de Missão com o objetivo de apurar o real alcance financeiro, material e procedimental das competências transferidas, de modo a assegurar a prossecução das correspondentes missões de serviço público que lhe estão associadas e que seja cabal e eficazmente exercida pelo Município, no domínio das vias de comunicação, foi elaborado o presente relatório.

2.Tendo em consideração que no Decreto-Lei n.º 100/2018, de 2018.11.28, apenas define genericamente:

- a) Dos troços de estradas e dos equipamentos e infraestruturas neles integradas, localizados nos perímetros urbanos;
- b) Dos troços de estradas desclassificadas pelo Plano Rodoviário Nacional e os troços substituídos por variantes ainda não entregues através de mutação dominial por acordo entre a Infraestruturas de Portugal, S.A. (doravante designada por IP) e o respetivo município.

Face à parca definição, houve necessidade de ser elaborado apuramento do objeto transferido, por intermédio dos recursos disponíveis à CMS, designadamente através dos elementos disponibilizados pelo GPDM – SIG, e da consulta dos documentos disponibilizados pela ex-DTMU, UO que até novembro 2017 detinha nas atribuições a gestão da rede viária, a informação técnica patenteada no presente relatório foi compilada e disponibilizada pela DTRA tais como Protocolos e Acordos de Mutação Dominial recentemente celebrados e anteriores à publicação da legislação, por forma a ser definido o objeto, em termos de extensão e área, conforme se ilustra no mapa infra.

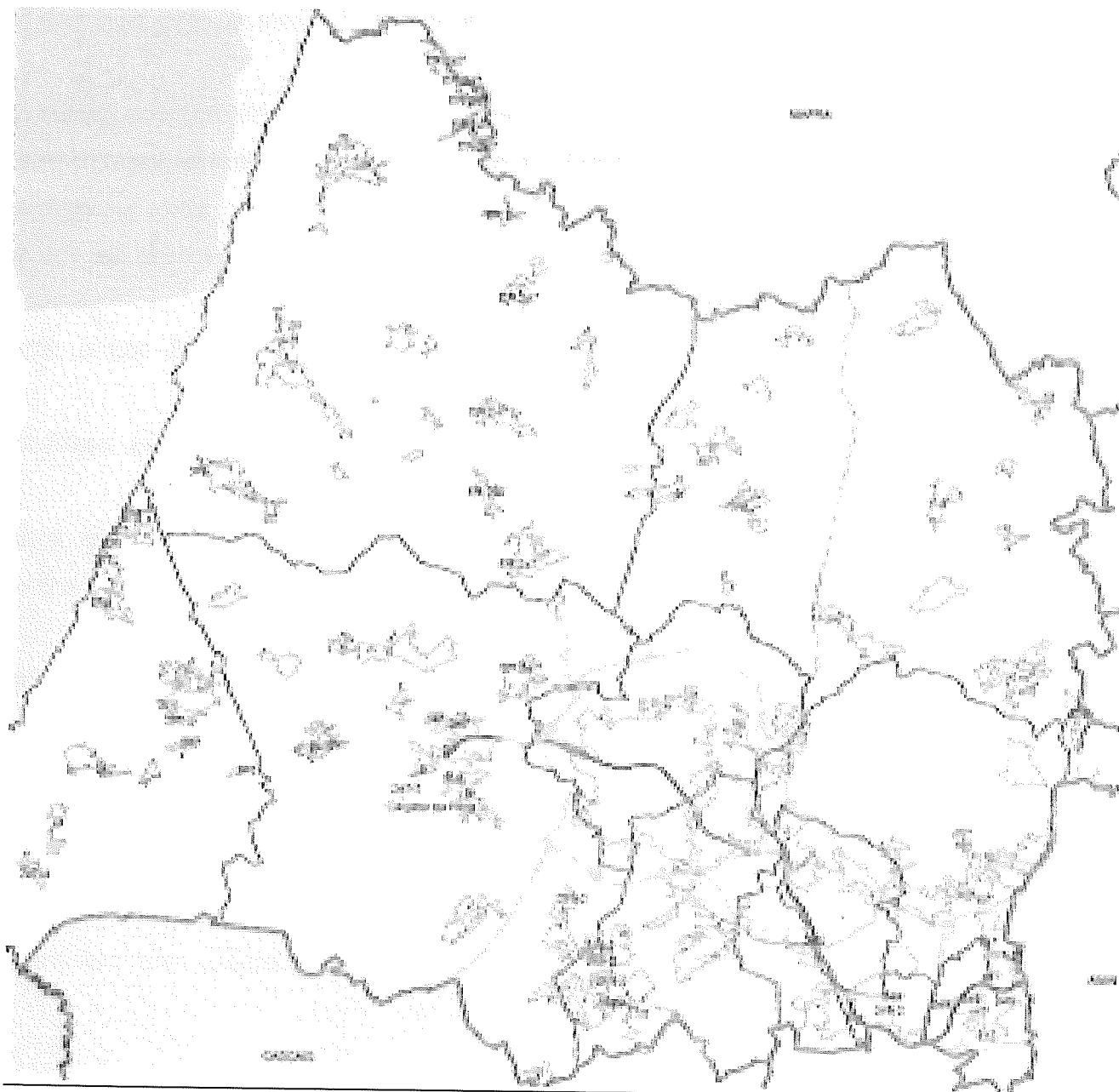
Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o

Nº 13





Elementos de base à definição objeto:

- a) Anexo 1: Representação Gráfica – Planta Geral;
- b) Anexo 2: Representação Gráfica – Planta Troços EN's em PU.

*Vias Rodoviárias, contidas em Perímetro Urbano, dados apurados:*

*Extensão 28,803Km - Área (correspondente estimada) 263.231m<sup>2</sup>.*

EN	Extensão (m)	Área (m <sup>2</sup> )
9	3 183,20	21 817,57
117	4 750,24	33 037,39
247	1 951,23	13 042,16
249	4 269,51	35 032,96
250	224,15	46 421,37
375	3 369,33	27 941,49
117-2	849,90	6 392,06
247-3	705,77	8 861,78
247-4	787,25	5 004,76
249-2	1 526,95	19 392,96
ER 247	5 256,27	37 052,68
Calçada da Pena	1 930,00	9 234,20
<b>TOTAL</b>	<b>28 803,81</b>	<b>263 231,36</b>

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o

Nº 13

Contudo, uma via rodoviária, é composta por vários elementos:

- a) Faixa Rodagem e Passeios quando existentes;
- b) Sinalização Rodoviária (vertical e horizontal);
- c) Semaforização;
- d) Elementos Segurança Rodoviária;
- e) Obras de Arte (pontes e viadutos);
- f) Sistema Drenagem Águas Pluviais;
- g) Coberto Arbóreo.

Elementos que teriam de ser minuciosamente estudados por intermédio de levantamento "in situ", incluindo respetiva avaliação do seu estado de conservação, assim como eventuais realizações de ensaios e extração de amostras, para uma mais efetiva e precisa caracterização, devendo a estimação dos custos ser baseada nos seguintes aspetos:

- Intensidade e tipologia de tráfego;
- Estado de conservação e utilização dos troços das vias de comunicação em questão (faixas de rodagem, passeios, bermas, e restante plataforma);
- Estado de conservação e necessidade de colocação/reforço da sinalização vertical e horizontal, e semaforização;
- Estado de conservação e necessidade de colocação/reforço dos dispositivos de segurança rodoviária;
- Estado de conservação dos equipamentos, infraestruturas, e obras arte;
- Estado de conservação do sistema drenagem águas pluviais e necessidade de implementação/reforço da drenagem;
- Quantificação das áreas verdes, espécies vegetais e coberto arbóreo e avaliação da necessidade de intervenção;
- Necessidade de reformulação de interseções e reperfilamentos dos arruamentos em causa;
- Necessidade de adoção de reforço/novas medidas de acalmia de tráfego e/ou introdução de sistemas de segurança.

No entanto, face ao curto período de tempo para a elaboração do presente relatório, será a extensão dos troços o principal parâmetro, que servirá de base, à quantificação dos impactos financeiros, materiais e na organização dos serviços.

### 3. DA TRANSFERÊNCIA

#### 3.1 Recursos

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13

### 3.1.1 – Recursos Humanos

Atendendo a que os recursos humanos da CMS, designadamente os recursos humanos com a Categoria de Assistentes Operacionais são escassos, a grande maioria das intervenções são realizadas por intermédio de empreitadas ou aquisições serviços, considera-se serem apropriados e mais relevantes o reforço de recursos humanos com a Categoria de Técnicos Superiores, nas áreas funcionais de:

- Eng.<sup>a</sup> Civil => 2 Técnico Superiores;
- Eng.<sup>a</sup> Território => 1 Técnico Superiores;
- Eng.<sup>a</sup> Florestal => 1 Técnico Superior;
- Arquitetura Paisagística => 1 Técnico Superior.

Para o desenvolvimento das tarefas de planeamento, elaboração de projetos e peças técnicas necessárias ao lançamento de procedimentos, assim como monitorizar, acompanhar e fiscalizar as empreitadas e aquisições de serviço.

### 3.1.2 – Recursos Mobilidade - Viaturas

A apropriada monitorização na identificação de necessidades de intervenção, e do próximo acompanhamento e fiscalização das intervenções em curso, nas mais diversas áreas funcionais inerentes às tarefas a executar, e face à elevada dispersão no território das vias transferidas, implicará a utilização de viaturas, por forma a garantir a autonomia e disponibilidade inerentes à funções a exercer, pelo que se estima, pelo menos, a aquisição de 3 viaturas elétricos (ligeiros de passageiros).

### 3.1.3 – Recursos Logísticos – Instalações, Posto Trabalho, Telecomunicações, Computadores e Aplicações Informáticas, Consumíveis

A alocação de recursos humanos às funções, forçosamente implicará o apetrechamento dos postos trabalho (secretárias, cadeiras, módulos gavetas, estantes, etc), bem como dotar os Técnicos de meios informáticos condicentes, designadamente telemóveis, computadores, multifunções, aplicações informáticas elementares, e outras específicas, tais como o CAD e SIG e aplicações de gestão, tendo também de ser considerado consumíveis.

## 3.2 Organizacionais

As tarefas a serem asseguradas encontram-se centralizadas e na total dependência hierárquica do DEP, estrutura que já tem criada as UO's operacionais necessárias para as diferentes áreas temáticas:

DIE's: manutenção rodovias, sinalização, semaforização, obras arte, sistemas drenagem águas pluviais;

DGEV: coberto arbóreo;

DHLI: limpeza e desmatamentos;

DTRA: gestão da rede viária.

Pelo que não se considera necessário introduzir qualquer alteração à estrutura nuclear e flexível dos serviços.

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o

Nº 13

No entanto, existem UO's de suporte que poderão sofrer impactos em termos organizacionais, designadamente aumento do volume de processos decorrentes de pedidos de intervenção, ou melhoria, e reclamações, considerando-se que o GAMQ será a UO com maior impacto.

No entanto outras UO's, como o DAF, DCP e GIRC, terão também um aumento do volume de tramitação documental e de procedimentos.

Assim como o DRH terá um esforço inicial elevado para garantir a contratação dos recursos humanos necessários para a apropriada prestação do serviço público.

O DSE/DPMF terá também acréscimo da extensão de via a vigiar e patrulhar, e eventuais ocorrências excepcionais.

### 3.3 Financeiro

#### 3.3.1 – Verbas Conservação Rede Viária Municipal

Na conservação da rede viária municipal, procedem-se a intervenções que garantem as exigíveis condições de segurança, bem como a desejável comodidade de circulação na rede viária municipal ao nível da faixa de rodagem e passeios, intervenções de beneficiação de pavimentos rodoviários, no que diz respeito ao seu revestimento quer ao nível da sua estrutura, e consistirão em ações de pavimentação ou repavimentação em função do suporte existente. Apresentando-se na tabela seguinte as verbas despendidas na beneficiação de vias, desde 1994 a 2018:

1994	4 536 491,64 €
1995	5 705 050,21 €
1996	11 982 878,96 €
1997	13 742 170,95 €
1998	13 498 438,83 €
1999	15 806 976,19 €
2000	15 529 286,18 €
2001	20 877 343,89 €
2002	13 143 600,04 €
2003	13 311 958,78 €
2004	15 280 354,31 €
2005	16 826 215,74 €
2006	11 221 280,71 €
2007	10 943 794,37 €
2008	6 191 152,10 €
2009	11 523 747,02 €
2010	11 360 714,35 €
2011	4 428 301,06 €
2012	2 806 401,41 €
2013	2 758 870,53 €
2014	495 218,45 €
2015	1 904 849,30 €
2016	3 323 429,95 €
2017	6 038 535,55 €
2018	2 667 187,74 €
Total	235 904 248,26 €

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
nº 13

Resultando um valor médio anual de 9.436.169,93€.

Considerando que a tipologia de rede viária em solo urbano assume características idênticas à tipologia das vias transferidas, importa indicar as extensões de vias sob gestão municipal, conforme quadro seguinte.

EIXOS DE VIA POR TIPOLOGIA E POR FREGUESIA	Eixos de Via em Solo Urbano (m)	Eixos de Via em Solo Urbano (Km)
Algueirão-Mem Martins	207 248,89	207,25 9%
Rio de Mouro	250 795,16	250,80 10%
UF Agualva Mira Sintra	85 067,95	85,07 4%
UF Cacem São Marcos	74 828,88	74,83 3%
UF Massama Monte Abraão	108 021,80	108,02 5%
UF Queluz e Belas	188 315,35	188,32 8%
Casal de Cambra	52 132,66	52,13 2%
UF de Sintra	522 320,93	522,32 22%
Colares	171 962,57	171,96 7%
UF Almargem Bispo Pero Pinheiro Montelavar	326 790,20	326,79 14%
UF São João Lampas e Terrugem	409 069,48	409,07 17%
TOTAL	2 396 553,87	2 396,55 100%

Considerando que anualmente são beneficiados em média 10% rede viária municipal, resulta o **valor médio anual** por quilómetro de 39.373,97€.

### 3.3.2 – Estimação de Verbas para a Conservação Vias Transferidas

Para a adequada conservação das vias transferidas a CMS, terá de executar as seguintes tarefas, incluindo respetivas ponderações e verbas a despende.

Tarefas:	Ponderação	Verbas
Manutenção Faixa Rodagem e Passeios quando existentes	70%	39 373,97 €
Manutenção Sinalização Rodoviária (vertical e horizontal)	5%	2 812,43 €
Manutenção Semaforização	1%	562,49 €
Manutenção Elementos Segurança Rodoviária (rails e outros)	5%	2 812,43 €
Manutenção das Obras de Arte (pontes e viadutos)	10%	5 624,85 €
Manutenção Sistema Drenagem Águas Pluviais	5%	2 812,43 €
Manutenção Coberto Arbóreo	2%	1 124,97 €
Limpeza Geral e Desmatamentos	2%	1 124,97 €
	100%	56 248,54 €

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o

Nº 13

Obtendo-se o valor médio anual por quilómetro para todas as tarefas 56.248,54€.

Assim, para o total da extensão apurada (28,803Km) o valor anual para todas as tarefas a desenvolver será de 1.620.126,57€.

### 3.3.3 – Estimação de Verbas para a Reconversão e Adequação Vias Transferidas

A reconversão e adequação das vias transferidas a CMS é fundamental, atendendo a que se encontram contidas em Perímetro Urbano, terá de executar as seguintes tarefas, incluindo respetivas ponderações e verbas a despende.

Tarefas:	Ponderação	Verbas
Estudos Tráfego (Intensidade e Tipologia)	7%	3 307,41 €
Levantamento, Caracterização e Monitorização Obras de Arte (pontes e viadutos)	5%	2 362,44 €
Elaboração Projetos (Reperfilamento, Reformulação Intersecções, Medidas Acalmia Tráfego, Segurança Rodoviária)	10%	4 724,88 €
Revisão de Projetos	3%	1 417,46 €
Execução de Empreitadas	70%	47 248,77 €
Fiscalização Obras e Coordenação Segurança em Obra	5%	2 362,44 €
	100%	61 423,40 €

Obtendo-se o valor médio anual por quilometro para todas as tarefas 61.423,40€.

Assim, para o total da extensão apurada (28,803Km) o valor anual para todas as tarefas a desenvolver será de 1.769.178,21€.

### 3.3.4 – Estimação de Verbas para a Contratação de Recursos

A assunção das competências transferidas implica a afetação de recursos humanos, de mobilidade e logísticos que a CMS não dispõe presentemente, pelo que teriam de ser contratados, assim como sobre a estrutura atual recaíram custos indiretos ao seu atual funcionamento, apresentando-se no quadro infra o acréscimo de verbas estimadas para o efeito.

Custo Contração Recursos:	Verbas
3.1.1 Humanos	103 690,00 €
3.1.2 Mobilidade	84 000,00 €
3.1.3 Logísticos	5 550,00 €
Custos Impactos Indiretos na Estrutura Municipal	19 000,00 €
	212 240,00 €

### 3.4 Plano Financeiro de Transferência Verbas

Por forma a que a CMS possa vir a exercer as competências transferidas, e considerando as demais necessidades explanas anteriormente, importa apresentar um Plano Financeiro integrado, conforme se tipifica no quadro infra:

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano N+3
Manutenção	864 067,50 €	486 037,97 €	486 037,97 €	694 710,27 €
Reconversão	340 226,58 €	714 475,82 €	714 475,82 €	204 135,95 €
Recursos	212 240,00 €	118 740,00 €	118 740,00 €	118 740,00 €
TOTAL	1 416 534,08 €	1 319 253,79 €	1 319 253,79 €	1 017 586,22 €

Reunião de

11 JUN. 2019

Docto Agendado com o  
Nº 13

### **CONCLUSÃO**

Com o presente relatório pretendeu-se definir com a maior exatidão possível o objeto transferido, designadamente os troços de vias rodoviárias contidos em Perímetro Urbano, numa ótica plenitude de descentralização de competências, permitindo a viabilização de possibilidade de gestão da rede viária quer em termos de manutenção quer no que diz respeito à reconversão e adequação das vias transferidas, foram definidos os impactos em termos de recursos humanos, mobilidade, logística, e sobre a estrutura orgânica, e estimados os respetivos recursos financeiros associados, incluindo um plano de transferências de verbas, considerando-se que caso o mesmo seja aceite e cumprido estejam reunidas as condições para que sejam eficazmente exercidas as competências pelo Município, no domínio das vias de comunicação transferidas.

### **C) PRONÚNCIA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PATRIMÓNIO (DAF):**

Considerando a solicitação anexa da DJUR, a qual ficou definida na última reunião de trabalho do grupo constituído nos termos do despacho n.º 2-P/2019, e por referência aos pontos 2 e 3 do referido despacho, importa ao DAF, nesta primeira fase, pronunciar-se sobre os Decretos-Lei n.º 98/2017 de 27 de novembro e n.º 106/2018, de 29 de novembro.

Assim, e por referência a cada um destes diplomas, concluiu-se o seguinte:

#### **-Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro**

Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo.

O presente diploma transfere para os Municípios a matéria alusiva às modalidades afins de jogo de fortuna e azar, uma vez que a matéria relativa aos jogos de fortuna e azar permanece na esfera jurídica do Estado e suas concessionárias.

Relativamente às máquinas de jogo, as mesmas são regidas pelo DL 310/2002, de 18 de dezembro, com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas:

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o

Nº 13

- 9ª versão - a mais recente (Lei n.º 105/2015, de 25/08); - 8ª versão (DL n.º 51/2015, de 13/04) ; - 7ª versão (Lei n.º 75/2013, de 12/09); - 6ª versão (DL n.º 204/2012, de 29/08); - 5ª versão (DL n.º 48/2011, de 01/04); - 4ª versão (DL n.º 114/2008, de 01/07)- 3ª versão (DL n.º 9/2007, de 17/01); - 2ª versão (DL n.º 156/2004, de 30/06); - 1ª versão (DL n.º 310/2002, de 18/12),

Desde a entrada em vigor do DL 204/2012, de 29/08, que o regime de licenciamento foi simplificado, podendo as máquinas de jogo ser colocadas em exploração, após a realização do registo que é efetuado através do BDE (balcão do empreendedor). Este registo veio substituir a anterior licença de exploração, atualmente revogada.

Estão igualmente sujeitas a comunicação no BDE, a substituição do tema de jogo da máquina de diversão (após este ter sido previamente classificado pelo Serviço de Inspeção de Jogos do Instituto do Turismo de Portugal, I. P.).

Em matéria de fiscalização, dispõe o artigo 27.º, que esta matéria e a instrução dos respetivos processos contraordenacionais, compete às câmaras municipais, sendo o Serviço de Inspeção de Jogos do Instituto do Turismo de Portugal, I. P., o serviço técnico consultivo e pericial nesta matéria.

Assim, desde a publicação do DL 310/2002, de 18 de dezembro, que a competência do licenciamento e fiscalização é da competência das Câmaras Municipais, não se confundido com as competências ora transferidas pelo DL 98/2018, de 27 de novembro, que apenas transfere competências na matéria alusiva às modalidades afins de jogo de fortuna ou azar, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimento e passatempos.

Após este esclarecimento inicial, importa referir que o diploma atribui total autonomia ao Município, quer pela definição das condições constantes da autorização, quer definindo o regime de auditoria.

O Município tem o dever de trimestralmente informar o Estado do número total de autorizações emitidas, para efeitos de cadastro. A informação deve ser remetida no prazo de 10 dias seguintes ao final de cada trimestre ao membro do governo responsável pela área da administração interna por via electrónica.

De salientar que a receita proveniente do procedimento, cujas taxas são livremente fixadas pela autarquia, bem como, 60 % da receita contraordenacional, constituem receita própria da autarquia. Os restantes 40 %, constituem receita da entidade autuante, cuja competência genericamente é das autoridades policiais.

Atualmente, a taxa legal cobrada pelo Ministério da Administração Interna, por cada procedimento, é de 500€. Há lugar à isenção do pagamento da taxa, no caso das instituições de

Retido de  
11 JUN. 2019

Docº Agendado com o  
Nº 13



utilidade pública, desde que façam prova da sua utilidade mediante apresentação dos estatutos ou Diário da República onde se encontra publicada a sua utilidade pública. O Município também terá competência para manter esta isenção ou eliminá-la.

Quanto às coimas atualmente fixadas, situam-se entre os 750€ a 3.740,98€, sendo que se as mesmas forem cometidas por pessoas coletivas passam para 3.750,00€ a 37.500,00€.

Junto ao diploma e da pesquisa efetuada não se encontra qualquer estatística quanto aos licenciamentos emitidos.

Atendendo ao objeto, a expectativa é que este seja um universo muito reduzido de pedidos de licenciamento, pelo que o impacto quer em termos de receita, quer em termos de despesa não terá materialidade, sendo que a transferência de tal atividade integrará uma competência do DAF\_ DLAE.

Para que seja possível aferir se a nossa estimativa estará correta, será necessário obter do Ministério da Administração Interna a seguinte informação:

- Estatística dos processos licenciados nos últimos 3 anos e respetiva receita, com incidência no concelho de Sintra;
- Estatística dos processos de contraordenação emitidos sobre a matéria nos últimos 3 anos e respetiva receita, com incidência no concelho de Sintra;
- Quadro dos recursos humanos afetos: no pressuposto que se trata de casos residuais, se perspetiva ser necessário afetar apenas 1 assistente técnico esporadicamente a este licenciamento. Importa, ainda, aferir quanto à necessidade de recursos humanos em termos de fiscalização.

Do diploma, não se consegue perceber em concreto se a transferência desta competência implica obrigatoriamente a transferência de um determinado número de recursos humanos. Pelo que não se consegue aferir o valor do eventual défice da atividade, causado pela afetação de recursos humanos.

Também se desconhece a existência de contratos a ceder e aquisições de serviço anuais: não se vislumbram aquisições de serviços e de bens específicos para esta atividade. No entanto, e salvo melhor opinião, importa sempre confirmar tal informação junto do Ministério da Administração Interna.

Com a transferência desta competência, será necessário atualizar o regulamento e tabela de taxas do Município, e criar impresso próprio para requerimento do licenciamento em causa.

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13

Assim, e no pressuposto que esta é uma atividade residual e que não tem associada uma bolsa de recursos humanos, conclui-se que a transferência desta competência, em matéria de licenciamento, tem um impacto muito reduzido:

- em termos financeiros (quer do lado da receita, quer do lado da despesa), pelo que não se apresenta qualquer estimativa;
- em termos da estrutura nuclear e flexível (não sendo necessário qualquer alteração à mesma);

-Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro

Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização

São considerados, para o efeito os bens imóveis do domínio privado do Estado ou dos institutos públicos e os bens imóveis do domínio público do Estado que se encontrem em inatividade, devolutos ou abandonados, por um período não inferior a 3 anos consecutivos e não tenham sido objeto de:

- a) Cedência de utilização;
- b) Arrendamento;
- c) Constituição do direito de superfície;
- d) nem se encontrem integrados em procedimento tendente a esse efeito.

Reunião de  
11 JUN. 2019  
Docº Agendado com o  
Nº 13

O Objetivo primário é evitar a degradação do património imobiliário do Estado que se encontra sem uso, devoluto ou abandonado, fomentando a respetiva recuperação, conservação e reutilização, permitindo o gozo e a fruição pública deste património e um uso mais eficiente destes recursos, valorizando-os

Encontram-se excluídas:

- a) infraestruturas militares;
- b) fundos imobiliários - os rendimentos de património próprio e os rendimentos de património do Estado consignados ao reforço do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social;
- c) infraestruturas e equipamentos das forças e serviços de segurança do Ministério da Administração Interna.

Não obstante as exceções, é possível celebrar acordos de cedência entre o Município e o titular do imóvel.

A transferência, não implica a transferência da propriedade (é sempre um contrato de cedência/direito de superfície, etc), apenas o direito à exploração e só se opera mediante comunicação prévia enviada pelo Município (art.º 5.º), sendo necessário a apresentação de

projeto de valorização patrimonial economicamente sustentável, do qual deve constar a seguinte informação:

- a) Identificação do imóvel, incluindo levantamento fotográfico e georreferenciação;
- b) Pedido de avaliação do imóvel a realizar por perito-avaliador credenciado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e divulgada no sítio desta Direção-Geral;
- c) Indicação do uso a conferir ao imóvel; (deve observar as suas características e natureza, salvaguardando a valorização integrada do património imobiliário e a prossecução do interesse público)
- d) Indicação do prazo para o exercício das competências de gestão (máximo de 50 anos podendo ser prorrogado)

O Município fica com a responsabilidade por todos os encargos necessários para a recuperação do edificado, bem como por todas as despesas com a conservação e a manutenção dos imóveis, sendo possível o recurso a financiamento europeu para a recuperação do edificado (art.º 9.º).

Até ao momento, não temos a lista dos imóveis passíveis de tal transferência. Isso só ocorrerá no espaço de 120 dias após a publicação do DL, isto é no início de abril (art.º 15.º).

De acordo com o n.º 5, e salvo melhor opinião, só rececionamos os imóveis para os quais efetuarmos uma comunicação prévia, por isso não teremos encargos financeiros com todos os devolutos relativamente aos quais não revelarmos interesse.

Assim, e tendo em consideração que esta é uma atividade que não tem associada recursos humanos, conclui-se que a transferência desta competência, terá os seguintes impactos:

- em termos financeiros: o correspondente à empreitada de valorização dos imóveis relativamente aos quais se fizer a opção de comunicação e eventual encargo mensal/anual (renda) associado às cedências que se concretizarem;
- em termos da estrutura nuclear e flexível: não é necessário qualquer alteração à mesma;

#### **D) PRONÚNCIA DO DEPARTAMENTO DE TURISMO E CULTURA (DTC):**

O DL 97/2018 diz respeito às transferências relativas às competências das diversas entidades nos domínios das praias no que se refere a licenciamentos, autorizações e concessões das praias e divulgação turística assim, depois de feito o levantamento de todas as competências a transferir procedeu-se ao levantamento de custos associados ao licenciamento das praias do Município de Sintra.

Reunião de

11 JUN. 2019

Docto Agendado com o  
Nº 13

Tendo em consideração que,

➤ As receitas resultam de:

- Apoios balneares; - Apoios recreativos;- Realização de eventos e atividades de natureza desportiva, cultural, religiosa e cerimónias;- Operação de escolas de surf;- Operação de empresas de animação turística em âmbito da prática de desportos de natureza e atividades conexas;- Venda ambulante em areal;- Atividades de natureza publicitária;- Atividades de saúde e bem-estar;- Concessionários de praia

➤ Ao que foi apurado, a receita do ano 2018 da Capitania do Porto de Cascais resultante dos pontos supra traduziu-se em 31 200.00€;

➤ Relativamente à despesa e, estimando os custos que terão para o Município salientamos sobretudo os recursos humanos que terão de ser contratados cujo levantamento está a ser avaliado pelos serviços competentes: GAM-Gabinete de Apoio ao Município, DAF-Departamento de Administração e Finanças, DSE-Departamento de Segurança e Emergência, DEP-Departamento de Obras Municipais e Intervenção no Espaço Público;

➤ Embora os licenciamentos passem para a competência do Município e daí advenha uma receita, todos os licenciamentos de domínio público marítimo carecem do parecer obrigatório do capitão, sendo o valor de cada parecer 150.00€.

Ora, por todas estas considerações parece-nos evidente que a capitania ao transferir as competências ficará com menos trabalho, mas, continuará a lucrar o que não acontecerá com a Câmara que ao assumir estas competências terá de fazer frente a uma despesa muito superior à receita como demonstrado acima.

Pela diversidade de competência e elevado número de serviços envolvidos neste processo, para que haja uma centralização dos mesmos, parece-nos importante a criação de uma estrutura interna, que funcione como elo de ligação entre os concessionários e todos os outros serviços por onde passarão os processos, esta estrutura funcionaria agregada a uma unidade orgânica, que faria sentido ser delegada no DAP-Departamento de Ambiente, Projetos e Fiscalização ou no DTC- Departamento de Turismo e Cultura.

- Quanto ao DL 99/2018 diz respeito ao Turismo e mais concretamente ao desenvolvimento da promoção turística interna assim, e de acordo com as diretrizes do referido diploma esta promoção será articulada com a Área Metropolitana de Lisboa, de acordo com o artigo 42.º da Lei n.º 50 de 16 de agosto, até à criação de outra forma de organização territorial autárquica.

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13

A nova forma de organização autárquica prende-se com a criação de uma entidade intermunicipal, constituída pelas várias câmaras, que de acordo com o determinado no artigo 4.º a transferência das competências dependerá de um acordo prévio entre todos os municípios que a integram, acordo esse que será aprovado em Assembleias Municipais.

Não existe pronúncia do DTC relativamente 22/2019.

### **E) PRONÚNCIA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO (DJU):**

Atendendo especificamente ao que ao Departamento Jurídico cumpre apreciar, ainda que considerando o universo dos diplomas sectoriais, importa atender desde logo ao Capítulo III da Lei n.º 50/2018, onde são elencadas as novas competências dos órgãos entidades Intermunicipais, devendo para o efeito atender-se ao disposto no art.º 35.º que refere a transferência de competências ao nível da justiça e sua amplitude, nos seguintes termos:

*"n.º 1 -Competência: - elaboração de propostas para a definição da rede de julgados de paz;  
n.º 2 -Competência: -participação em ações ou projetos de reinserção social de jovens e adultos, violência doméstica, rede dos julgados de paz e apoio às vítimas de crime".*

### **-DECRETO LEI N.º 101/2018 DE 29.11.**

A 29 de novembro de 2018 foi publicado o Decreto-Lei n.º 101/2018, o qual concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no **DOMÍNIO DA JUSTIÇA**, ao abrigo do art.º 35.º da Lei n.º 50/2018, a cuja apreciação se procede, em estreita obediência ao determinado no despacho que criou o Grupo de Missão.

Este diploma concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da justiça nas seguintes áreas:

*"art.º 2.º*

- a)- Reinserção social de jovens e adultos;*
- b)- Prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica;*
- c)- Rede dos Julgados de Paz;*
- d)- Apoio às vítimas de crimes.*

Reinserção social de Jovens e Adultos

Artigo 4.º  
Reinserção social de jovens e adultos

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13

1 — Os órgãos municipais e das entidades intermunicipais têm competência para participar em ações ou projetos de âmbito municipal ou intermunicipal, respetivamente, que promovam a reinserção social dos jovens e adultos na comunidade, designadamente:

a) Na constituição e organização de bolsas de entidades beneficiárias interessadas em colaborar no âmbito da execução de sanções penais e medidas tutelares educativas que impliquem a prestação de trabalho a favor da comunidade;

b) Na constituição e organização de bolsas de imóveis destinadas a alojamento temporário de ex-reclusos, para apoio no período inicial de adaptação à liberdade.

2 — Para a promoção, desenvolvimento e fomento das ações ou projetos a desenvolver no âmbito das competências previstas no número anterior, os municípios e as entidades intermunicipais podem celebrar acordos ou protocolos de cooperação com os organismos que integram a Administração direta e indireta do Estado, instituições particulares de solidariedade social, pessoas coletivas de utilidade pública ou organizações não -governamentais, designadamente no que se refere à articulação e gestão da estratégia das ações a desenvolver, bem como dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários.

Esta disposição confere aos Municípios a possibilidade de participar em ações ou projetos de âmbito municipal mediante a celebração de acordos ou protocolos de colaboração, com os organismos que integram a administração direta e indireta do estado, instituições particulares de solidariedade social, pessoas coletivas de utilidade pública ou organizações não governamentais.

Será sempre em articulação com terceiros que estas iniciativas tendentes, nomeadamente, à reinserção social, seja no âmbito da execução de sanções penais e medidas tutelares educativas com prestação a favor da comunidade, seja no apoio a ex- reclusos no período inicial de adaptação à liberdade, serão concretizadas.

Trata-se de matéria de cariz social que, no Município de Sintra já está sinalizada, havendo já alguma resposta nesta área, em articulação com o Instituto de Reinserção Social, mas que importará sempre aprofundar e desenvolver, nomeadamente por via da celebração de protocolos com este instituto.

Para estas novas competências, importará desde logo que sejam criadas bolsas de entidades beneficiárias/parceiros, interessados em colaborar no âmbito da execução de sanções penais e medidas tutelares educativas que impliquem a prestação de trabalho a favor da comunidade.

Com estas entidades o Município ter-se-á que articular, acompanhando, nomeadamente, a aplicação das comunicações que receber dos Tribunais relativas à efetiva execução das sanções penais e medidas tutelares educativas que impliquem a prestação de trabalho a favor da comunidade.

Considerando a matéria em causa, julga-se que importa ao Departamento de Solidariedade e Inovação Social (DSI) desenvolver um trabalho de retaguarda, adaptando eventualmente a

Reunião de

11 JUN. 2019

Docº Agendado com o

Nº 13

orgânica do departamento para estes fins, alocando os recursos humanos e materiais que entenda por ajustados a esta nova realidade.

A este propósito, considerando a estrutura orgânica do Município, destaca-se a existência no DSI/DSAS de atribuições no âmbito da saúde e no âmbito social, salientando-se a prevista no (art.º 39.º, n.º 2 alínea b) *“Conceber e desenvolver programas e projetos integrados de ação social, de iniciativa municipal ou em parceria com outras instituições e agentes sociais, visando o apoio a grupos especialmente carenciados, vulneráveis ou em risco;”*

Pelo que poderá ponderar-se a inclusão nesta Unidade Orgânica destes novos projetos ou ações ao nível da reinserção de jovens e adultos, fazendo contemplar na orgânica as competências ainda ali não especificamente previstas.

Considerando a nova competência prevista na alínea b) do art.º 4.º *“Na constituição e organização de bolsas de imóveis destinadas a alojamento temporário de ex -reclusos, para apoio no período inicial de adaptação à liberdade.”* cumpre dizer o seguinte:

No Município já existem projetos na comunidade, em articulação com o IPSS, que desenvolvem projetos de acolhimento temporário de pessoas carenciadas, em situação vulnerável, visando a reintegração das mesmas na sociedade, existindo um conjunto de denominadas *casas de transição*.

Todavia, considerando o alcance desta nova competência e especialmente os visados, tal implicará a criação de uma bolsa de imóveis (dotada de pelo menos 2 ou 3 casas) para apoio dos ex reclusos, num período inicial, limitado, para adaptação à liberdade, com o necessário acompanhamento por parte de técnicos de várias áreas, sendo possível estimar a necessidade de pelo menos 1 assistente técnico e 2 técnicos superiores (estimativa que deverá ser submetida à avaliação da por parte do Dirigente onde a competência se enquadre).

De salientar que se desconhece qual o universo de ex reclusos que cumpre acolher, ainda que temporariamente, na medida em que, não obstante no concelho existirem 2 estabelecimentos prisionais, nos mesmos cumprem pena cidadãos de outros concelhos, impondo-se e sugerindo-se a realização de reuniões com os diretores dos estabelecimentos prisionais para melhor perceção desta realidade.

Sublinha-se igualmente que é imperioso que a Administração Central disponibilize o apoio financeiro necessário à concretização da criação das referidas bolsas de imóveis, sendo uma possibilidade o arrendamento ou o estabelecimento de parcerias e respetivo apoio financeiro.

Por fim dá-se nota de que não se trata de uma transferência de competências para os Municípios, mas sim de uma NOVA competência.

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
nº 13

## Violência contra as mulheres e violência doméstica

### Artigo 5.º

1 — Os órgãos municipais e das entidades intermunicipais têm competência para, no âmbito dos respetivos territórios, definir ações ou projetos de prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica (VMVD) e de proteção e assistência das suas vítimas, que contribuam para a prossecução da igualdade e da não discriminação, incluindo a discriminação interseccional, designadamente:

- a) Realizar ações ou projetos de sensibilização e informação sobre a VMVD, em articulação com os parceiros locais, designadamente no âmbito do artigo 78.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, na sua redação atual, sem prejuízo do disposto no artigo 80.º da mesma lei;
- b) Implementar e monitorizar as ações ou projetos, em articulação com as demais entidades com competências nesta área, sem prejuízo do disposto no artigo 80.º do Decreto-Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro;
- c) Participar na promoção, constituição, organização e funcionamento de estruturas de atendimento que assegurem, de forma integrada e com caráter de continuidade, o atendimento, apoio e reencaminhamento personalizado das vítimas e seus filhos menores ou maiores com deficiência na sua dependência, tendo em vista a sua proteção e assistência, nos termos do disposto no artigo 61.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, e das restantes respostas constantes da rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica igualmente previstas naquela lei e no Decreto Regulamentar n.º 2/2018, de 24 de janeiro.

2 — O disposto no presente artigo não prejudica a participação das autarquias locais prevista no artigo 55.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro.”

Esta disposição confere aos Municípios a possibilidade de definir ações ou projetos de prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica e proteção das demais vítimas (realização de ações de sensibilização e informação; implementação e monitorização dessas ações ou projetos, promoção de estruturas de atendimento e apoio a vítimas e filhos menores ou maiores com deficiência na sua dependência), o que implicará a articulação com o disposto na Lei n.º 112/2019 de 16 de setembro (que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas).

A sensibilização e informação sobre a VMVD bem como a implementação e monitorização de ações ou projetos, em articulação com outras entidades, já de algum modo é feita pelo Município, porquanto consta da orgânica da Câmara, concretamente integrado no Departamento de Solidariedade e Inovação Social/DSAS o denominado “Espaço Informação Mulher” (art.º 39.º) com as seguintes competências:

Reunião de

11 JUN, 2019

Docº Agendado com o  
Nº 13



- a) Informar as mulheres sobre os seus direitos, oportunidades de emprego, opções na criação da própria empresa, apoios financeiros disponíveis e formação profissional;*
- b) Apoiar a população feminina na reinserção social e profissional;*
- c) Desenvolver projetos que potenciem a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.*

Constata-se que o modelo atual versa apenas questões que se prendem com as Mulheres, quando na realidade, estas novas competências implicam o alargamento desse apoio a qualquer tipo de violência doméstica, de género ou de crime.

A nível nacional já existe uma ampla campanha de sensibilização para a violência doméstica, tendo como alvo não só as Mulheres bem como os Homens, todavia, a nível local impor-se-á por via da descentralização dessa competência, reforçada com a referência à Lei n.º 112/2009, uma sensibilização e informação mais próxima dos munícipes e nos moldes especificamente previstos nos art.º 78.º da referida lei, numa lógica de proximidade.

Assim, e tendo por referência o “Espaço Mulher”, todas estas novas ações de sensibilização e informação, deverão, caso assim se entenda, ser ali incluídas, o que implicará o reforço de meios humanos e materiais, o eventual recurso a entidades terceiras, nomeadamente a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, às autoridades policiais ou outras e a ações de formação dos técnicos que já trabalham no espaço bem como dos que ali cumprirá afetar.

Não se conhece o universo dos destinatários a nível local, não obstante a informação que circula na comunicação social que é reveladora do aumento do número de vítimas de violência doméstica, no entanto, considerando que o concelho tem cerca de 400 mil habitantes é previsível que o número de VMVD tenha uma expressão significativa, o que implica um reforço proporcional do número de recursos a afetar a esta realidade.

Mais uma vez considera-se que o Dirigente onde esta competência se irá enquadrar, estará em condições de estimar os recursos humanos (internos e externos), materiais e financeiros que o exercício destas novas competências importa para toda a estrutura da Câmara.

Dá-se nota que o Município de Sintra tem um Plano Municipal para a Igualdade, Cidadania e Promoção da Dignidade Humana (2017-2018), promovido em parceria com um conjunto de organizações que integram o setor público, solidário e privado, instrumento onde são vertidas estratégias para a promoção da igualdades de género, combate ao tráfego de seres humanos e combate de todas as formas de violência, e em especial, quando exercidas contra grupos de cidadãos mais vulneráveis como sejam as crianças e jovens, as pessoas idosos, as pessoas com deficiência ou as comunidades imigrantes.

Reunião de

11 JUN, 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13

Este PMICODH reúne num único documento as áreas temáticas desenvolvidas nos seguintes planos nacionais: Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não discriminação; Plano Nacional de Prevenção e Combate à violência Doméstica e de Género; Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos e Programa de ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina.

Conforme é referido no PMICODH *"Este plano pretende, pois, referenciar as vítimas existentes no território, alertar e consciencializar os atores sociais para as problemáticas e, a curto e médio prazo, dar respostas concretas às necessidades diagnosticadas."*

Este Plano foi construído em parceria com a Rede de Intervenção na Área da Violência em Sintra (RIVS) e é orientador e operativo, pretendendo disponibilizar às instituições que atuam no concelho e municípios, medidas concretas destinadas a prevenir e combater ações que se afigurem atentatórias dos direitos humanos.

A RIVS foi criada em 2010 e da mesma fazem parte, para além da Câmara Municipal de Sintra, vários parceiros, representantes de entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, com o objetivo de promover conhecimento do fenómeno da violência domestica no concelho de Sintra, numa logica de investigação-ação, prevenção de comportamentos violentos nos adultos, nos jovens e nas crianças e fomento de um atendimento de qualidade a vitimas de violência doméstica.

Na análise das várias situações reportadas estão presentes, a entidade sinalizadora do caso à Comissão; o ACES Sintra, a Câmara; a CPCJ com competência territorial (sempre que do caso façam parte crianças); a Direção Geral de reinserção e Serviços prisionais; o ISS, IP, o Ministério Público, os OPC com competência territorial no caso em análise.

No Município existem duas instituições que disponibilizam serviços de atendimento específico a vítimas de violência doméstica, devidamente habilitados com Técnico de Apoio à Vitima, a Câmara dispõe do espaço "informação Mulher" e o ISS, IP, com a abrangência da totalidade do concelho.

Para além destes espaços de atendimento, no âmbito de um protocolo celebrado entre a CMS, o ISS, IP, o Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus e a VITAE, existe o Centro de Alojamento de Emergência Social (CAES)- Residência Social São João de Deus, que funciona no Edifício de São João de Deus da Casa de Saúde da Idanha. Integra 56 camas e destas 43 reservadas ao Instituto de Segurança Social e 13 à Câmara Municipal de Sintra, destinando-se a dar resposta a situações de emergência social sinalizadas pela autarquia.

O CAES, gerido pelo grupo VITAE, tem como missão dar resposta, através do alojamento transitório e temporário, a problemas sentidos por pessoas e famílias de risco e de emergência

Reunião de

11 JUN. 2019

35

Doctº Agendado com o

Nº 13

social nomeadamente com carências ao nível de alojamento, alimentação, higiene e vestuário, cuidados básicos de saúde, área relacional, ocupacional e laboral, e embora não esteja vocacionado especificamente para vítimas de violência doméstica, acolhe transitoriamente situações com avaliação de baixo risco.

Há outras instituições, nomeadamente ONG de âmbito nacional a intervir nesta problemática no território de Sintra, tais como a APAV e a AMCV (Associação de Mulheres contra a Violência).

Sintra tem no seu território uma casa de abrigo (unidade residencial destinada a acolhimento temporário de vítimas, acompanhadas ou não de filhos menores de acordo com o disposto no art.º 60.º da Lei n.º 112/2009), e gerida pela Associação de Mulheres Contra a Violência e acolhe mulheres não só do concelho de Sintra.

Todas estas valências e sinergias estabelecidas entre as entidades supracitadas são de importante valia para por em prática o exercício destas competências, que de algum modo já se encontram em concretização, necessitando de adequação, adaptação e naturalmente reforço de meios humanos e materiais, nomeadamente no número de casas de abrigo.

De referir que a transferência destas competências para o Município, não prejudica a participação das autarquias locais na rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica.

Da conjugação do previsto no art.º 5.º n.º 2 do D.L. 101/2018, com o art.º 55.º da Lei n.º 112/2009, de 16.09, conclui-se que, para além de assegurar o exercício desta competência ao nível local, as autarquias podem integrar, em parceria, a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica, colaborando, nomeadamente, na divulgação da existência de centros de atendimento em funcionamento nas respetivas áreas territoriais, com a particularidade de, caso a propriedade dos equipamentos seja das autarquias locais a manutenção dessas instalações é assegurada por estas.

Julgados de Paz

Artigo 6.º

Rede dos julgados de paz

- 1 — No âmbito do artigo 3.º da Lei n.º 78/2001, de 13 de julho, na sua redação atual, os municípios e as entidades intermunicipais têm poder de iniciativa com vista à apresentação de propostas de criação, instalação, modificação ou extinção de julgados de paz concelhios e de agrupamento de concelhos, respetivamente, por parceria pública com o Ministério da Justiça.
- 2 — Quando a criação, instalação, modificação ou extinção de julgados de paz resulte de iniciativa governamental, é obrigatória a consulta aos municípios e entidades intermunicipais abrangidos.

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o

Nº 13

Relativamente a este artigo é de salientar o seguinte:

Confere maior intervenção dos Municípios relativamente à criação dos Julgados de Paz, como também quanto ao poder de iniciativa de instalação, modificação ou extinção dos Julgados de Paz, não previstos na Lei n.º 78/2001 de 13.07 na sua redação atual (até então eram criados por diploma do Governo, ouvidos o Conselho dos Julgados de Paz, Conselho Superior da Magistratura, Ordem dos Advogados e AML e a instalação do Julgados de Paz era e é feita por portaria do Ministro da Justiça).

Daqui decorre que os Municípios passarão a ter um maior grau de intervenção na decisão de criação de julgados de Paz e um poder de iniciativa de que não dispunham, ao nível da instalação/modificação/extinção dos Julgados de Paz.

Igualmente quando a iniciativa é ao nível governamental, passa a ser obrigatória a consulta aos Municípios. Como tal, na eventualidade de ser proposta a extinção do Julgado de Paz de Sintra, o Município teria de ser obrigatoriamente consultado.

Assim, passará a existir margem de iniciativa aos Municípios no que concerne à rede dos Julgados de Paz, o que terá maior impacto nos concelhos onde não há Julgado de Paz instalado ou naqueles que apresentem predisposição para criação de agrupamentos de Concelhos de Julgados de Paz.

Em rigor, sob o ponto de vista de alocação de meios humanos e financeiros, considerando que já existe um Julgado de Paz no concelho de Sintra, em termos orgânicos integrado no Departamento Jurídico/Divisão de Assuntos Jurídicos, fruto de uma parceria pública-pública entre a CMS e o Ministério da Justiça e que se mantém nos moldes protocolados, não há impacto que cumpre apreciar.

O alargamento das competências por via desta transferência afigura-se vantajoso, atentos os objetivos do Município de criação de postos de atendimento do Julgado de Paz nas Lojas do Cidadão/Gabinete de Apoio ao Município de que dispõe.

Reunião de

11 JUN. 2019

Apoio a Vítimas de Crimes

Doctº Agendado com o  
nº 13

Artigo 7.º

Apoio às vítimas de crimes

Os órgãos municipais e das entidades intermunicipais têm competência para, no âmbito dos respetivos territórios desenvolver ações ou projetos de apoio às vítimas de crimes, designadamente:

a) Prestando informação às vítimas de crimes quanto aos seus direitos e aos apoios a que podem recorrer, designadamente através da Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes;

b) Constituinto e organizando estruturas locais com funções de atendimento, apoio, reencaminhamento e acolhimento temporário de vítimas de crimes, nomeadamente em articulação com a Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes.

Esta disposição confere aos Municípios a possibilidade de definir ações ou projetos de apoio às vítimas de crimes, em articulação com a Comissão de proteção às vítimas de crimes (organismo do Ministério da Justiça responsável por receber, analisar e decidir os pedidos de indemnização a conceder pelo Estado, pedidos esses, apresentados quer pelas vítimas de crimes violentos, quer pelas vítimas do crime de violência doméstica).

De acordo com o quadro legal vigente, plasmado na Lei n.º 104/09, de 30 de setembro, a proteção às vítimas de crimes violentos consiste na atribuição às vítimas diretas ou em caso de morte destas, aqueles que se encontravam na sua dependência económica, de uma indemnização por parte do Estado, quando a indemnização civil fixada pelos Tribunais, não possa ser suportada pelo(s) indivíduo(s) que praticou(aram) o crime e desde que o dano causado por esse mesmo crime, tenha causado uma perturbação considerável quer do nível de vida, quer da qualidade de vida da vítima.

Uma vez que este Organismo tem também competências ao nível das vítimas do crime de violência doméstica, poderá considerar-se como parceiro ideal relativamente a situações em que essa violência doméstica já se encontra qualificada judicialmente como crime.

Não obstante a possibilidade de se estabelecerem parcerias com a Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes, poderá considerar-se incorporar na estrutura orgânica existente estas novas competências, sem que contudo atualmente se vislumbre ao nível social onde enquadrar estes apoios, projetos e ações, todavia, em sede de reestruturação poder-se-á equacionar um alargamento dessas competências no DSI, que já assume várias competências, designadamente ao nível social, de apoio e acompanhamento de pessoas vulneráveis e em risco. Todavia, o elenco de competências atual fica muito aquém das ações a tomar por efeito da transferência de competências, na medida em que o Município não está preparado para atuar face a uma eventual situação de vítima de um crime violento.

Desconhece-se totalmente o número de destinatários a apoiar, a forma de apoiar, quais as características dos recursos humanos necessários para prestar esse apoio, sendo inexistente qualquer referencia à forma de articulação com a Comissão de Proteção de Vítimas de Crimes, nomeadamente no que toca a recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários.

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o

Nº 13

Certo é apenas que a transferência implica a constituição e organização de estruturas locais com funções de atendimento, apoio, reencaminhamento e acolhimento temporário de vítimas de crimes (alínea b) do art.º 7.º).

A propósito do acolhimento temporário replica-se aqui o referido relativamente aos CAES - Centro de Alojamento de Emergência Social, tratados a propósito do art.º 5.º do D.L. 101/2018, do acolhimento a vítimas de violência doméstica.

Salientando-se que, face a estas novas competências, impõe-se um alargamento da oferta em termos de acolhimento disponível, diga-se lotada, bem como o reforço da equipa multidisciplinar que se impõe criar face a estas situações específicas, que implicará a articulação de várias áreas, como tal integrada por psicólogos, juristas, assistentes sociais, técnicos na área da saúde e autoridades policiais, avançando-se desde já com a necessidade de 3 técnicos superiores de apoio a esta equipa, com o inerente pacote financeiro, que abarque também as despesas com a formação adequada.

Caso assim não se entenda e o desenvolvimento de projetos e ações passe apenas pela articulação com a Comissão de Proteção de Vítimas de Crimes, julga-se ainda assim que seria necessário destacar recursos humanos devidamente formados e preparados para este tipo de apoio, sendo certo que a comissão tem âmbito nacional desconhecendo-se a dimensão Local/concelhio destas situações.

#### -Decreto-Lei n.º 20/2019

A 30 de janeiro de 2019 foi publicado o Decreto-Lei n.º 20/2019, o qual ao abrigo dos artigos 24.º e 25.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais nos seguintes domínios:

- a) Proteção e saúde animal dos animais de companhia (artigo 2.º);
- b) Proteção e saúde animal de animais de produção (artigo 3.º);
- c) Segurança dos alimentos (artigo 4.º).

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
nº 13

Para além da transferência de competências, o Decreto-Lei em referência procedeu ainda à alteração dos seguintes diplomas:

- Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de maio, que estabelece os princípios gerais da carreira de médico veterinário municipal;
- Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.os 315/2003, de 17 de dezembro, 265/2007, de 24 de julho, 255/2009, de 24 de setembro, e 260/2012, de 12 de dezembro, e pela Lei n.º 49/2007, de 31 de agosto, que estabelece as normas legais tendentes a

aplicar em Portugal a Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia e um regime especial para a detenção de animais potencialmente perigosos;

- Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro, que aprova o Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e Outras Zoonoses (PNLVERAZ) e estabelece as regras relativas à posse e detenção, comércio, exposições e entrada em território nacional de animais suscetíveis à raiva;

- Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, alterado pelos Decretos-Leis n.os 165/2014, de 5 de novembro, e 85/2015, de 21 de maio, que aprova o novo regime de exercício da atividade pecuária;

- Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, alterado pelos Decretos-Leis n.os 165/2014, de 5 de novembro, 73/2015, de 11 de maio, e 39/2018, de 11 de junho, que cria o Sistema da Indústria Responsável (SIR), que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste sistema.

Esta transferência de competências (Proteção e saúde animal dos animais de companhia; proteção e saúde animal de animais de produção; Segurança dos alimentos), essencialmente ao nível da garantia da sanidade animal, fundamental para a salvaguarda da segurança alimentar, da saúde pública e do ambiente e que só pode ser assegurada por intermédio de diversos mecanismos onde o sistema de recolha de cadáveres de animais mortos na exploração ou o programa Nacional de Saúde Animal assume-se como elemento fundamental que assegura a sustentabilidade económica da atividade agropecuária.

em prejuízo de se tratar de matéria que cumpre apreciar por parte do Gabinete Médico Veterinário, ainda assim se diz que esta transferência de competências para os órgãos municipais, no domínio da proteção e saúde animal e segurança dos alimentos, levará previsivelmente a uma transferência dos custos de execução dos programas sanitários para as autarquias e para os produtores, podendo comprometer os programas de vigilância sanitária, o que constitui uma situação de risco para o país, em termos de sanidade animais e segurança alimentar, com consequências económicas graves em caso de ocorrência de incidentes.

Com relevo para o DJU e especificamente para as competências atualmente prosseguidas pela Divisão de Execuções Fiscais e Contraordenações (DJU-DECO) o Decreto-lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro transfere as seguintes competências:

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o

Nº 13

»- Competência para o Presidente da Câmara Municipal em matéria de instrução e de decisão dos processos de contraordenação, incluindo a aplicação de sanções acessórias, no âmbito dos seguintes diplomas:

- a) Proteção e saúde animal dos animais de companhia (artigo 2.º)
  - i. Nos artigos 68.º e 69.º do Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, na sua redação atual, exceto a instrução e decisão dos processos relativos à alínea f) do n.º 2 do mesmo artigo 68.º do referido decreto-lei;
  - ii. No n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro.
- b) Proteção e saúde animal de animais de produção (artigo 3.º);
  - i. Violação do disposto nas alíneas d), e), h), i), j), m) e n) do n.º 1 do artigo 46.º do referido decreto-lei, no que respeita às explorações pecuárias da classe 3.
- c) Segurança dos alimentos (artigo 4.º)
  - i. No artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 113/2006, de 12 de junho, na sua redação atual;
  - ii. No artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 147/2006, de 31 de julho, na sua redação atual;
  - iii. No artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 178/2008, de 26 de agosto;
  - iv. No artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, na sua redação atual.

O produto das coimas dos processos contraordenacionais referidos nos diplomas em referência constituem receita do Município.

Acresce que, o eventual incumprimento do pagamento das taxas que venham a ser devidas, passará a ser competência da Secção de Execuções Fiscais.

Decorre ainda do Decreto-lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro que, com esta transferência de competências, a prestação do serviço público local (os serviços prestados pelo Médico Veterinário Municipal) passa a estar sujeita ao pagamento de taxas a fixar pelos Municípios nos termos da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na sua redação atual, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais, e que constituem sua receita própria.

A transferência destas competências implica, portanto, alterações à Tabela de taxas e Outras receitas do Município.

Assim, analisado o referido diploma e as alterações legislativas daí decorrentes, é forçoso concluir que existem repercussões materiais inerentes ao exercício das competências prosseguidas pela DJU-DECO, sendo previsível que o impacto será maior na Secção de Contraordenações, atendendo à grande probabilidade do aumento do número de processos a *tramitar*, na certeza de que atualmente a DECO tramita perto de 10.000 processos.

Reunião de

11 JUN. 2019



Não obstante não se dispor de números no que toca a processos que sejam tramitados até então pela DGAV, relativos ao concelho de Sintra, informação, ainda assim que se considera essencial, por todo o supra exposto, é previsível o aumento do número de processos a tramitar.

Considerando as atribuições já estabelecidas para a DECO e a sua composição com duas Secções - de Execuções Fiscais e de Contraordenações, tal permite a adequação às competências transferidas ou vindas a transferir, não sendo necessária qualquer alteração à estrutura nuclear e flexível desta Unidade Orgânica.

Porquanto se afirmou *supra*, estarmos numa lógica de apreciação global dos diplomas setoriais concretizadores da transferência de competências, cumpre atentar ainda no Decreto-Lei n.º 97/2018 de 27 de novembro, o qual concretiza a transferência de competências no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres, integradas no domínio público hídrico do Estado, ao abrigo do art.º 19.º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto.

Assim, entre as várias competências transferidas para os órgãos municipais, no que se refere às praias marítimas, fluviais e lacustres (especificadas no art.º 1), nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 3.º, a competência para *"Instaurar, instruir e decidir procedimentos contraordenacionais, bem como aplicar as coimas devidas"*.

Ainda que em jeito de repetição, mas também de conclusão, esta nova competência trará um aumento do número de processos a tramitar pela DJU-DECO, e inerente necessidade de recursos humanos e materiais, sem que, contudo, passe por qualquer alteração à estrutura nuclear e flexível desta Unidade Orgânica.

Portanto, sem embargo das necessidades já reportadas e que importa preencher, sem embargo das situações de aposentação que se aproximam, indica-se como necessário o reforço da equipa da DJU/DECO, com 2 Técnicos Superiores, da área Funcional do Direito, e 2 Assistentes Técnicos, com a inerente despesa.

#### **Em Suma:**

Considerando o Departamento Jurídico no seu todo e o impacto que a transferência das competências por via de todos os diplomas sectoriais e não apenas o D.L. 101/2018, o D.L. 20/2019 e o D.L. 97/2018, trarão diretamente para o Departamento, dir-se-á que é previsível o aumento do exercício de algumas das competências já inerentes, nomeadamente a emissão de pareceres jurídicos no apoio a toda a estrutura municipal, apreciação de reclamações por parte de todos os novos destinatários do serviço público, a elaboração de todo o tipo de instrumentos jurídicos de suporte a acordos de colaboração, protocolos com terceiros, a elaboração de novos

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13

regulamento e a revisão de alguns existentes, sendo previsível uma profunda revisão ao Regulamento e Tabela de taxas e Outras receitas do Município para os anos que se seguem, contemplando toda uma série de taxas e tarifas cuja criação, liquidação e cobrança é trazida por via de vários diplomas sectoriais.

Assim sendo, pese embora a parca informação para uma resposta sustentada às questões colocadas, e como tal a título meramente perfunctório, face ao solicitado é possível aferir a necessidade de reforço de recursos humanos, reiterando que os existentes já são insuficientes para as necessidades atuais, pelo que importa colmatar essas faltas com o reforçar as equipas, sustentado no exercício das novas competências, via descentralização, o que importa a inerente criação de postos de trabalho e despesa. Para melhor sistematização do acima referido e restrito ao Departamento Jurídico, apresenta-se o seguinte quadro:

### DJU

Impacto no plano dos <u>recursos humanos</u>	Recursos Humanos		Diplomas de enquadramento	Fundamentação do incremento de solicitações/ Novas competências:
	Técnico Superior	Assistente Técnico		
DJUR	2	2	<p>Todos os Diplomas concretizadores da Lei n.º 50/2018 de 16.08 em particular o Dec. Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro</p> <p>Reunião de 11 JUN. 2019</p> <p>Doctº Agendado com o nº 13</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de pareceres</li> <li>• Apreciação de reclamações</li> <li>• Produção de acordos convencionais com diversas Entidades ao nível</li> <li>✓ acordos de colaboração</li> <li>✓ protocolos</li> <li>• Iniciativas legislativas no plano: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Regulamentar</li> <li>✓ Despachos internos respeitantes às competências da Câmara.</li> </ul> </li> </ul>
	2	2	Decreto-lei n.º 20/2019, de	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proceder, nos termos legais, a todos os atos e formalidades processuais no âmbito das execuções fiscais, sob a responsabilidade do funcionário designado para o efeito (SEFI);</li> </ul>

DECO			30 de janeiro e Decreto-Lei n.º 97/2018 de 27 de novembro	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assegurar a realização de tarefas administrativas e organizar e instruir os processos de contraordenações, bem como todos os atos administrativos correspondentes (SCOR).</li> <li>- Instaurar, instruir e decidir os procedimentos contraordenacionais, bem como aplicar as coimas devidas (SCOR).</li> </ul>
Julgados de paz	1	-	Todos os Diplomas concretizadores da Lei n.º 50//2018 de 16.08	Aumento de processos entrados por via do encaminhamento dos serviços a este serviço de justiça de proximidade

## **F) PRONÚNCIA DO GABINETE DE APOIO EMPRESARIAL (GAEM)**

I – A “Declaração conjunta sobre descentralização” assinada entre o Governo e o Partido Social Democrata, em 18 de Abril de 2018....).

Estabelece os princípios, a metodologia a aplicar, metas a atingir e prazos para a transferência de competências da Administração Central para a Administração Local.

Pretendeu-se com este compromisso que as reformas iniciadas não fiquem sujeitas a ciclos eleitorais ou mudanças de Governo, obtendo-se assim uma base de apoio político suficientemente alargado para dar continuidade e consolidar o processo em curso.

No que se refere à parte financeira que consubstancia a transferência de competências, transcreve-se o que é dito no seu *Capítulo I – Transferência de competências para as autarquias locais, parágrafo 3:*

*“ A implementação desta transferência de competências deve ser acompanhada por uma comissão que tenha representantes da ANMP, da ANAFRE, do Governo e do Parlamento e que avaliará a adequabilidade dos recursos financeiros de cada área de competências “.*

II – Lei 50/2018, de 16 de Agosto

Lei -quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais

Artigo 6.º

Acompanhamento e informação

Reunião de

11 JUN. 2019

Docº Agendado com o

Nº 13

3 — *É criada uma comissão de acompanhamento da descentralização integrada por representantes de todos os grupos parlamentares, do Governo, da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias, que avalia a adequabilidade dos recursos financeiros de cada área de competências.*

Fazemos referência a este Artigo pela sua importância na redução da incerteza face às verbas a transferir, tendo em consideração que a quantificação dessas verbas é de difícil avaliação.

III— Decreto-lei 102/2018, de 29 de Novembro

#### Artigo 1.º *Objecto*

O presente decreto -lei concretiza a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projectos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento, ao abrigo das alíneas c) e d) do artigo 37.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

No seu Artigo 3º, número 1, estabelece que “ O exercício das competências a transferir compete à área metropolitana de Lisboa, até à criação das entidades previstas no Artigo 42º da Lei 50/2018:

#### *Áreas metropolitanas*

*Até à criação de outras formas de organização territorial autárquica, em conformidade com o previsto no n.º 3 do artigo 236.º da Constituição, nas áreas de Lisboa e Porto, as competências transferidas para as entidades intermunicipais são exercidas pelas áreas metropolitanas respectivas.*

As entidades intermunicipais passam, assim, a ter competências de gestão de:

1-Projetos financiados por fundos europeus

2-Programas de captação de investimento

o que pressupõe para a sua operacionalização:

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13

- a) Elaborar, em articulação com as opções de desenvolvimento a nível regional, a estratégia global das respectivas sub-regiões, incluindo o diagnóstico e identificação das necessidades e oportunidades dos territórios;
- b) Elaborar o programa de acção, incluindo o planeamento indicativo dos **investimentos** a realizar, para a prossecução da estratégia referida na alínea anterior;
- c) Definir, implementar e monitorizar programas de captação de investimento produtivo empresarial de dimensão sub-regional, articulados com a estratégia referida na *alínea a)*, incluindo a participação nos processos de apoio, no que se refere à vertente sub-regional.

Na análise de candidaturas, na aplicação de critérios de selecção das candidaturas a financiar;

d) Dinamizar e promover, a nível nacional e internacional, o potencial económico das respectivas sub-regiões, designadamente realizando e participando em eventos, bem como gerindo postos e portais de informação neste domínio;(marketing territorial)

e)Apresentar candidaturas no âmbito de programas de financiamento europeu com vista à implementação de projectos a nível sub-regional, designadamente de natureza económica, social e cultural;

f) Gerir e implementar projectos financiados com fundos europeus.

#### IV - Despacho nº 2-P/2019

Constituição de Grupo de Missão para avaliação dos efeitos da Lei nº 50/2018 de 16 de Agosto, que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais , onde cade ao GAEM apreciar o conteúdo do Decreto-lei nº 102/2018 de 29 de Novembro, que " concretiza a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projectos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento ao abrigo das alíneas c) e d) do artigo 37º da Lei nº 50/2018, de 16 de Agosto:

c) Gerir projectos financiados com fundos europeus;

d) Gerir programas de captação de investimento.

#### V – Competências actuais do GAEM

No artigo 62º do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (Despacho (extracto) n.º 9895/2017), são definidas competências que já se coadunam com a generalidade das competências a serem transferidas.

- *Atrair novo investimento nacional e estrangeiro, em especial, em áreas de inovação e conhecimento, ...*

- *Divulgar potencialidades locais, oportunidades de negócio e de atracção de investimento.*

No entanto, recorde-se que estas competências são transferidas para a AML, o que obrigará a um maior esforço de coordenação e empenho na defesa dos interesses próprios do município.

#### VI – Efeitos orçamentais

VI.1.Sendo estas competências exercidas pela área metropolitana, subentende-se que os programas a desenvolver serão desenvolvidos de forma centralizada, com um orçamento comum, quando tais programas exigirem um compromisso orçamental.

*Existem dois cenários possíveis:*

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o

Nº 13

O primeiro - não assumir estas competências - impacto orçamental nulo.

O DL 102/2018, no seu artigo 4º, número 1, estabelece que " *O exercício das competências a serem transferidas depende do prévio acordo de todos os municípios que integram, neste caso, a área metropolitana de Lisboa*".

No entanto, de acordo com a Lei 50/2018 no seu Artigo 4º, número 3, refere que :

*3 — Todas as competências previstas na presente lei consideram -se transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 1 de Janeiro de 2021, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 40.º*

Nesse pressuposto, será de toda a conveniência que a Câmara se comece a preparar com a devida antecedência a transição para poder acomodar estas novas competências de uma forma pausada e controlada (*uma nota publicada pelo Conselho de Concertação Territorial de 22 de Julho de 2015, refere a existência de projectos-piloto de descentralização acordados com diversas Câmara nas áreas da Educação, Saúde e Cultura , Ver Anexo I*).

O segundo – assumir as competências - não pressupõe a transferência de meios financeiros por parte do Orçamento do Estado, uma vez que estas competências são de ordem administrativa e de gestão. Os compromissos orçamentais que venham a ser assumidos para a sua execução dependerão dos estudos, programas e acções a desenvolver no âmbito da área metropolitana de Lisboa ou da iniciativa própria do município - impacto orçamental difícil de prever, isto é, é um *passivo contingente\** que apenas deverá constar das contas do município como uma *provisão* para eventual cumprimento de uma obrigação que venha a surgir (obrigações decorrentes da execução de uma ou mais competências assumidas):

*Tipo de despesa:*

– *Prestação de serviços, se a Câmara recorrer a serviços externos (para elaboração de estudos, por exemplo).*

- Tem impacto financeiro condicionado à elaboração ou não desta competência;
- O impacto financeiro, a existir, terá um limite temporal ajustado ao tempo de execução das acções de concretização dessa competência, não será uma despesa consolidada (*por exemplo, a elaboração de um estudo específico se tiver a duração de um ano, o Orçamento terá um gasto referido a esse ano, não é um compromisso orçamental repetível anualmente*).

- *Gastos com o pessoal e activos fixos tangíveis, se a Câmara internalizar toda essas competências com o reforço de pessoal ou com a criação de unidades orgânicas que operacionalizem essas competências*

Reunião de

11 JUN, 2019

Docº Agendado com o

Nº 13

\* NCP15 — Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes (quando a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade).

#### Anexo I

Projetos-piloto Descentralização  
Conselho de Concertação Territorial, 22 de julho de 2015  
EDUCAÇÃO\*

\* Nesta área todos os contratos estão aprovados e assinados e em vias de publicação em DRE.

#### Município

Águeda, Amadora, Batalha, Cascais, Crato, Maia, Matosinhos, Mealhada, Óbidos, Oeiras, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Sousel, Vila de Rei, Vila Nova de Famalicão.

#### Competências descentralizadas

- ▮ Definição do plano estratégico educativo municipal
- ▮ Ajustamento dos calendários e horários escolares
- ▮ Gestão dos processos de matrícula e colocação dos alunos
- ▮ Definição do número de turmas e do número de alunos por turma
- ▮ Gestão dos processos de ação social escolar (refeições e ação social escolar)
- ▮ Ajustamento local de 25% dos currículos e criação de disciplinas de base local;
- ▮ Manutenção e conservação das escolas e dos equipamentos (incluindo informáticos, laboratórios, etc.)
- ▮ Organização das actividades extracurriculares
- ▮ Organização de programas especiais de recuperação do abandono e insucesso escolar
- ▮ Gestão e recrutamento do pessoal NÃO docente do básico ao secundário passa para o município
- ▮ Definição da rede de oferta educativa no território do município

#### CULTURA\*\*

\*\* Acordo político concluído, alguns dos quais se encontram em fase de aprovações formais internas na autarquia.

#### Município

Aveiro, Cascais, Caldas da Rainha, Castelo Branco, Estremoz, Guarda, Nazaré.

#### Competências descentralizadas

▮ Transferência da gestão dos seguintes equipamentos culturais:

- ▮ Museu de Aveiro, Aveiro
- ▮ Museu de Cerâmica, Caldas da Rainha
- ▮ Fortes e Partilha de Acervo, Cascais
- ▮ Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, Castelo Branco
- ▮ Castelo Evoramonte e Villa Lusitano-romana de Santa Vitória do Ameixial, Estremoz
- ▮ Museu da Guarda, Guarda

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13

▮Museu Joaquim Manso, Nazaré

▮Competências delegadas incluem:

- ▮Elaboração do Documento de Política Museológica Municipal
- ▮Definição da programação cultural e gestão museológica
- ▮Manutenção das Infra-estruturas
- ▮Conservação do Acervo
- ▮Gestão financeira e de recursos humanos

## SAÚDE\*\*

\*\* Acordo político concluído, alguns dos quais se encontram em fase de aprovações formais internas na autarquia.

Município

Cascais, CIM Região de Aveiro, Fronteira, Mafra, Pampilhosa da Serra, Rio Maior, Sardoal, Sousel, Vila Nova de Famalicão.

Competências descentralizadas

- ▮Definição da estratégia municipal de saúde, enquadrada no Plano Nacional de Saúde
- ▮Criação, gestão e manutenção de instalações e equipamentos
- ▮Definição dos períodos de funcionamento e cobertura assistencial, incluindo o alargamento dos horários de funcionamento
- ▮Intervenções de apoio domiciliário e apoio social a dependentes
- ▮Iniciativas de prevenção da doença e promoção da saúde
- ▮Gestão dos transportes não urgentes de utentes, com excepção do SGTD
- ▮Gestão da oferta complementar de cuidados de saúde primários
- ▮Actividades de promoção de saúde e prevenção da doença

*[por acordo entre as partes não inclui transferência de pessoal ao serviço do MS / ARS / ACES.]*

## **G) PRONÚNCIA DO GABINETE DE ASSUNTOS EUROPEUS** **(GAEU):**

Na sequência da leitura da Lei n.º 50(2018 de 16 de agosto e do D.L. n.º 102/2018 de 29 de novembro e analisando-se o que diz respeito à transferência de competências para o município no domínio dos projetos financiados por fundos comunitários verifica-se que as transferências mencionadas neste último diploma legal dizem respeito a transferências para os órgãos das comunidades intermunicipais.

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13



Algumas das transferências de competências nesta área mencionadas, na presente data, já são realizadas pela área metropolitana de Lisboa, como seja:

- ✓ Apresentar candidaturas no âmbito de programas de financiamento europeu com vista à implementação de projetos a nível sub-regional, designadamente de natureza económica, social e cultural;
- ✓ Gerir e implementar projetos financiados com fundos europeus.

Constata-se, no entanto, que na alínea a) do n.º 3 do art.º 2 do D.L. n.º 102/2018 de 29 de novembro é referido que as competências ora delegadas neste diploma, podem ser exercidas por *“estruturas responsáveis pela gestão de programas ou operações integradas de desenvolvimento que abranjam a totalidade ou parcelas dos territórios cobertos pelas entidades intermunicipais, com base em delegação de competências destas últimas entidades naquelas estruturas de gestão”*, sendo que os poderes conferidos à área Metropolitana é até à criação de outras formas de organização autárquica prevista no art.º 42 da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, desconhecendo o conteúdo desta forma administrativa.

Na alínea b) do n.º 3 do art.º 2.º do D.L. n.º 102/2018 vem ainda mencionado que estes poderes podem ser exercidos em cooperação com outros organismos públicos, pelo que se pode entender como o município poder exercer em cooperação com a área metropolitana de Lisboa.

Já na alínea b) do art.º 2.º da Portaria n.º 97 – A/2015 de 30 de março (Regulamento Específico do Domínio da inclusão Social e Emprego) se encontra a designação de *“Autoridade Urbana”* – município com o qual a autoridade de gestão contrata a responsabilidade pela execução de um plano estratégico de desenvolvimento urbano sustentável, mediante o qual eram passadas já algumas competências nesta área para os municípios, devendo ser criada uma estrutura independente para a análise e gestão das operações submetidas neste plano.

Na presente data as autoridades de gestão mediante os documentos de suporte dos fundos já transferiam competências para os organismos intermédios sendo um deles a Área Metropolitana de Lisboa e tinham intenção de transferência de poderes para as Autoridades Urbanas no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.

Analisando-se as questões requeridas, no caso de existir delegações de competências para o município, seria necessário existir uma estrutura diferenciada a nível de recursos humanos, estruturas técnicas, distintas e autónomas das que promovam a execução da operação, de forma a garantir uma efetiva separação de funções e mitigar quaisquer situações de possível conflito de interesses, existindo consequentemente necessidade de mais recursos humanos de modo a tendermos às exigências necessárias.

Reunião de

11 JUN. 2019

Docº Agendado com o

Nº 13

Para que ocorra a transferência de competências para a Área Metropolitana de Lisboa os municípios que integram têm de possuir a aprovação no seu órgão deliberativo e fazer a devida publicitação no site da Câmara.

#### **H) PRONÚNCIA DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL (SMPC):**

Desde o ano de 2001 que através de um protocolo entre as referidas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV) e o Município de Sintra, foram criados nove Grupos de Intervenção Permanente (GIPE), para dotar o Concelho de Sintra de Bombeiros Profissionais, pertencentes às respetivas AHBV.

Estes elementos subordinados ao Comando do Corpo de Bombeiros a que pertencem, têm a sua atividade regulada pelas normas e regulamentos em vigor nos Corpos de Bombeiros Voluntários (CBV), sendo no horário do GIPE particularizada pelo estipulado no protocolo com a Câmara Municipal de Sintra, onde estes Bombeiros estão designados prioritariamente para intervenções e missões de socorro.

Em 2005 o referido protocolo foi atualizado, aumentando o número de elementos pertencentes ao GIPE. Atualmente o município de Sintra totaliza 72 elementos pertencentes ao GIPE, divididos pelos nove CBV, considerando os níveis de casuística de ocorrências, que são mais elevados nas áreas do Concelho com maior densidade populacional.

##### *Enquadramento dos GIPE no Concelho de Sintra*

O GIPE tem essencialmente a missão de manter uma força mínima em cada CBV, para responder às ocorrências de proteção e socorro no Concelho de Sintra. Destacam-se as ocorrências com maior casuística, a Emergência Pré-Hospitalar, os Acidentes de Viação e os Incêndios Urbanos, assim como todas as outras missões de socorro e salvamento.

Os CBV do Concelho de Sintra, são suportados por AHBV, a sustentabilidade da operação em cada Corporação no âmbito dos Recursos Humanos, recorre ainda nos dias de hoje e de forma significativa ao Voluntariado fora do horário de expediente (noites e fins-de-semana). Durante a semana, seria insustentável responder ao elevado número de ocorrências do Concelho apenas com Bombeiros Voluntários. Os GIPE integram as forças mínimas de cada CBV essencialmente no horário de expediente, mas com a evolução e o aumento de ocorrências, assim como a sua complexidade, todas as AHBV contratam mais elementos além do GIPE, de forma a responder eficazmente a todas as solicitações, com mais incidência nas áreas de maior densidade populacional.

Reunião de

11 JUN. 2019

É incontornável que o atual número de elementos dos GIPE no Concelho de Sintra, é insuficiente, face ao aumento de ocorrências, que se mantendo o padrão dos últimos três anos, irá sofrer sistematicamente um agravamento.

Os CBV no Concelho de Sintra, desenvolvem o princípio da complementaridade, independentemente das áreas de atuação de cada um, rentabilizando os recursos humanos e técnicos disponíveis, mobilizando os reforços de acordo com as necessidades do momento em qualquer área do Município.

Os GIPE no Concelho de Sintra, existem desde 2001, ano em que foi protocolada a criação dos grupos, nos moldes em que se encontram atualmente. Inicialmente o apoio financeiro para o seu funcionamento era partilhado pela Camara Municipal de Sintra (CMS) e a Autoridade Nacional de Proteção Civil, os grupos divididos pelos CBV totalizavam 55 Bombeiros, de acordo com as regras protocoladas para o seu recrutamento.

A CMS suporta 70% do salário mínimo (420€ em 2019) enquanto a ANPC suporta o valor do

	1º Protocolo em 2001 AHBV / CMS / ANPC	2º Protocolo em 2005 AHBV / CMS	Reforço do Efetivo em 2019 AHBV / CMS	Total por CBV
AHBV Agualva Cacém	7	3	5	15
AHBV Algueirão Mem Martins	7	3	5	15
AHBV Almoçageme	5	1	5	11
AHBV Belas	7	2	5	14
AHBV Colares	5	1	5	11
AHBV Montelavar	5	1	5	11
AHBV Queluz	7	3	5	15
AHBV São Pedro de Sintra	7	2	5	14
AHBV Sintra	5	1	5	11
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>17</b>	<b>45</b>	<b>117</b>

salário mínimo.

Em 2005, a CMS aprovou um reforço do efetivo humano para os GIPE, com mais 17 elementos, que desta vez passou a **financiar na totalidade**. No total possuímos 72 Bombeiros no GIPE do Concelho, estando a sua evolução entre 2001 e 2005.

Reunião de

11 JUN. 2019

Docº Agendado com o  
nº 13

Assim e face ao **Decreto-Lei 103/2018 de 29 de novembro** tendo em conta a descentralização de competências para os municípios, o Programa do Governo prevê o reforço das competências das autarquias locais, bem como das suas estruturas associativas, as entidades intermunicipais, numa lógica de descentralização e subsidiariedade, na salvaguarda do interesse público e dos interesses dos cidadãos e das empresas. A Proteção Civil, sendo um domínio com especial impacto nas populações locais, carece, por questões de eficiência e eficácia, de uma intervenção mais aprofundada por parte das entidades que mais próximas estão das populações. Ao aludir - se à Proteção Civil, deve -se destacar o papel fulcral dos bombeiros, clara e meritariamente reconhecido pelas entidades públicas e privadas.

Assim, entende o Governo que, quer as autarquias locais, quer as suas estruturas associativas, as entidades intermunicipais, poderão ter um papel mais participativo no apoio aos bombeiros.

O quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, a qual, nesta área, vem reforçar as competências das autarquias locais na matéria relativa ao funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente e atribuir competências para as entidades intermunicipais na matéria relacionada com os quartéis de bombeiros voluntários e os programas de apoio.

Assim face ao hipotético acréscimo de 64 Bombeiros Profissionais no município totalizando 136 homens em 2020, apresenta-se de seguida os valores estimados para os anos de 2020 a 2028. Pressupostos (os valores globais que se apresentam podem serem alteradas se forem alteradas algumas das suas variáveis).

#### CÁLCULO DA DESPESA / BOMBEIRO DURANTE 14 MESES

SM Salário Mínimo Nacional	*
ST Subsídio Turno	=25% (SM+10% SM)
SB Salário Base	=SM+10% SM+ST
SR Subsídio Refeição	*
SS Segurança Social	*
CM Custo Mensal s/13º e 14º Mês	=SB+SR+SS
CA Custo Anual	=CM+(SM+10%SM)*3*1.SS)
CMT- Custo Mensal Total	=CA/12

\* Sujeito a alterações anuais

Reunião de  
11 JUN. 2019  
Doctº Agendado com o  
Nº 13

Sugere-se que se deve aceitar as competências em 2020.

APURAMENTO DAS DESPESAS PREVISTAS ANOS 2020/2028						
N.º BOMBEIROS 136						
DESIGNAÇÃO	ANOS					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025
SALÁRIOS E OUTROS	2 037 584,13€	2 068 302,62€	2 099 021,11€	2 129 739,60€	2 160 458,09€	2 191 176
SEGUROS	6 800,00€	6 800,00€	6 800,00€	6 800,00€	6 800,00€	6 800,00€
EPI URBANO	64 000,00€		72 000,00€	64 000,00€		
EPI FLORESTAL	64 000,00€		72 000,00€	64 000,00€		
OUTRO EQUIPAMENTO	56 666,67€	56 666,67€	56 666,67€	56 666,67€	56 666,67€	56 666,67€
<b>TOTAL DA DESPESA PREVISTA</b>	<b>2 231 070,80€</b>	<b>2 133 790,29€</b>	<b>2 308 509,78€</b>	<b>2 323 229,27€</b>	<b>2 225 948,76€</b>	<b>2 256 668</b>
VERBAS TRANSFERIDAS PELA ANPC PARA A NOVE AHBV DE SINTRA	402 600,00€	409 200,00€	415 800,00€	422 400,00€	429 000,00€	435 600,00€
<b>TOTAL DA DESPESA DESCONTANDO REEMBOLSO</b>	<b>1 828 470,80€</b>	<b>1 724 590,29€</b>	<b>1 892 709,78€</b>	<b>1 900 829,27€</b>	<b>1 796 948,76€</b>	<b>1 821 068</b>

## **D) PRONÚNCIA DO GABINETE DE APOIO AO MUNICÍPIO**

- 1.A *Descentralização* assume-se como o processo de transferência de competências, que atualmente são exercidas pela Administração Central, para as Autarquias;
2. O princípio que preside à Descentralização é o de que as Autarquias, pelo fator de proximidade, encontram-se mais capacitadas para responder às necessidades locais e para gerir os vários equipamentos no seu território. Na prática, as Câmaras passam a ser os interlocutores dos Cidadãos e Empresas num conjunto muito mais alargado de situações;
3. O referido processo encontra-se explanado na Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, a qual estabelece o quadro da transferência das competências para as Autarquias Locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
nº 13

4. Uma das áreas referenciadas está relacionada com as Estruturas de Atendimento ao Cidadão (artigo 22º), cuja concretização se encontra refletida no Decreto-Lei n.º 104/2018 de 29 de novembro;
5. A transferência da referida competência significa que passa a ficar a cargo dos Órgãos Municipais a instalação, e respetiva gestão, de Lojas do Cidadão e Espaços do Cidadão, em articulação com a rede de Lojas do Cidadão, assumindo o Município todos os encargos que se encontram inerentes a este processo (financeiros, recursos humanos, materiais), assumindo a vertente financeira um expressivo peso no orçamento municipal;
6. Foi criado um Grupo de Missão (Despacho n.º 2-P/2019) cujo objetivo é em primeira mão apurar o real alcance financeiro, material e procedimental das competências agora legalmente transferidas, de modo a assegurar que a prossecução das correspondentes missões de serviço público que lhe estão associadas seja cabal e eficazmente exercida pelo Município, quando e se assim vier a ser determinado pelos Órgãos Competentes, foi efetuada pelo GAMQ a avaliação dos impactos decorrentes da transferência de competências para os Órgãos Municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão explanadas no Decreto-Lei n.º 104/2018 de 29 de novembro, cuja análise é a que se apresenta:

#### 6.1. Impactos Financeiros e Materiais

A instalação de uma Loja do Cidadão implica, necessariamente, um elevado investimento por parte da Autarquia, o qual não poderá ser atenuado através do recurso a candidaturas a Fundos Comunitários, à semelhança do verificado aquando da abertura da Loja de Cidadão de Aqualva-Cacém, dado que não se prevê a atribuição deste tipo de apoios para a Área Metropolitana de Lisboa (à luz do presente Quadro Comunitário).

Pese embora o n.º 3 do artigo 5º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto mencionar a existência do *Fundo de Financiamento da Descentralização*, e apesar de ter sido incluído na Proposta de Orçamento do Estado para 2019 (artigo 69º), o mesmo foi chumbado na votação da especialidade. Todavia, a Resolução da Assembleia da República n.º 6/2019 de 22 de janeiro recomenda ao Governo que até ao final do mês de janeiro de 2019 comunique às Autarquias Locais os mapas com os montantes do *Fundo de Financiamento da Descentralização*, sendo que, presentemente, ainda não se encontram devidamente explicitadas as verbas respeitantes ao financiamento associado à Descentralização.

Por outro lado, o artigo 186º da Lei n.º 71/2018 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2019) faz referência, ao abrigo do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 74/2014 de 13 de maio, à possibilidade de serem efetuadas transferências para os Municípios que sejam entidades gestoras de Lojas do Cidadão, a título de reembolso das despesas suportadas, até ao montante

11 JUN. 2019

Docto Agendado com o  
Nº 13

máximo anual de 6.000.000€, perspetivando-se, assim, aparentemente, a possibilidade da Câmara Municipal de Sintra ser ressarcida de parte das despesas suportadas com a instalação deste tipo de equipamento.

Com efeito, o valor necessário para a instalação de cada Loja do Cidadão engloba os custos associados à elaboração do Projeto e respetiva Empreitada/Obra, assim como, à aquisição de todo o equipamento. A esse valor acrescem os custos relacionados com a gestão de cada Loja, os quais incluem as despesas com Recursos Humanos e Custos de Funcionamento.

A tabela seguinte apresenta uma estimativa de valores nas áreas mencionadas anteriormente com base nos encargos identificados, nos anos de 2016, 2017 e 2018, na Loja do Cidadão de Agualva-Cacém (situação real).

		Despesa			Receita		
		2016	2017	2018	2016	2017	2018
Custos de Investimento	Projeto	422 054,99 €	-	-	150 000,00 €	-	-
	Empreitada/Obra						
Encargos (anuais)	Energia e Água	69 378,82 €	83 834,71 €	101 305,71 €	-		
	Limpeza						
	Segur. e Vigilância						
	Sistema Alarmes						
	Auto prot. incêndios						
	Manut. Prevent. e Cor.						
	Gestão SIGA						
	Outros não imputáveis						
	Recursos Humanos (UG-LC)	50 537,14 €	67 382,85 €	67 382,85 €	-	-	-
Faturação Entidades (anual)	IRN	-	-	-	35 740,69 €	49 489,86 €	63 687,08 €
	ISS						
	JF - Agualva						
	JF - Cacém						
	SEF						
	SMAS						
	AT						
Global		861 877,07 €			298 917,63 €		

Com base nos valores apresentados na tabela supra, conclui-se que os custos de funcionamento (Encargos, excluindo Recursos Humanos) rondaram em média os 84.839,75€/ano. Por outro lado, a receita obtida através da Contrapartida Pecuniária das entidades externas foi de 49.639,21€ (média anual), um valor que representa a comparticipação pela área ocupada pelos parceiros externos que integram a Loja do Cidadão de Agualva-Cacém.

Decorrente do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2017, e ao abrigo do protocolo a celebrar, esta Edilidade tem prevista a abertura de mais duas Lojas do Cidadão, situadas nas cidades de Queluz e Algueirão-Mem Martins, encontrando-se a serem desenvolvidas atividades nesse sentido. Como tal, as tabelas que se seguem apresentam uma estimativa dos custos de instalação e funcionamento para a Loja do Cidadão de Queluz e para a Loja do Cidadão de Algueirão-Mem Martins e respetivos espaços do Cidadão:

Reunião de

11 JUN. 2019

Despesa		Loja do Cidadão de Queluz	Loja do Cidadão de Algueirão - Mem Martins
Custos de Investimento	Projeto		
	Empreitada/Obra	348 000,00 €	965 000,00 €
	Equipamento (*)	98 418,03 €	98 418,03 €
Encargos	Energia e Água	84 839,75 €	84 839,75 €
	Limpeza		
	Segur. e Vigilância		
	Sistema Alarmes		
	Auto prot. incêndios		
	Manut. Prevent. e Cor.		
	Gestão SIGA		
	Outros não imputáveis		
	Recursos Humanos (UG-LC) (**)	67 382,85 €	67 382,85 €
	Recursos Humanos (EdC) (**)	30 762,55 €	128 907,95 €
Global		629 403,18 €	1 344 548,58 €

(\*) Valor de referência da Loja do Cidadão de Aqualva Cacém. O valor apresentado é uma estimativa.

(\*\*) Valores estimados/ano

Assim, estima-se que para o Município de Sintra dispor de uma Loja do Cidadão em Queluz serão necessários cerca de 531.257,78€ e de uma Loja do Cidadão em Algueirão-Mem Martins estima-se um investimento na ordem dos 1.148.257,78€.

Tratam-se de valores bastantes dispare, justificados por fatores como a dimensão de cada uma das Lojas (área) e a afetação de recursos humanos. Para a Loja do Cidadão de Algueirão-Mem Martins será necessário constituir a equipa para a Unidade de Gestão e a equipa para a Delegação Municipal de Algueirão Mem Martins. No que respeita à Loja do Cidadão de Queluz, e à semelhança da Loja do Cidadão de Algueirão-Mem Martins, será necessário constituir a equipa para a Unidade de Gestão e reforçar a Delegação Municipal de Queluz com mais 2 elementos. Para além dos valores apresentados há que ter em conta que, por cada Delegação Municipal / Espaço do Cidadão / Loja do Cidadão, existe uma estrutura técnica de *backoffice* que suporta toda a atividade subjacente e que necessita de ser reforçada com mais 1 Técnico Superior (21.239,03€/ano) a afetar ao Gabinete de Desenvolvimento Organizacional e Qualidade do Gabinete de Apoio ao Município.

No entanto, os encargos identificados, e dando cumprimento ao n.º 7 do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 74/2014 de 13 de maio, serão repartidos por todas as Entidades instaladas na Loja do Cidadão através de uma transferência mensal (Contrapartida Pecuniária) devida a título de reembolso das despesas suportadas pela entidade gestora, nomeadamente de:

- Energia e Água; Limpeza; Segurança e Vigilância; Sistema Alarmes; Autoproteção de Incêndios; Manutenção Preventiva e Corretiva; Gestão SIGA; Outros não imputáveis., bem como, de um valor a título de renda mensal.

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13





## Alteração às Estruturas Nuclear e Flexível dos Serviços

Atualmente, e de acordo com a Estrutura Nuclear e Flexível da Câmara Municipal de Sintra, é competência do Gabinete de Apoio ao Município a gestão de Postos de Atendimento, pelo que a referida competência a ser assumida, seria da responsabilidade desta Unidade Orgânica.

Assim, assumindo a transferência de atribuições e competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão, neste caso em particular, a instalação e gestão de Lojas do Cidadão e Espaços Cidadão, será necessário proceder-se à alteração do artigo 58º da Estrutura Flexível, através da inclusão da seguinte competência:

- *Instalar e Gerir Lojas do Cidadão e Espaços do Cidadão inseridos em Postos de Atendimento Municipais.*

7. E tendo em conta os impactos já identificados até ao momento, a Câmara Municipal de Sintra, por iniciativa própria e atenta à necessidade de aproximação dos serviços públicos dos cidadãos, e consequentemente à satisfação das suas necessidades, tem desenvolvido esforços no sentido de ir ao encontro do explanado no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 74/2014 de 13 de maio, nomeadamente:

- a) Aproximar os serviços públicos dos cidadãos, em particular nos territórios de menor densidade populacional;*
- a) Privilegiar a utilidade e comodidade para o cidadão no acesso aos serviços públicos;*
- b) Racionalizar os custos da Administração Pública com instalações e equipamentos;*
- c) Assegurar o atendimento digital assistido, prestado por mediadores de atendimento digital com formação adequada, como complemento indispensável da prestação digital de serviços públicos, garantindo o seu carácter inclusivo.*

8. Importa, nesta sequência, referir que a Autarquia já dispõe, desde 2016, de uma Loja do Cidadão, criada à luz de Protocolos celebrados entre a Câmara Municipal de Sintra, a Agência para a Modernização Administrativa e demais Parceiros da Administração Central (Autoridade Tributária e Aduaneira, Instituto dos Registos e Notariado, Instituto da Segurança Social e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras). Trata-se de uma Loja de gestão municipal, situada na cidade de Agualva-Cacém e onde se encontram presentes serviços de 10 Entidades (serviços centrais e municipais). No que respeita aos serviços prestados no âmbito dos Espaços do Cidadão, atualmente, estes já se encontram presentes em 6 Delegações Municipais.

9. Os restantes Diplomas Sectoriais poderão originar eventuais impactos na estrutura de atendimento do GAMQ, foi realizada respetiva análise. Assim, e tendo em conta os Diplomas

Reunião de

11 JUN. 2019

Docº Agendado com o

13

Sectoriais, que até à presente data foram publicados, presume-se que os Decretos-Lei n.ºs 97/2018 de 27 de novembro, 98/2018 de 27 de novembro, 105/2018 de 29 de novembro, 20/2019 de 30 de janeiro e 22/2019 de 30 de janeiro possam ter impacto nas atividades GAMQ, nomeadamente ao nível do Atendimento/Gestão de Reclamações, a saber:

- Identificação/criação dos formulários que têm de ser elaborados, mediante a temática, e a forma de submissão dos mesmos;
- Adaptação/inclusão no Portal do Município e respetivo *workflow*;
- Cobrança das taxas associadas às respetivas pretensões;
- Criação de Regulamentos Municipais que disciplinem e identifiquem devidamente o que é permitido no Município.
- Criação das taxas, de forma a que as mesmas possam ser incluídas no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas para o Município de Sintra;
- Criação de GR – código orçamental, mediante a taxa a ser atribuída;
- Definição de UO's intervenientes e respetivos circuitos.

A assunção das novas competências, independentemente da área de atuação, irá também ter repercussões ao nível do Sistema de Gestão da Qualidade, nomeadamente:

- Redefinição do Mapa de Processos em função das novas competências;
- Definição de novas Atividades e respetivos Indicadores de Monitorização;
- Alteração dos Manuais de Processos;
- Elaboração/Alteração de Procedimentos Operacionais.

Face ao exposto, propõe-se:

1. Que as competências explanadas no Decreto-Lei nº 104/2018 de 29 de novembro, sejam acompanhadas dos devidos meios materiais e financeiros de modo a melhor servir a população deste Município;
2. Que a presente informação seja remetida ao cuidado do Grupo de Missão, criado pelo Despacho n.º 2 – P/2019, para efeitos de elaboração do Relatório Final.

## **J) PRONÚNCIA DO DEPARTAMENTO DE SOLIDARIEDADE E INOVAÇÃO (DSI)**

Reunião de

11 JUN. 2019

ENQUADRAMENTO

Doctº Agendado com o  
nº 13

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

O capítulo II desta lei-quadro define as áreas em que são transferidas competências para os órgãos municipais e no artigo 13.º do diploma é identificada, embora de forma genérica, qual a sua natureza no domínio da saúde.

Refere o citado artigo que:

1.É da competência dos órgãos municipais participar no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção.

2,.Compete igualmente aos órgãos municipais:

- a)Gerir, manter e conservar outros equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários;
- b)Gerir os trabalhadores, inseridos na carreira de assistentes operacionais, das unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) que integram o Serviço Nacional de Saúde;
- c)gerir os serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos ACES que integram o Serviço Nacional de Saúde;
- d)Participar nos programas de promoção de saúde pública, comunitária e vida saudável e de envelhecimento ativo.

Nos termos do ponto 1 do artigo 4.º da lei-quadro, e ao abrigo do supracitado artigo 13.º desse diploma, a transferência de competências no domínio da saúde é concretizada através do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro.

Reunião de

11 JUN. 2019

#### A. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA SAÚDE

Doctº Agendado com o  
no 13

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, e sem prejuízo do que dispõe o n.º 2 do art.º 4.º da lei-quadro, quanto à concretização gradual da transferência das novas competências para as autarquias locais, passa então a ser da competência dos órgãos municipais, em conformidade com o disposto no art.º 2.º do suprarreferido diploma:

- a) A participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção;
- b) A gestão, manutenção e conservação de outros equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários;
- c) A gestão dos trabalhadores inseridos na carreira de assistente operacional das unidades funcionais do Agrupamento de Centros de Saúde de Sintra (ACES), competência delegável na diretora do ACES, nos termos do art.º 19.º do diploma em análise;
- d) A gestão dos serviços de apoio logístico das unidades funcionais do ACES;
- e) O estabelecimento de uma parceria estratégica nos programas de prevenção da doença, com especial incidência na promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo.

No entanto, as responsabilidades dos órgãos municipais não se esgotam nas alíneas anteriores, estando refletidas em outros artigos do diploma em análise.

Concretamente:

- No art.º 7.º, alínea f), onde é cometida à câmara municipal a responsabilidade de elaborar ou atualizar a Estratégia Municipal de Saúde, (no prazo de um ano a contar da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro), devidamente enquadrada e alinhada

com o Plano Nacional de Saúde e os Planos Regionais e Municipais de Saúde, submetendo-a a aprovação da Assembleia Municipal, a qual contemplará as linhas gerais de ação e as respetivas metas, indicadores, estratégias, atividades, recursos e calendarização;

- No art.º 9.º, onde se determina a criação, respetiva composição e competências do Conselho Municipal de Saúde (definidas, respetivamente, nos n.ºs 1 e 3), devendo o seu regimento ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal;

No art.º 10.º, onde se determina a criação, respetivas competências e composição (identificadas, respetivamente, nos n.ºs 1 e 2) de uma comissão de acompanhamento e monitorização da implementação e desenvolvimento do quadro de competências, presidida pelo presidente da câmara municipal, à qual é cometida a responsabilidade de elaborar relatório anual com balanço do desenvolvimento e da evolução das competências transferidas, extinguindo-se após a publicação do relatório relativo ao ano de 2021 (cf. previsto no ponto 7).

## B. ANÁLISE SOBRE RECURSOS FINANCEIROS, PATRIMONIAIS E HUMANOS A TRANSFERIR PARA O MUNICÍPIO

Associada ao exercício das competências enumeradas nas alíneas a) a e) do ponto B acima – que correspondem às definidas no art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 23/2019 - está prevista a transferência de recursos financeiros, diretamente ou através da celebração de contratos-programa.

Para concretização da descentralização de competências, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da saúde remeteram ao Município de Sintra, nos termos do n.º 1 do art.º 25.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, uma notificação<sup>6</sup> onde são identificados os recursos financeiros e os imóveis (próprios ou arrendados) afetos aos cuidados de saúde primários, cujas competências de gestão, manutenção e conservação serão transferidas para o Município.

A identificação de recursos a transferir é apresentada sob a forma de “projeto de mapas” (cinco), refletindo o Mapa 1 a síntese dos encargos anuais com as competências descentralizadas, no valor global de 2 688 390,00 €, e os restantes mapas os encargos por “competência”, a saber: Trabalhadores (Mapa 2); Imóveis Próprios (Mapa 3); Imóveis Arrendados (Mapa 4); Custos Logísticos (Mapa 5).

No contexto da pronúncia relativa ao projeto dos mapas referidos acima (prevista no n.º 2, do art.º 25.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro), e por se tratar do exercício de competências que envolvem várias áreas de intervenção do Município, entendeu-se consultar as outras Unidades Orgânicas a que, na atual estrutura flexível da autarquia, estão cometidas essas competências, apesar da escassez de informação de que o Município dispõe sobre o verdadeiro alcance e impactos decorrentes da transferência de competências, em geral, e no domínio da saúde, em particular.

O resultado dessa consulta, que teve por base apenas os mapas referidos acima e alguma informação adicional que foi possível recolher, nomeadamente, junto da Direção Executiva do ACES Sintra, foi refletido na Informação-Proposta n.º SM 12718/2019, de 19/03/2019, a qual obteve despacho de concordância do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra, tendo sido oportunamente enviado ao Ministério da Saúde e à Direção Geral das Autarquias Locais.

Reproduz-se abaixo essa análise, salientando que a mesma não esgota os impactos financeiros inerentes ao exercício, pelo Município, das competências a transferir, nem outro tipo de impactos, conforme se demonstrará adiante.

Reunião de

11 JUN. 2019

### 1. Trabalhadores inseridos na carreira de assistente operacional

Doctº Agendado com c

<sup>6</sup> Ofício do Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais (SEAL), com a ref. 264/2018 (proc. N.º 334/2016), cuja entrada foi registada sob o n.º 10100 de 19/02/2019.

O art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 23/2019 concretiza o procedimento de transição dos trabalhadores com vínculo de emprego público, inseridos na carreira de assistente operacional, cuja gestão é transferida para o Município, em número de **24**, em conformidade com o Mapa 2 (23 com CTFP por tempo indeterminado e 1 com CTFP a termo resolutivo).

Para fazer face ao pagamento de remunerações aos referidos trabalhadores e aos encargos a cargo da entidade empregadora será transferido para o Município, de acordo com o mesmo mapa, o montante total de **306 925,00 €**.

Sobre a transição de trabalhadores para o mapa de pessoal do Município, importa aqui reiterar o parecer que a CMS transmitiu à ANMP, em julho de 2018, e que aqui se dá como integralmente reproduzido, uma vez que não é compreensível admitir-se que é viável o Município garantir uma eficaz e eficiente prestação de serviços aos cidadãos nas unidades funcionais do ACES, gerindo apenas trabalhadores inseridos na carreira de assistente operacional e mantendo na tutela da administração central os trabalhadores inseridos na carreira de assistente técnico.

Importa, ainda, salientar que 24 trabalhadores são manifestamente insuficientes para assegurar o funcionamento das 28 instalações que se prevê transferir (14 da titularidade do Estado e 14 arrendadas), pelo que o montante associado à transferência das competências de gestão dos recursos humanos deveria contemplar os encargos com os trabalhadores que, não estando atualmente em funções, são necessários para assegurar o funcionamento de todas as unidades funcionais do ACES e que será necessário recrutar.

De acordo com informação recolhida junto do ACES Sintra, o mapa de pessoal aprovado para este agrupamento contempla **80 trabalhadores da carreira de assistente operacional**.

Em face disso, foi solicitado ao Departamento de Recursos Humanos a avaliação do impacto ao nível dos encargos anuais, admitindo-se que seria necessário recrutar mais 56 trabalhadores da carreira de assistente operacional, cf. previsto no mapa de pessoal do ACES, tendo sido apurados os montantes constantes do quadro abaixo.

#### ENCARGOS COM TRABALHADORES (ASSISTENTES OPERACIONAIS)

TOTAL DE ASSISTENTES OPERACIONAIS		REMUNERAÇÕES E ENCARGOS ANUAIS				
TRABALHADORES EXISTENTES	Nº PT	Remuneração Base	Suplementos	Outras Prestações	Encargos Entidade Patronal	Total de Encargos Existentes
	24	225 700,00 €	26 445,00 €	951,00 €	53 830,00 €	306 926,00 €
TRABALHADORES NECESSÁRIOS	Nº PT	Remuneração Base	Subsídio Férias e Natal	Subsídio Refeição	Encargos Entidade Patronal	Total de Encargos Futuros
	56	426 767,04 €	71 351,84 €	64 643,04 €	118 303,23 €	681 065,15 €
TOTAL DE ENCARGOS COM ASSISTENTES OPERACIONAIS	Nº PT	Remuneração Base	Subsídios/Suplementos e Outras Prestações		Encargos Entidade Patronal	Total de Encargos Futuros

Reunião de

11 JUN. 2019

Docº Agendado com o

Nº 13

	80	652 467,04 €	163 390,88 €	172 133,23 €	987 991,15 €
--	----	--------------	--------------	--------------	--------------

2. Construção, manutenção, conservação e equipamento de estabelecimentos de saúde  
O art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 23/2019 concretiza a transferência de competências de gestão, manutenção e conservação das instalações e equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários e à divisão de intervenção nos comportamentos aditivos e nas dependências.

A titularidade destas instalações e equipamentos é transferida para o Município, com exceção dos equipamentos médicos, cf. disposto no art.º 11.º do diploma em análise.

As instalações próprias a transferir para o Município, num total de 14, são identificadas no anexo I do diploma e no Mapa 3, onde são identificados os encargos anuais com a manutenção e conservação de cada uma delas, num total de 432 900,00 €.

Sobre o montante dos encargos de manutenção e conservação de instalações, importa aqui reiterar o parecer que a CMS transmitiu à ANMP, em julho de 2018, e que aqui se dá como integralmente reproduzido, uma vez que não foram efetuadas visitas às instalações existentes, de forma a se poder avaliar o real estado de conservação das mesmas, incluindo o levantamento de patologias construtivas, mas é previsível que haja necessidade de efetuar investimentos em edifícios com um nível elevado de antiguidade.

Por outro lado, não se considerou a construção das novas Unidades de Saúde (Aqualva, Almargem do Bispo e Sintra, Algueirão/Mem Martins e Belas) que se prevê que venham a entrar em funcionamento alguns ainda no decurso do ano de 2019 e outros nos próximos dois anos.

Apesar destes condicionamentos a uma mais rigorosa avaliação dos encargos, foi solicitado parecer à Divisão de Gestão de Edifícios Municipais, Eng.º António Gonçalves, que considerou:

- a) Os valores de referência extremamente reduzidos, para efeitos de manutenção das instalações;
- b) Que a maioria das Unidades de Saúde mais antigas necessitam de intervenções de reabilitação, médias a elevadas, não estando os valores correspondentes contemplados na proposta de transferência de recursos financeiros;

Em face disso, foi sugerido que o Município apresente uma contraproposta de encargos, considerando, nomeadamente, um montante para efeitos de reabilitação das instalações próprias, utilizando-se a fórmula prevista no n.º 3 do art.º 17.º do diploma supracitado, i.e., *valor por metro quadrado x Área bruta do edificado*, mas fixando-se, em função da antiguidade dos edifícios, os seguintes valores por metro quadrado:

- Instalações com mais de 20 anos de construção, 250,00€/m<sup>2</sup>;
- Instalações entre os 15 a 20 anos de construção, 150,00€/m<sup>2</sup>;
- Instalações entre os 10 a 15 anos de construção, 125,00€/m<sup>2</sup>;
- Instalações abaixo dos 10 anos de construção, 75,00€/m<sup>2</sup>.

Acresce que, existem muitas instalações cujos equipamentos de AVAC se encontram desatualizados e irrecuperáveis, pois utilizam gás de refrigeração, proibido na União Europeia, pelo que na área da manutenção destes equipamentos foi proposto que seja salvaguardada uma verba considerável (não especificada) que preveja, no curto-prazo, a substituição integral destes equipamentos.

A posição contratual do Ministério da Saúde nos contratos de arrendamento das instalações afetas aos cuidados de saúde, que não são propriedade do Estado, é também transferida para o Município, cf. disposto no ponto 5 do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 23/2019.

Reunião de

11 JUN. 2019

Estão nesta circunstância um total de 14 instalações, que são identificadas no Mapa 4 onde é indicado um encargo anual com instalações arrendadas no montante total de 25 048,00 €. Para o cálculo deste montante global, foi aplicada a já referida fórmula de cálculo (prevista no n.º 3 do art.º 17.º do diploma supracitado), fixando-se em 4,00 € o valor por metro quadrado (refira-se que, na análise do impacto financeiro efetuada em 2018, se tinha considerado um valor base de 5,00 € por metro quadrado para a manutenção corrente das instalações).

3. Serviços de apoio logístico das unidades funcionais do ACES

O art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 23/2019 especifica a natureza das competências de gestão e execução de serviços de apoio logístico das unidades funcionais do ACES, a transferir, e define que é também transferida para o Município a posição contratual do Ministério da Saúde nos contratos de prestação de serviços relativos a apoio logístico.

O montante financeiro associado ao exercício anual destas competências é discriminado no Mapa 5, representando um total de 1 923 517,00 €, sendo de salientar que não são indicados os custos relativos a três das dez responsabilidades que serão transferidas para o Município, concretamente: arranjos exteriores, incluindo jardinagem; encargos com táxis ou outros meios de deslocação, utilizados para a prestação de cuidados de saúde; e seguros dos estabelecimentos de saúde.

Acresce que, e tal como já tinha sido salientado na análise efetuada em 2018, não foram disponibilizados elementos sobre os contratos de prestação de serviços, em vigor, cuja posição contratual será transferida para a autarquia, nem qualquer outra informação que habilitasse o Município a uma avaliação mais rigorosa dos impactos financeiros decorrentes da transferência de competências na gestão dos serviços de apoio logístico.

Assim, foram apenas analisados os encargos referentes a arranjos exteriores e viaturas, admitindo-se que os encargos identificados no Mapa 5, relativamente aos restantes serviços de apoio logístico [com exceção das áreas identificadas nas alíneas a) e b) do mapa 5 de que falaremos adiante], correspondam aos encargos efetivamente a suportar pelo Município, mas reiterando-se que, ainda assim, se mantém duas áreas sem identificação de custos no mapa em análise.

Para o apuramento dos custos com os arranjos exteriores, foi solicitada uma estimativa à Divisão de Gestão de Espaços Verdes, que apresentou uma análise financeira, identificando áreas e custos de manutenção associados a espaços verdes e limpeza mensal de pavimentos dos recintos das Unidades de Saúde.

Neste exercício, foi apurado um valor estimado total anual para os serviços a prestar no âmbito daquela unidade orgânica de **35 596,76 €**.

Para o apuramento dos encargos com as viaturas (frota atualmente afeta ao ACES Sintra, cf. quadro fornecido à CMS), para o qual o mapa identifica uma verba total de 35 392,00€, foi solicitado parecer ao Núcleo de Gestão e Manutenção de Frota, que apresentou uma estimativa de custos, apesar da insuficiente informação constante do mapa de frota disponibilizado, considerando, nomeadamente:

- Que apenas 11 das viaturas identificadas estão operacionais, devendo ser desenvolvido, atenta a relação custo – benefício, o processo de abate e substituição das restantes 9 (incluindo a viatura cedida pela autarquia à equipa de cuidados paliativos), todas com idade igual ou superior a 20 anos e com um número expressivo de quilómetros acumulados;

Reunião de

11 JUN, 2019

Docto Agendado com o  
No 13



Com base nesta premissa, foi apresentada uma estimativa dos custos associados à manutenção (29 309,69 €), seguro anual (1 687,24 €) e Imposto Único de Circulação (1713,54 €) das 11 viaturas referidas acima.

Foram, ainda, identificadas as soluções mais acessíveis para futura aquisição, cf. quadro inserido na página seguinte:

	Renault Clio dci zen 75cv	Renault Zoe life + bateria
Valor de Aquisição	15 500,00 €	27 500,00 €
Desconto comercial	22%	22%
Seguro anual	500,00 €	473,00 €
Manutenção anual	350 €	100 €
Aluguer de Baterias	- €	- €
Custo /L ou /kWh (ano 1)	1,26 €	0,09 € <i>em vazio</i>
Imposto de circulação	174,58 €	- €
km percorridos por ano	20 000	20 000
Consumo combinado / 100km	5,5 L	12,2 kwh
Emissões de CO2 (kg/ano)	2 540	34,6 <i>sem produção FV local</i>
Emissões de CO2 em 5 anos	12 700	173,0
Vida útil do veículo (anos garantia)	2	5

Relativamente ao custo total do exemplo da aquisição de novas viaturas, para substituição de 9, por motivos de condições de utilização e segurança adequados para os trabalhadores e terceiros, verifica-se o seguinte:

- Viatura Renault Clio dci zen 75cv - 15 500,00 € \* 9 = 139.500,00€
- Viatura Renault Zoe life + bateria - 27 500,00 € \* 9 = 247.500,00€

Contudo, através de uma análise comparativa dos custos associados à aquisição e operação de um veículo elétrico por oposição a um veículo similar de motor de combustão, pode concluir-se que a opção por veículo elétrico torna-se vantajosa, a partir do sexto ano consecutivo (ou do quinto ano, em caso de eventual candidatura ao Fundo Ambiental 2018, que prevê uma comparticipação de 2 250,00€ por cada veículo), conforme poderá ser melhor evidenciada e fundamentada, quando a questão da aquisição de novas viaturas for colocada. Nas áreas identificadas nas alíneas a) e b) do mapa 5, e apesar de não ter sido facultada ao Município a informação relativa aos contratos de prestação de serviços logísticos relativamente à limpeza, vigilância e segurança, em vigor, foi solicitado um parecer à Divisão de Segurança e Saúde no Trabalho, que considerou os encargos com a cessão das respetivas posições contratuais (que, provavelmente, serão os que constam do referido mapa) poderão ser substancialmente superiores, considerando, nomeadamente, que:

- a) Área da limpeza – Os elementos fornecidos não permitem uma avaliação minimamente rigorosa, uma vez que não identificam o âmbito (designadamente, a eventual inclusão de equipamentos e produtos consumíveis), bem como as áreas a intervencionar e as respetivas características;
- b) Vigilância - Os elementos fornecidos não permitem uma avaliação minimamente rigorosa, uma vez que não identificam o número de postos de trabalho / vigilantes, bem como eventuais outros serviços nesse âmbito, nomeadamente, serviços de ronda;
- c) Segurança – As informações disponibilizadas relativamente aos sistemas de segurança existentes e ao seu estado de operacionalidade não permitem aferir,

Reunião de

11 JUN. 2019

66

Docº Agendado com o

Nº 13

com rigor, os encargos efetivos a assumir pelo Município no âmbito da transferência de competências nessa área de apoio; acresce a necessidade de serem adquiridos novos sistemas de segurança, uma vez que existem Unidades de Saúde que não os têm atualmente;

De referir, ainda, que há outras responsabilidades no domínio do apoio logístico que não são identificadas, desconhecendo-se se os respetivos encargos estão ou não incluídos no Mapa 5, dado o défice de informação relativa aos contratos celebrados e à sua natureza, designadamente em relação a: i) Controlo de Pragas; ii) Outros consumíveis associados ao funcionamento das instalações; iii) Encargos com lavagem e tratamento de roupas; iv) Mobiliário e equipamento administrativo.

Finalmente, há que referir a total ausência de informação relativamente a encargos para o cumprimento dos requisitos legais de carácter obrigatório no que se refere à segurança e saúde no trabalho e à segurança contra incêndio em edifícios.

Na área da segurança e saúde no trabalho, serão de alguma relevância os encargos com a vigilância da saúde dos trabalhadores inseridos na carreira de assistente operacional, bem como a sua formação no domínio da segurança no trabalho, a avaliação dos riscos profissionais associados à atividade que desenvolvem e a disponibilização dos meios de proteção adequados.

No que se refere à segurança contra incêndios, não foi possível avaliar se são suficientes os meios de intervenção e se a manutenção dos existentes está ou não incluída nos encargos identificados no mapa 5. Não foi, igualmente, possível aferir se as instalações se encontram dotadas das obrigatórias medidas de autoproteção, bem como, se foram realizadas pela Autoridade Nacional de Proteção Civil as devidas inspeções regulares.

Da análise realizada para efeitos de pronúncia à notificação efetuada nos termos do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, conclui-se pela inadequação dos montantes propostos no projeto de mapas e pela necessidade de o Município obter informações adicionais sobre os termos das transferências nesta área.

### **C. ANÁLISE DE RESPONSABILIDADES NÃO ASSOCIADAS À TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PROPOSTA**

Concluída a análise constante do ponto C, importa agora reiterar que as responsabilidades dos órgãos municipais não se esgotam nas áreas que integram o projeto de mapas constante da notificação a que se refere, pelo que se poderá deduzir que não foi ponderada a transferência de recursos para as restantes matérias identificadas no ponto B.

No entanto, considerando aquele que é hoje o quadro legal de atribuições e competências municipais no domínio da saúde<sup>7</sup> e a estrutura de recursos alocados a essa área, conclui-se que o desafio que a transferência de competências coloca ao Município vai muito para além da transferência de recursos financeiros, que nem sequer está prevista para algumas áreas, conforme já foi referido atrás.

É verdade que o Município de Sintra já hoje assume a realização de investimento na construção de novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários (e também hospitalares), o apoio ao ACES Sintra na manutenção/beneficiação das unidades de saúde existentes, bem como responsabilidades no âmbito das parcerias para o desenvolvimento de programas e

---

<sup>7</sup> Cf. disposto no regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

projetos de promoção da saúde e prevenção da doença, nomeadamente, nas áreas previstas na alínea e) do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro.

No entanto, o que se exige ao Município no quadro da transferência de competências implica não só reforço de recursos (financeiros e humanos), mas também reforço de competências técnicas na área da saúde, necessárias à assunção das responsabilidades previstas, nomeadamente, no artigo 7.º do supracitado diploma, que determina que passa a ser responsabilidade da câmara municipal elaborar ou atualizar a Estratégia Municipal de Saúde.

De salientar a este propósito que, embora o Município tenha vindo a assumir um papel ativo na definição da estratégia municipal de saúde, traduzida nos Planos Locais de Saúde (2015-2017 e 2018-2020), a responsabilidade técnica pela sua elaboração cabe à Unidade de Saúde Pública do ACES Sintra.

A ser transferida essa responsabilidade, nos termos definidos no art.º 7.º do diploma, o Município terá que munir-se de pessoal técnico com competências específicas na área da saúde, concretamente, de saúde pública e de saúde comunitária.

Acresce que também a parceria estratégica com o Serviço Nacional de Saúde, conforme é enunciada no artigo 2.º do diploma e desenvolvida no artigo 16.º, obrigará o Município a repensar a sua estrutura de recursos para a área da saúde.

Com efeito, por via da transferência de competências transforma-se o que é hoje uma opção política do Município, no que diz respeito ao desenvolvimento de programas e projetos de promoção da saúde e prevenção da doença, numa competência legal, definindo-se as áreas de incidência dos programas municipais (por coincidência, áreas que o Município já considerara prioritárias, como a promoção de estilos de vida saudáveis e o envelhecimento ativo) e as competências do Município no seu desenvolvimento.

Nos termos do ponto 2 do artigo 16.º do diploma, competirá ao Município, concretamente:

- a) Desenvolver ou participar em atividades no âmbito da prevenção da doença, nomeadamente, na promoção da alimentação saudável, na prática de exercício físico regular e no envelhecimento ativo e saudável, nos termos da Estratégia Nacional de Envelhecimento Ativo e Saudável, em parceria com o ACES e administração regional de saúde, no quadro dos respetivos planos de ação e do Plano Municipal de Saúde (julgamos tratar-se do Plano Local de Saúde, referido atrás);
- b) Articular as atividades de cariz social que desenvolva no apoio domiciliário a utentes com as intervenções de saúde, no âmbito das unidades dos Cuidados de Saúde Primários e da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados;
- c) Promover atividades de apoio a iniciativas das unidades coordenadoras funcionais, nomeadamente da mulher, da criança e do adolescente e da diabetes;
- d) Implementar unidades móveis de intervenção em saúde, em articulação com o ACES.

Embora esteja prevista a eventual celebração de contratos programa, no âmbito de programas prioritários da Direção Geral de Saúde, a quem competirá aprovar os seus conteúdos e priorizar as respostas, não está, contudo, definida qualquer outra transferência de recursos (financeiros ou humanos) para fazer face ao alargamento de responsabilidades que serão cometidas ao Município, no âmbito da parceria estratégica.

Por fim, cabe ainda referir a criação de mais uma estrutura consultiva, exigência contida no artigo 9.º do diploma, e de uma estrutura de acompanhamento e monitorização das transferências que vierem a ser concretizadas (conforme previsto no artigo 10.º).

A experiência acumulada no âmbito do funcionamento do Conselho Local de Ação Social (CLAS), permite-nos afirmar que o desafio não é criar o Conselho Municipal de Saúde, nem a comissão de acompanhamento e monitorização da implementação e desenvolvimento do quadro de competências, uma vez que a sua composição está claramente definida no diploma.

O principal desafio do Município será garantir todas as condições necessárias ao seu funcionamento, para que se possa assegurar o cumprimento das competências e

Reunião de

11 JUN. 2019

Docº Agendado com o

Nº 13

responsabilidades que lhe foram cometidas, respetivamente, no âmbito do artigo 9.º e do artigo 10.º do diploma.

#### D. CONCLUSÕES

Da análise que foi efetuada, não só ao diploma que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da saúde, prevista no artigo 13.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, mas também à proposta de transferência de recursos financeiros, patrimoniais e humanos, que foi apresentada ao Município de Sintra, conforme determina o n.º 1 do art.º 25.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, através da notificação identificada e analisada no ponto C, podem ser tiradas desde já as conclusões abaixo, sem prejuízo de outras que se venham a revelar pertinentes no decurso de um processo de aprofundamento do quadro de transferência de competências:

- a) Que o prazo dado para efeitos de pronúncia foi demasiado curto para que se pudesse efetuar uma avaliação mais profunda e rigorosa dos encargos associados ao exercício das competências a transferir para o Município no domínio da saúde, verificando-se a necessidade de se obter, junto da administração central, informações adicionais sobre os termos da transferência de competências, incluindo sobre os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização, conforme previsto no artigo 25.º do diploma em análise;
- b) Que os montantes propostos no projeto de mapas, apresentado ao Município para efeitos de pronúncia, se revelaram inadequados, tendo da sua análise resultado divergências que se podem estimar em, pelo menos, um milhão de euros por ano;
- c) Que também a proposta de transferência de recursos humanos é desajustada, considerando, não só as unidades de saúde cuja gestão será transferida para o Município, mas também a natureza das competências a transferir (conforme ficou demonstrado no ponto C.1);
- d) Que a transferência de recursos financeiros e humanos, refletida no projeto de mapas, não cobre todas as áreas em que se prevê transferir competências e responsabilidades, verificando-se a necessidade de investimento municipal para colmatar essa lacuna, o qual é impossível de quantificar nesta fase, em face da escassez de informação de que se dispõe;
- e) Que o diploma concretizador da transferência de competências aponta para a necessidade de se formar uma equipa técnica multidisciplinar, que integre também recursos humanos da área da saúde, situação que não se compara à que hoje trabalha essa área, no âmbito da Divisão de Saúde e Ação Social (DSAS), que é constituída apenas por uma técnica superior de sociologia (a tempo inteiro), com o apoio "possível" de uma técnica superior de serviço social, que desenvolve prioritariamente a sua atividade nas áreas de "emergência social";
- f) Que o nível acrescido de exigência e de responsabilidades, associado ao quadro da transferência de competências em causa, evidencia a necessidade de uma nova abordagem do Município à área da saúde, diferenciada e articulada, apontando o caminho no sentido da sua autonomização relativamente à área da ação social (sem prejuízo de se manter uma estreita articulação entre ambas);

11 JUN. 2019

Finalmente, importa referir que ainda não foi publicado o despacho previsto no ponto 5 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, com o mapa dos montantes relativos ao Fundo de Financiamento da Descentralização, a transferir para os municípios no ano de 2020, não tendo o Município ainda obtido resposta à pronúncia realizada em sede de audiência de interessados.

Considerando tudo o que atrás foi referido e em face das atuais circunstâncias, julga-se de concluir que não estão reunidas as condições necessárias para que o Município de Sintra possa assumir todas as responsabilidades associadas à transferência de competências, garantindo o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, nomeadamente, no que diz respeito a ganhos de eficácia e eficiência na gestão dos recursos, que conduzam à otimização dos resultados em saúde, pelo que se reitera a necessidade de continuar a aprofundar a análise sobre o exercício das competências a transferir.

## TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA HABITAÇÃO

### A. ENQUADRAMENTO

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

O capítulo II desta lei-quadro define as áreas em que são transferidas competências para os órgãos municipais e, no artigo 17.º do diploma, é identificada a sua natureza no domínio da habitação, concretamente:

- a) A gestão dos programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana;
- b) A gestão dos bens imóveis destinados a habitação social que integram o parque habitacional da administração direta e indireta do Estado, cuja titularidade é transferida para os municípios, através de diploma próprio.

Nos termos do ponto 1 do artigo 4.º da lei-quadro, e ao abrigo do supracitado artigo 17.º desse diploma, a transferência de competências no domínio da habitação é concretizada através do Decreto Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro.

### B. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA HABITAÇÃO - ANÁLISE

Com a entrada em vigor do Decreto Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro, e sem prejuízo do que dispõe o n.º 2 do art.º 4.º da lei-quadro, quanto à concretização gradual da transferência das novas competências para as autarquias locais, passa então a ser competência dos órgãos municipais a gestão de programas e bens imóveis, conforme referido nas alíneas acima, podendo o seu exercício ser delegado pela câmara municipal em “empresa local, de natureza municipal ou intermunicipal, de capitais exclusivamente públicos”, conforme disposto no ponto 2 do artigo 3.º do diploma.

#### 1. Gestão de Programas de Apoio ao Arrendamento Urbano e à Reabilitação Urbana

Ao referir que é da competência dos órgãos municipais a gestão de programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana, o legislador não concretiza de que programas se trata, mas pode deduzir-se que sejam programas atualmente geridos pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP (IHRU), que é um instituto público (de regime especial e gestão participada) integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13

financeira e património próprio, que prossegue atribuições do Ministério do Ambiente nas áreas da gestão patrimonial, da habitação, do arrendamento e da reabilitação urbana.

Ainda assim, o legislador não concretiza, de entre os programas que são atualmente geridos pelo IHRU, quais são aqueles em que a gestão é transferida para os órgãos municipais, ao abrigo dos diplomas que determinam essa transferência.

Consultando-se o sítio do IHRU na internet (Portal da Habitação)<sup>8</sup>, pode ser identificado um vasto conjunto de instrumentos de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana, geridos (ou cogeridos) por este instituto.

No contexto da análise da transferência de competências, não se considerou o Programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação<sup>9</sup>, na medida em que, no âmbito da sua aplicação, é já conferido aos municípios um papel preponderante, que se traduz, nomeadamente, pela elaboração do diagnóstico das carências habitacionais, definição da estratégia local de habitação e priorização das soluções habitacionais a desenvolver no território, nas quais se devem enquadrar todas as candidaturas a apoio ao abrigo do programa.

Ainda assim, no “separador” do Arrendamento, podem ser identificados os seguintes instrumentos de apoio:

- Regime de Arrendamento Apoiado: Regime aplicável às habitações detidas, a qualquer título, por entidades das administrações direta e indireta do Estado, entre as quais se encontra o IHRU, das regiões autónomas, das autarquias locais, do setor público empresarial e dos setores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, que por elas sejam arrendadas ou subarrendadas, com rendas calculadas em função dos rendimentos dos agregados familiares a que se destinam;
- Programa “Porta 65 – Jovem”: Instrumento de apoio financeiro ao arrendamento por jovens, com idade igual ou superior a 18 anos e inferior a 35 anos (no caso de casais de jovens, um dos elementos pode ter até 37 anos), isolados, constituídos em agregados ou em coabitação, que tem como objetivo regular os incentivos aos jovens arrendatários, estimulando, não só estilos de vida mais autónomos por parte de jovens, mas também a reabilitação de áreas urbanas degradadas e a dinamização do mercado de arrendamento;
- Mercado Social do Arrendamento: Iniciativa governamental desenvolvida no âmbito do Programa de Emergência Social, que tem como entidades aderentes o IHRU, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) e várias entidades bancárias, as quais disponibilizam em mercado de arrendamento um conjunto de frações habitacionais dispersas pelo País, com valores de renda mensais inferiores até 30% aos normalmente praticados em mercado livre;

E, mais recentemente,

- Programa de Arrendamento Acessível: Programa de política de habitação que visa promover uma oferta alargada de habitação para arrendamento a preços compatíveis com os rendimentos das famílias, entrando em vigor apenas em 1 de julho de 2019.

Relativamente à reabilitação urbana, é possível identificar no Portal da Habitação alguns instrumentos de apoio em que não se nos afigura viável a transferência da gestão, uma vez que os Municípios podem apresentar candidatura ao abrigo desses programas. É o caso de:

- Programa “Reabilitar para Arrendar”: Instrumento de apoio financeiro destinado, prioritariamente e entre outros, à reabilitação, reconstrução ou construção de edifícios cujo uso seja maioritariamente habitacional e cujos fogos se destinem a arrendamento nos regimes de renda apoiada ou de renda condicionada;

<sup>8</sup> <https://www.portaldahabitacao.pt/>

<sup>9</sup> Estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, e regulamentado pela Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto.

11 JUN. 2019

- Programa “Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível”: Instrumento de apoio financeiro, que tem como objetivo o financiamento de operações de reabilitação de edifícios com idade igual ou superior a 30 anos, preferencialmente localizados em Áreas de Reabilitação Urbana, que após a reabilitação, sejam destinados a arrendamento habitacional em regime de renda condicionada;
- IFRRU 2020: Instrumento Financeiro que mobiliza as dotações aprovadas pelos Programas Operacionais - entre outros, o da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) – canalizando-os para o apoio a investimentos em reabilitação urbana, com os objetivos de revitalizar as cidades, apoiar a revitalização física do espaço dedicado a comunidades desfavorecidas e apoiar a eficiência energética na habitação;

Do levantamento efetuado, que não esgota todos os caminhos que se abrem no Portal da Habitação a quem procura apoio junto do IHRU, resulta que é tarefa impossível analisar o real alcance da transferência da gestão de programas, prevista no artigo 4.º do diploma em análise, bem como identificar os “poderes” que são conferidos aos municípios no exercício dessa competência, uma vez que não foi ainda concretizado quais os programas que são abrangidos pelo n.º 1 desse artigo.

Importa, ainda, salientar que, até ao final de maio, não foram definidos os termos da transferência de competências de gestão de programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana, conforme previsto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro.

## 2. Propriedade e Gestão de Imóveis de habitação social

No que diz respeito à transferência da propriedade e gestão de imóveis destinados a habitação social, que integram o parque habitacional da administração direta e indireta do Estado, também não é possível apurar a sua aplicabilidade ao Município de Sintra, uma vez que, consultado o Portal da Habitação, encontramos a área referente ao Parque Habitacional do IHRU sem qualquer informação, nem houve qualquer comunicação ao Município nesse sentido.

Pese embora a convicção de que não existe, no território de Sintra, qualquer imóvel destinado a habitação social que ainda seja propriedade do Estado, esta circunstância teria que ser aferida através da publicitação da listagem em falta no Portal da Habitação.

## C. CONCLUSÕES

Da análise que foi efetuada ao Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro, podem ser tiradas as seguintes conclusões:

- g) Que o propósito do legislador em concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação não se reflete na letra do diploma, impossibilitando a avaliação das repercussões financeiras e materiais, bem como a ponderação do impacto do exercício das competências previstas ao nível dos recursos humanos e na estrutura dos serviços municipais;
- h) Que, por via da consulta ao conjunto de instrumentos de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana, publicitado através do Portal da Habitação, não é possível identificar aqueles que estão abrangidos pela transferência da competência de gestão de programas, nem as responsabilidades que passariam para o Município, nos termos do artigo 4.º do diploma em análise;
- i) Que daí decorre a necessidade de o Município obter, junto da administração central, a informação ainda em falta, relativamente aos termos da transferência de competências, incluindo os recursos financeiros e humanos a transferir (se for esse o caso).

Considerando as atuais circunstâncias, somos de parecer que não estão reunidas as condições necessárias para que o Município de Sintra possa responder afirmativamente ao repto da transferência de competências na área de habitação, nos termos em que ela é refletida no diploma que a enquadra.

Reunião de

11 JUN. 2019

## **K) PRONÚNCIA DO GABINETE MÉDICO VETERINÁRIO (GMVM):**

No âmbito da nossa conversa sobre a questão da descentralização, no que diz respeito ao Gabinete Médico Veterinário Municipal, solicitei uma reunião à Direção Geral de Alimentação e Veterinária, na pessoa da Sra. Diretora Regional, Dra. Susana Pombo, para avaliação prévia das competências a assumir, para que, da forma mais assertiva possível, ser possível avaliar as necessidades face a esta nova realidade, através de elaboração de relatório ou proposta a apresentar superiormente. Só a título de exemplo, Sintra tem no seu território vários matadouros de leitões cuja fiscalização sanitária da atividade passará para o município, o que poderá passar pela necessidade de contratação de mais veterinários, os licenciamentos das explorações pecuárias, a mesma situação, torna-se necessário fazer um levantamento do número atual de explorações existentes no concelho, ter em conta os valores das taxas cobradas atualmente pela DGAV, o enquadramento na tabela de taxas do município, etc, sendo que esta direção de serviços tem estes dados reunidos e tem estado a reunir com os municípios que já estão a assumir estas competências para a passagem desta informação e de procedimentos a ter em linha de conta.

Consciente de que o sucesso deste processo transição tem implicações diretas na segurança alimentar, na saúde pública e no bem estar animal, considerando o acima exposto, marquei e insisti numa reunião, que se prevê longa, com a Dra. Susana Pombo que se disponibilizou de imediato com bastante interesse atendendo à dimensão do concelho de Sintra e à boa relação que mantém com este gabinete, ainda assim a reunião solicitada por diversas vezes devido a uma auditoria externa que decorre aos serviços da DGAV, motivo ao qual somos alheios.

Assim, não me é possível apresentar qualquer tipo de avaliação neste momento, pelo que proponho que seja autorizada a título extraordinário, pelas razões expostas, a entrega posterior do referido relatório. Mais se informa que tenho acompanhado o desenvolvimento deste processo noutros concelhos, em troca de informações com veterinários e dirigentes com os quais me relaciono.

Mais se informou,

O Decreto-lei n.º 20/2019, de 30 de Janeiro, ao abrigo dos artigos 24.º e 25.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais nos seguintes domínios:

- d) Proteção e saúde animal dos animais de companhia (artigo 2.º);
- e) Proteção e saúde animal de animais de produção (artigo 3.º);
- f) Segurança dos alimentos (artigo 4.º);
- g) Médico Veterinário Municipal (art.º 5.º).

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13

Para além da transferência de competências, o decreto-lei em referência procedeu ainda à alteração dos seguintes diplomas:

- Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de maio, que estabelece os princípios gerais da carreira de médico veterinário municipal;
- Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.os 315/2003, de 17 de dezembro, 265/2007, de 24 de julho, 255/2009, de 24 de setembro, e 260/2012, de 12 de dezembro, e pela Lei n.º 49/2007, de 31 de agosto, que estabelece as normas legais tendentes a aplicar em Portugal a Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia e um regime especial para a detenção de animais potencialmente perigosos;



- Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro, que aprova o Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e Outras Zoonoses (PNLVERAZ) e estabelece as regras relativas à posse e detenção, comércio, exposições e entrada em território nacional de animais suscetíveis à raiva;

- Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, alterado pelos Decretos-Leis n.os 165/2014, de 5 de novembro, e 85/2015, de 21 de maio, que aprova o novo regime de exercício da atividade pecuária;

- Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 165/2014, de 5 de novembro, 73/2015, de 11 de maio, e 39/2018, de 11 de junho, que cria o Sistema da Indústria Responsável (SIR), que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste sistema.

Com relevo para as atribuições prosseguidas pelo Gabinete Médico-Veterinário, verifica-se que o Decreto-lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro transfere igualmente a competência para o **Presidente da Câmara Municipal** nas seguintes matérias:

b) Proteção e saúde animal dos animais de companhia (artigo 2.º):

- v. Receber a comunicação prévia relativa aos centros de recolha e alojamento para hospedagem de animais de companhia prevista no artigo 3.º-A do Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, na sua redação atual, que deverá ser transmitida à Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), para efeitos de atribuição de número nacional de identificação e registo, no âmbito da base de dados de gestão dos animais de companhia;
- vi. Autorizar os alojamentos para hospedagem com fins lucrativos destinados à reprodução e criação de animais potencialmente perigosos, nos termos do artigo 3.º-B do Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, na sua redação atual;
- vii. Autorizar a realização de concursos e exposições, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro;
- viii. Autorizar a detenção de animais de companhia em prédios urbanos em número superior a três cães e quatro gatos adultos por cada fogo, e até ao máximo de seis animais adultos, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro;
- ix. Determinar a realização de ações ou campanhas públicas de profilaxia médica e sanitária, destinadas a manter a vigilância sanitária e combate a zoonoses, referidas no Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro.

d) Proteção e saúde animal de animais de produção (artigo 3.º):

- i. Exercer as competências da entidade coordenadora, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, na sua redação atual, incluindo o registo e a alteração do registo no âmbito da classe 3 do regime de exercício da atividade pecuária, previsto no artigo 3.º e no anexo I do referido decreto-lei;
- ii. Proceder ao registo da detenção caseira de espécies pecuárias, nos termos da alínea j) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, na sua redação atual;
- iii. Assegurar o controlo do cumprimento dos requisitos da atividade referida na alínea a) e da detenção caseira referida na alínea b) do presente número, designadamente nos termos dos artigos 37.º, 39.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, na sua redação atual;

Reunião de

11 JUN. 2019

- iv. Assegurar o controlo do bem-estar e sanidade animal dos efetivos ou populações da classe 3 e detenção caseira, nos termos, designadamente, do Decreto-Lei n.º 64/2000, de 22 de abril, na sua redação atual..

e) Segurança dos alimentos (artigo 4.º)

- i. Atribuir o registo ou a aprovação, expressos no número de controlo ou número de identificação individual, a estabelecimentos industriais que explorem atividade agroalimentar que utilizem matéria-prima de origem animal não transformada, ou atividade que envolva manipulação de subprodutos de origem animal ou atividade de fabrico de alimentos para animais, no quadro da aplicação do SIR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, na sua redação atual, bem como ordenar a execução dos controlos destinados a verificar a manutenção das condições da respetiva atribuição, sempre que a câmara municipal seja a entidade coordenadora do procedimento;
- ii. Executar os planos de controlo oficiais referidos na alínea e) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 31/2012, de 13 de março, na sua redação atual, nos estabelecimentos de transformação de géneros alimentícios, em que a câmara municipal seja entidade coordenadora no âmbito do SIR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, na sua redação atual;
- iii. Vistoriar a manutenção das condições hígio-sanitárias nos estabelecimentos cujo regime de exercício da atividade esteja sujeito a parecer da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, nos termos do n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, na sua redação atual;
- iv. Executar os controlos aos estabelecimentos de distribuição e venda de carnes e seus produtos, previstos no Decreto-Lei n.º 147/2006, de 31 de julho, na sua redação atual, sem prejuízo das competências atribuídas à ASAE no âmbito desse diploma;
- v. Executar os controlos oficiais das condições sanitárias dos estabelecimentos pecuários em que a câmara municipal seja a entidade coordenadora ao abrigo do regime de exercício de atividade, nos termos do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, na sua redação atual;
- vi. Proceder à inspeção sanitária prevista no capítulo II, secção I, do anexo I do Regulamento n.º 854/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, nos estabelecimentos de abate de animais destinados à produção de carne para alimentação humana, em que a câmara municipal seja a entidade coordenadora ao abrigo do regime de exercício da atividade, nos termos do anexo III do SIR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, na sua redação atual;
- vii. Autorizar o fornecimento a que respeita o artigo 6.º da Portaria n.º 74/2014, de 20 de março, bem como controlar os fornecimentos a que respeitam os artigos 4.º a 6.º da referida portaria.

d) Já quanto ao Médico Veterinário Municipal, o Decreto-lei em análise, transfere as seguintes competências:

- i. As competências previstas nas alíneas a), b), c), e) e f) do n.º 1 do artigo 4.º do presente decreto-lei podem ser asseguradas, nos termos do n.º 5, através do médico veterinário municipal, devidamente habilitado pela DGAV, enquanto autoridade competente nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 854/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, do n.º 4 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 882/2004, do

Reunião de

11 JUN, 2019

75

Docº Agendado com o

Nº 13

Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, e da alínea e) do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 183/2005, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de janeiro de 2005, o qual assume, para esses efeitos, a qualidade de veterinário oficial, nos termos da referida regulamentação europeia;

- ii. Verificação das condições de que depende a atribuição do registo ou aprovação constantes da alínea a) do n.º 1 do artigo anterior, bem como a realização das vistorias, controlos e inspeções constantes das demais alíneas do n.º 1 do mesmo artigo, ao abrigo dos poderes conferidos pelo Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de maio;
- iii. Verificação das condições de que dependem as autorizações referidas nas alíneas b) a d) do n.º 1 do artigo 2.º;
- iv. Verificação das condições de que depende a atribuição do registo referida na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º e a realização dos controlos referidos nas alíneas c) e d) do n.º 1 do mesmo artigo;
- v. As competências exercidas, através dos médicos veterinários municipais, que sejam desenvolvidas em regime de colaboração ou do estabelecimento de programas ou planos de atuação com órgãos ou serviços da Administração direta ou indireta do Estado, nomeadamente com a autoridade sanitária veterinária nacional, através da realização de controlos oficiais na qualidade de veterinário oficial, ou por qualquer outra forma, dependem de prévia autorização do presidente da câmara municipal ou do vereador, dirigente ou trabalhador com competências delegadas, que se considera tacitamente deferida no prazo de 10 dias.

Decorre ainda do Decreto-lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro que a prestação do serviço público local, entenda-se os serviços prestados pelo Médico Veterinário Municipal está sujeita ao pagamento de taxas a fixar pelos municípios nos termos da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na sua redação atual, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais, e que constituem sua receita própria.

Quanto à habilitação do médico veterinário municipal enquanto veterinário oficial para os efeitos do artigo 5.º do decreto vindo a apreciar, a mesma é feita por despacho do Diretor-Geral de Alimentação e Veterinária, uma vez verificados os requisitos do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 882/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004.

Assim, analisado o referido diploma e as alterações legislativas daí decorrentes, é forçoso concluir que existem repercussões materiais inerentes ao exercício das competências prosseguidas pelo GMVM.

2 - Avaliação do impacto financeiro inerente à prossecução das referidas competências e previsão das consequentes necessidades no plano dos recursos humanos e materiais a alocar ao exercício das mesmas

De acordo com o Despacho 75-P/2017, o GMCM integra as/os seguintes funcionárias/os:

- 1 Chefe de Divisão;
- Médicos Veterinários;
- Tratadores-apanhadores;
- Assistentes Técnicas;

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13

- Técnicos Superiores (Núcleo de fiscalização).

Considerando as competências que, o mais tardar em 2021, serão transferidas para a autarquia, afigura-se pertinente o reforço dos meios humanos afetos ao GMVM, bem como a sua distribuição à reestruturação que daí venha a resultar.

3 - Apresentação de uma Proposta das alterações a introduzir às estruturas nuclear e flexível dos serviços ou a demonstração da sua desnecessidade

De acordo o artigo 66.º da Estrutura Nuclear da Câmara Municipal de Sintra e artigos 51.º e 53.º da Estrutura Flexível da Câmara Municipal de Sintra (Despacho (extrato) n.º 9895/2017, de 15 de novembro, Estrutura Nuclear e Estrutura Flexível da Câmara Municipal de Sintra (DR, 2.ª série, n.º 220) e Despacho n.º 11917/2018, de 11 de dezembro - Alteração às Estruturas Nuclear e Flexível da Câmara Municipal de Sintra (DR, 2.ª série, n.º 238)), o Gabinete Médico Veterinário Municipal tem as seguintes competências:

- a) Dirigir os serviços e recursos que lhe estão afetos, designadamente o canil municipal e outras instalações para recolha, guarda, observação e tratamento de canídeos e felídeos e a unidade de controlo sanitário;
- b) Assegurar a gestão do canil municipal e a colaboração com outros serviços e entidades no domínio higiossanitária e de saúde e bem-estar animal;
- c) Colaborar com as demais unidades orgânicas em todas as matérias em que a saúde pública e a sanidade animal estejam em causa, designadamente nos licenciamentos ou vistorias sanitárias das viaturas de transporte, das unidades móveis e dos estabelecimentos comerciais e outros, onde se transportem, armazenem, transformem, preparem e vendam ao público produtos alimentares de origem animal, e no licenciamento de instalações ou alojamento para animais, na fiscalização e inspeção higiossanitária nos Mercados Municipais e das Juntas de Freguesia, identificando os dispositivos adequados para a boa prática higiossanitária no tocante a instalações, equipamento e funcionamento necessário à exposição e venda de produtos de origem animal;
- d) Proceder à ponderação técnica dos pedidos de autorização previstos nos n.os 2 a 5 do artº3.º do Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro, relativos à detenção de canídeos e felídeos;
- e) Promover e executar, através da Autoridade Médico-Veterinária Municipal, em articulação com as Autoridades Policiais e entidades administrativas competentes, a fiscalização e inspeção higiossanitária dos estabelecimentos e equipamentos referidos na alínea b);
- f) Assegurar a colaboração com as Autoridades de Saúde nas medidas que forem adotadas para a defesa da Saúde Pública, nas áreas da sua competência;
- g) Solicitar aos demais serviços municipais, autoridades administrativas e policiais a execução de ações ou tarefas complementares ou subsequentes a tarefas realizadas ou a realizar e que necessitem dessas ações para prosseguimento;
- h) Exercer as demais competências previstas na lei e nos regulamentos em vigor.

Sendo que ao Médico Veterinário Municipal compete-lhe exercer as competências legal e regulamentarmente cometidas, cf. n.º 2 do art.º 66.º da referida Estrutura Nuclear.

Nos termos do n.º 3 do art.º 66.º o Gabinete Médico Veterinário corresponde a uma unidade orgânica flexível, não integrada em Direção ou Departamento Municipal.

Ora, considerando a diversidade de atribuições já exercidas pelo GMVM, bem como as competências transferidas para a autarquia, considera-se pertinente que se pondere a inclusão do GMVM em Departamento Municipal ou a criação de um novo Departamento que englobe pelo menos os seguintes serviços equiparados a Divisão:

- a) Equiparado a Divisão: Sítio dos Animais de Sintra (canil/gatil);
- b) Equiparado a Divisão: Núcleo de Vistorias;

Reunião de

11 JUN, 2019

Doctº Agendado com o  
nº 13

c) Integrada no Departamento ou na Divisão: Seção Administrativa;

Com a presente alteração autonomizar-se-ia o papel do Médico Veterinário Municipal, aqui considerando a figura da autoridade veterinária oficial, do papel do Responsável pelo Centro de Recolha Oficial (vulgo Sítio dos Animais de Sintra) e ainda do Chefe de Divisão, à semelhança do que acontece noutros municípios, como por exemplo em Lisboa.

Tal reestruturação permitiria libertar esta figura para a prossecução das competências que legalmente lhe estão atribuídas enquanto Médico Veterinário Oficial, bem assim como ter um responsável exclusivamente dedicado à gestão, cuidados dos animais acolhidos no Centro de Recolha Oficial e à promoção das demais ações, como as campanhas de adoção, esterilização, vacinação, entre outras, e um outro responsável pelo Núcleo de Vistorias e acompanhamento dos processos em matéria de proteção, saúde e bem-estar animal, sobretudo face aos desafios da mais recente legislação em matéria de criminalização de determinadas condutas.

Não obstante o exposto, para uma melhor compreensão dos recursos necessários para a prossecução das novas competências, desde já se propõe que seja solicitada informação à DGAV – Direcção Geral de Alimentação e Veterinária, uma vez que até à presente alteração legislativa eram as entidades competentes para a prossecução das atribuições aqui em apreço.

## **D) PRONÚNCIA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO (DED):**

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

Em complemento, o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, *concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação*, definindo o Artigo 76.º, da sua versão atual, que o mesmo *produz efeitos no dia 1 de janeiro de 2019, sem prejuízo da sua concretização gradual nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 20 de agosto*, devendo os municípios e as entidades intermunicipais que não pretendam a transferência dessas competências, no presente ano, comunicar esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais até ao dia 30 de junho de 2019, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, sob proposta das câmaras municipais respetivas.

Neste âmbito, o Exmo. Senhor Presidente da Câmara, através do Despacho n.º 2-P/2019, de 11 de janeiro, aditado pelo Despacho n.º 14-P/2019, de 25 de fevereiro, determina a criação de um Grupo de Missão que deverá, nos termos do disposto no n.º 2, elaborar um relatório onde conste:

- *A ponderação das repercussões materiais inerentes ao exercício das competências transferidas pela aplicação da Lei n.º 50/2018 e dos respetivos diplomas concretizadores, com particular destaque para as metodologias e procedimentos necessários ao cabal exercício das mesmas, por parte da Câmara Municipal;*

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13

- *A avaliação do impacto financeiro inerente à prossecução das referidas competências, assim como a previsão das consequentes necessidades no plano dos recursos humanos e materiais a alocar ao exercício das mesmas;*
- *Uma proposta das alterações a introduzir às estruturas nuclear e flexível dos serviços ou a demonstração da sua desnecessidade.*

Tendo presente a referida determinação, emite-se parecer favorável do Departamento de Educação, Juventude e Desporto relativo à aceitação imediata da transferência de competências no domínio da Educação, a concretizar a partir do dia 1 de setembro de 2019, uma vez que o Município de Sintra integrou o conjunto inicial de Municípios que, no ano de 2009, celebrou contrato de execução com o Ministério da Educação em Matéria de Educação (Contrato n.º 486/2009, celebrado no dia 21 de setembro de 2009, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 235, de 4 de dezembro de 2009), tendo, nesse âmbito, assumido a maior parte das competências que agora se transferem de forma universal, abrangendo todos os Municípios e níveis da escolaridade obrigatória.

De facto, com os diplomas legais em apreço, são transferidas formalmente um conjunto significativo de competências já assumidas pelos Municípios ao abrigo de legislação anterior, agora revogada, bem como um leque de outras competências assumidas ao abrigo de contrato de execução e/ou acordos de colaboração celebrados entre o Ministério da Educação e o Município de Sintra, as quais passamos a identificar:

1. Carta Educativa (Capítulo II - Secção I – Artigos 5.º a 16.º): já assumida anteriormente (Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro);
2. Plano de Transporte Escolar (Capítulo II - Secção II – Artigos 17.º a 22.º): já assumida anteriormente (Decretos-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro e 7/2003, de 15 de janeiro);
3. Ofertas de Educação (Capítulo II - Secção III – Artigos 23.º a 30.º): já assumida anteriormente (protocolo celebrado com a ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, no dia 6 de novembro de 2018);
4. Investimento na construção, requalificação e modernização de edifícios escolares, bem como de equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares de 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário (Capítulo III – Artigos 31.º e 32.º): As competências em causa são transferidas para os Municípios sendo acautelado um regime transitório, definido pelo Artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que determina que:
  - 1 - *Sem prejuízo do disposto no artigo 31.º as responsabilidades de construção, requalificação e modernização de edifícios escolares relativas a edifícios e equipamentos escolares constantes do mapeamento referido no n.º 3 do artigo 50.º continuam a ser exercidas pelo Ministério da Educação até que seja assegurado o financiamento dessas operações de investimento.*
  - 2 - *Até à entrada em vigor da portaria referida no artigo 51.º, para o financiamento das competências de conservação e manutenção de escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, (...), é transferida anualmente para cada município, a verba de vinte mil euros por cada estabelecimento (...), procedimento já aceite pelo Município de*

Sintra para os 14 edifícios do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico abrangidos pelo contrato de execução celebrado no ano 2009 (EB Alfredo da Silva, EB Alto dos Moinhos, EB Colares, EB Carlos I, EB D. Fernando II, EB Escultor Francisco dos Santos, EB Ferreira de Castro, EB Mestre Domingos Saraiva, EB Padre Alberto Neto, EB Professor Agostinho da Silva, EB Professor Egas Moniz, EB Professor Galopim de Carvalho, EB Rainha D. Leonor de Lencastre e EB Visconde Juromenha).

*3 - Até à entrada em vigor da portaria referida no artigo 51.º as competências de equipamento de escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 32.º, (...) são exercidas pelo departamento governamental com competências na área da educação.*

5. Apoios e complementos educativos (Capítulo IV – Secção I)

a. Ação social escolar: já assumida anteriormente (Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro), sendo apenas necessário clarificar junto da Administração Central se a ação social escolar (auxílios económicos e visitas de estudo) de alunos carenciados dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário se mantêm responsabilidade do Ministério da Educação, acautelando, em caso contrário, a transferências das respetivas verbas;

b. Refeitórios Escolares: já assumida anteriormente relativamente aos alunos do pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico;

Neste âmbito são agora transferidas as competências relativas à gestão do programa do leite escolar para o pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, bem como a gestão dos refeitórios escolares dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, estando o respetivo financiamento assegurado nos termos do disposto no Artigo 53.º.

Transportes Escolares: já assumida anteriormente (Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro), sendo apenas alargada ao transporte dos alunos abrangidos pela educação inclusiva, situação que não implica qualquer constrangimento para o Município, estando o respetivo financiamento assegurado nos termos do disposto no Artigo 53.º.

c. Residências escolares: Não aplicável ao concelho de Sintra

d. Alojamento: Não aplicável ao concelho de Sintra

e. Escola a tempo inteiro:

i. Atividades de animação e apoio à família no pré-escolar: já assumida anteriormente (Contrato de execução n.º 486/2009);

ii. Componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico: já assumida anteriormente no âmbito do Programa Municipal “Á Descoberta dos Tempos Livres”;

iii. Atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico: já assumida até setembro de 2015, não existindo qualquer constrangimento na sua reassunção a partir do próximo ano letivo.

6. Pessoal não docente (Capítulo IV – Secção II – Artigos 42.º a 45.º): já assumida anteriormente relativamente ao pré-escolar e ensino básico (Contrato de execução n.º 486/2009), estando prevista o alargamento ao ensino secundário nos mesmos moldes de financiamento.

Reunião de

11 JUN. 2019

80

Doctº Agendado com o

Nº 13

7. Funcionamento dos edifícios escolares (Capítulo IV – Secção III – Artigos 46.º a 48.º): Nova competência, com vantagens para o Município ao nível da gestão dos edifícios escolares. No âmbito desta secção, o diploma legal em apreço inclui a transferência de competências relativas à assunção dos custos com a contratação de fornecimentos e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos, designadamente eletricidade, combustível, água, outros fluidos e comunicações, bem como a gestão da utilização dos espaços fora do período das atividades escolares.
- Os custos identificados pelo Ministério da Educação estão alinhados com os dados recolhidos junto das direções dos agrupamentos de escolas, sendo, em nossa opinião, possível obter uma redução significativa dos custos com o fornecimento de água e energia, resultante da inclusão das escolas nos respetivos processos de aquisição do Município.
- Para além disso, a gestão das instalações trará enormes vantagens para o Município, uma vez que, para além da possibilidade de utilização genérica das instalações escolares, o Município de Sintra passará a gerir diretamente as instalações desportivas das escolas, após as atividades curriculares, integrando-as na rede de equipamentos municipais a utilizar no âmbito do plano estratégico de desenvolvimento desportivo do concelho, podendo ser utilizadas por clubes e associações desportivas na formação de jovens, como reforço das modalidades existentes, ou no isentivo à prática de novas modalidades desportivas.
- De referir que no ano letivo 2018/2019 foram já utilizadas, por parte de clubes e associações desportivas, 352 horas mensais de instalações desportivas escolares, com um custo para o Município de cerca de 60.000,00 € anuais.
- Com a assunção desta competência, o Município de Sintra passará a contar com cerca de 1.650 horas mensais (de segunda a sexta feira), sem qualquer custo, para além da assunção das despesas da manutenção e dos consumos de água e energia, já assumidas no âmbito do processo de transferência de competências.
8. Financiamento: As competências a transferir de imediato encontram-se enquadradas nos moldes já existentes, ou estando salvaguardas as transferências financeiras necessárias à sua concretização.
- Importa ainda acautelar junto da Administração Central a inclusão no MAPA VI – Escolas Transferidas e a Transferir dos seguintes estabelecimentos de ensino com escolas prioritárias para modernização (para além dos já identificados pelo Ministério da Educação):
- Escola Básica D. Domingos Jardo (Agrupamento de Escolas de Aqualva e Mira Sintra).
  - Escola Básica D. Fernando II (Agrupamento de Escolas Monte da Lua);
  - Escola Secundária Stuart Carvalhais (Agrupamento de Escolas de Massamá).
9. Conselho Municipal de Educação: já assumida anteriormente (Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro).
- De referir que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, as competências reguladas nas secções II e III do capítulo II e no capítulo IV do presente decreto-lei produzem efeitos a partir do início do ano letivo de 2019/2020.

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13



Neste âmbito, as competências relativas ao planeamento e execução do transporte escolar, da oferta educativa e do Conselho Municipal de Educação concretizam-se no dia 1 de setembro de 2019, não estando abrangidas pelo n.º 2 do mesmo artigo, ou seja, não podendo ser prorrogada a sua assunção por parte das Câmaras Municipais. A este propósito importa referir que o artigo 65.º cria uma comissão que define e propõe fórmulas de financiamento das despesas cujas competências são transferidas para os municípios, nomeadamente como os transportes escolares.

Sem prejuízo das necessidades de outras unidades orgânicas, nomeadamente do Departamento de Recursos Humanos, a assunção das novas competências no domínio da Educação determina a necessidade de alteração da estrutura do Departamento de Educação, Juventude e Desporto, com a criação das seguintes unidades:

- Uma secção ao nível do DED que assuma a logística e a gestão os recursos materiais afetos a todas as unidades do departamento;
- Um Núcleo na Divisão de Planeamento e Logística Educativa, que assuma a gestão da qualidade dos refeitórios escolares e a promoção de ações no âmbito da Educação Alimentar.

Assim, propõe-se que o Departamento de Educação, Juventude e Desporto assuma a seguinte estrutura:

<b>DED - Departamento de Educação, Juventude e Desporto</b>		Sem alterações
	<b>Secção de Apoio Administrativo</b>	Sem alterações
	<b>Secção de Logística e Gestão de Recursos Materiais</b>	Nova unidade, assumindo a logística e a gestão os recursos materiais afetos a todas as unidades do departamento
<b>DEJU - Divisão de Educação e Juventude</b>		Sem alterações
<b>DPLE – Divisão de Planeamento e Logística Educativa</b>		Sem alterações
	<b>NEQA - Núcleo de Educação e Qualidade Alimentar</b>	Nova unidade, assumindo a gestão da oferta e qualidade alimentar dos espaços escolares sob tutela municipal, bem como o desenvolvimento de projetos e iniciativas no âmbito da Educação Alimentar.
	<b>Secção de Apoio Administrativo</b>	Sem alterações
<b>DESP - Divisão de Desporto</b>		Sem alterações
<b>EPRPS – Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra</b>		Sem alterações

Reunião de

11 JUN. 2019

A integração das novas competências implicará ainda a necessidade de reforço dos seguintes recursos:

1. Recursos Humanos:

- a. Um Técnico Superior (Dietista) que assuma a gestão 29 refeitórios das escolas EB 2.3 e Secundárias;
- b. Um Assistente Técnico que assumirá a coordenação da Secção de Logística e Gestão de Recursos Materiais;
- c. Um Assistente Operacional com funções de fiel de armazém que integrará a Secção de Logística e Gestão de Recursos Materiais.

2. Recursos materiais:

- a. Um espaço/armazém que permita a gestão e conservação de todo o equipamento e materiais utilizados pelas diferentes unidades do DED, nomeadamente materiais, equipamentos e mobiliário escolar, equipamentos e materiais de apoio ao desenvolvimento das atividades desportivas, etc;
- b. Substituição imediata da viatura 250 (Renault Master) que se encontra inoperacional;
- c. Aquisição de três viaturas, tipo Renault Clio, sendo:
  - i. Uma viatura para reforço da equipa atual de gestão dos refeitórios, uma vez que as duas dietistas partilham a mesma viatura com enormes constrangimentos na celeridade de algumas respostas;
  - ii. Uma viatura para apoio à gestão dos novos refeitórios escolares (29 refeitórios das EB 2.3 e Secundárias);
  - iii. Uma viatura para a apoio ao aumento das ações de logística educativa e desportiva. "

Reunião de

11 JUN, 2019

Docº Agendado com o  
Nº 13

-III-  
ANEXOS

Anexo - Recursos Humanos Necessários  
Lei Nº 50/2019, de 16 de agosto  
DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS  
ENCARGOS COM TRABALHADORES

UO	ÁREA	TRABALHADORES			REMUNERAÇÕES E ENCARGOS ANUAIS				
		CATEGORIA	REM. BASE	Nº PT	Remuneração Base	Suplementos (Sub. Férias e Natal)	Outras Prestações (Sub. Ref.)	Encargos Entidade Patronal	Total
DSE	PRAIAS DL nº 97/2018, de 27.11	Técnico Superior	1 201,48 €	2	28 835,52 €	4 805,92 €	2 308,68 €	7 989,84 €	43 939,96 €
	JOGO DL nº 98/2018, de 27.11	Assistente Técnico	683,13 €	5	40 987,80 €	6 831,30 €	5 771,70 €	11 357,04 €	64 947,84 €
	VIAS DE COMUNICAÇÃO DL nº 100/2018, de 28.11	Polícia Municipal	683,13 €	60	491 853,60 €	81 975,60 €	69 260,40 €	136 284,44 €	779 374,04 €
	ESTACIONAMENTO DL nº 107/2018, de 29.11	Fiscal Municipal	683,13 €	22	180 346,32 €	30 057,72 €	26 395,48 €	49 970,96 €	285 770,48 €
	total DSE		89	742 023,24 €	123 570,54 €	102 736,25 €	205 602,27 €	1 174 032,31 €	

Reunião de  
11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13

Anexo - Recursos Humanos Necessários  
Lei Nº 50/2019, de 16 de agosto  
DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS  
ENCARGOS COM TRABALHADORES

UO	ÁREA	TRABALHADORES			REMUNERAÇÕES E ENCARGOS ANUAIS				
		CATEGORIA	REM. BASE	Nº PT	Remuneração Base	Suplementos (Sub. Férias e Natal)	Outras Prestações (Sub. Ref.)	Encargos Entidade Patronal	Total
DEP	VIAS DE COMUNICAÇÃO DL nº 100/2018, de 28.11	Técnico Superior	1 201,48 €	5	72 088,80 €	12 014,80 €	5 771,70 €	19 974,81 €	109 849,91 €
		Técnico Superior	1 201,48 €	3	43 253,28 €	7 208,88 €	3 463,02 €	11 984,76 €	65 909,94 €
		Coordenador Técnico	1 149,99 €	1	13 799,88 €	2 299,98 €	1 154,34 €	3 823,72 €	21 077,92 €
		Assistente Técnico	683,13 €	17	139 358,52 €	23 226,42 €	19 623,78 €	38 613,92 €	220 822,64 €
GAMQ	ATENDIMENTO AO CIDADÃO DL nº 104/2018, de 29.11	total - GAMQ		21	196 411,58 €	32 735,28 €	24 241,14 €	54 422,40 €	307 810,50 €
DSI	HABITAÇÃO DL nº 105/2018, de 29.11	a)		0	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
DAF	PATRIMÓNIO DL nº 106/2018, de 29.11	a)		0	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Reunião de  
11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13

Anexo - Recursos Humanos Necessários  
Lei Nº 50/2019, de 16 de agosto  
DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS  
ENCARGOS COM TRABALHADORES

UO	ÁREA	TRABALHADORES			REMUNERAÇÕES E ENCARGOS ANUAIS				
		CATEGORIA	REM. BASE	Nº PT	Remuneração Base	Suplementos (Sub. Férias e Natal)	Outras Prestações (Sub. Ref.)	Encargos Entidade Patronal	Total
DUJ	JUSTIÇA DL nº 101/2018, de 29.11	Técnico Superior	1 201,48 €	5	72 088,80 €	12 014,80 €	5 771,70 €	19 974,61 €	109 849,91 €
		Assistente Técnico	683,13 €	4	32 790,24 €	5 465,04 €	4 617,36 €	9 085,63 €	51 958,27 €
		total - DUJ		9	104 879,04 €	17 479,84 €	10 389,06 €	29 060,23 €	161 808,17 €
	SMPc BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DL nº 103/2018, de 29.11	b) DSE/SMPc		0	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
GAEU	INVESTIMENTO DL nº 102/2018, de 29.11	Técnico Superior	1 201,48 €	1	14 417,76 €	2 402,86 €	1 154,34 €	3 994,92 €	21 969,88 €
DTUR	TURISMO DL nº 99/2018, de 28.11	a) DTC		0	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
SAUDE DL nº 23/2019, de 30.01		Assistente Operacional	635,07 €	56	426 767,04 €	71 127,84 €	64 643,04 €	118 250,03 €	680 787,95 €

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13

Anexo - Recursos Humanos Necessários  
 Lei Nº 50/2019, de 16 de agosto  
 DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS  
 ENCARGOS COM TRABALHADORES

Reunião de  
 11 JUN, 2019  
 Doctº Agendado com o  
 Nº 13

UO	ÁREA	TRABALHADORES		REMUNERAÇÕES E ENCARGOS ANUAIS					
		CATEGORIA	REM. BASE	Nº PT	Remuneração Base	Suplementos (Sub. Férias e Natal)	Outras Prestações (Sub. Ref.)	Encargos Entidade Patronal	Total
		Técnico Superior	1 201,48 €	16	230 684,16 €	38 447,36 €	18 469,44 €	63 918,74 €	351 519,70 €
		Coordenador Técnico	1 149,99 €	1	13 799,88 €	2 299,98 €	1 154,34 €	3 823,72 €	21 077,92 €
		Assistente Técnico	683,13 €	26	213 136,56 €	35 522,76 €	30 012,84 €	59 056,59 €	337 728,75 €
		Assistente Operacional	635,07 €	56	426 767,04 €	71 127,84 €	64 643,04 €	118 250,03 €	680 787,95 €
		Polícia Municipal	683,13 €	60	491 853,60 €	81 975,60 €	69 260,40 €	136 284,44 €	779 374,04 €
		Fiscal Municipal	683,13 €	22	180 346,32 €	30 057,72 €	25 395,48 €	49 970,96 €	285 770,48 €
		TOTAL		181	1 556 587,56 €	259 431,26 €	208 935,54 €	431 304,47 €	2 456 258,83 €

Legenda:  
 a) identificado como desnecessário  
 b) não identificado

Anexo - Recursos Humanos Necessários - área da Educação  
 Lei Nº 50/2019, de 16 de agosto  
 DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS  
 ENCARGOS COM TRABALHADORES

ÁREA	TRABALHADORES		REMUNERAÇÕES E ENCARGOS ANUAIS					
	SITUAÇÃO	CATEGORIA	Nº PT	Remuneração Base	Suplementos (Sub. Férias e Natal)	Outras Prestações (Sub. Ref.)	Encargos Entidade Patronal	Total
EDUCAÇÃO DL nº 21/2019, de 30.01	EXISTENTES	Técnico Superior	0	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	NECESSÁRIOS		1	14.417,76 €	2.402,96 €	1.154,34 €	3.994,92 €	21.969,98 €
	EXISTENTES	Assistente Técnico	74	606.619,44 €	101.103,24 €	85.421,16 €	168.084,14 €	961.227,98 €
	NECESSÁRIOS		1	8.197,56 €	1.366,26 €	1.154,34 €	2.271,41 €	12.989,57 €
	EXISTENTES	Assistente Operacional	317	2.415.806,28 €	402.634,38 €	365.925,78 €	669.379,66 €	3.853.746,10 €
	NECESSÁRIOS		1	7.620,84 €	1.270,14 €	1.154,34 €	2.111,61 €	12.156,93 €
		subtotal	394	3.052.661,88 €	508.776,98 €	454.809,96 €	845.841,73 €	4.862.090,55 €

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
 Nº 13

-IV-

APRECIÇÃO GERAL

1.

A Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, ao estabelecer o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, definiu ainda os respetivos pressupostos e princípios da iniciativa, bem como a metodologia a adotar em sede de reportes e comunicações, atenta a natureza tendencialmente volitiva da aceitação das novas competências, a qual, todavia, apenas se manterá até ao ano de 2020, ou seja, as novas competências passam, inexoravelmente, a constituir incumbência das autarquias a partir de 2021, independentemente da respetiva vontade.

O mesmo normativo estatui que serão inscritos nos Orçamentos do Estado dos anos de 2019, 2020 e 2021, os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização que incorporam os valores a transferir para as autarquias locais e destinados a financiar as novas competências (artigo 5º).

De igual modo, também ficou expressamente prevista a futura transferência dos recursos materiais e humanos considerados necessários à prossecução das novas competências e que a elas já estivessem alocados em sede do seu exercício por parte do Estado (artigos 7º e 8º).

Reunião de

11 JUN, 2019

Docto Agendado com o  
Nº 13

O diploma em causa e as medidas legiferantes subsequentes que o concretizam, veiculam a transferência de novas competências, postergando a diferenciação ou dicotomia atribuição/competência melhor explicitada em I do presente relatório. E é justamente esta uma das principais dificuldades com que o intérprete se depara, já que no cotejo das novas competências face à missão ainda a cargo do Estado, resta sempre uma dúvida mais que



razoável sobre a natureza e extensão das mesmas: estamos em presença de competências que passam a ser da exclusiva responsabilidade das autarquias ou, ao invés, as mesmas serão exercidas em concomitância com a Administração Central?

Neste ponto, e tomando apenas como exemplo as competências previstas no Decreto-Lei nº 101/2018 (solução material replicada na maioria dos outros diplomas de concretização), verificamos que os órgãos municipais passam a ter uma competência bastante genérica (abrangente, mesmo) nos domínios da reinserção social de jovens e adultos, na prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, rede de julgados de paz e no apoio às vítimas de crimes.

Assim, e perante a imprecisão conceptual acima apontada, torna-se difícil descortinar o alcance destas novas competências (atribuições?). Será que a inerente missão de serviço público recairá unicamente sobre as autarquias?

Estamos em crer que a resposta a uma tal interrogação não poderá deixar de ser negativa, contudo, a verdade é que, mesmo assim, ficou por definir o regime do financiamento e da alocação dos meios humanos e materiais necessários ao exercício de tais competências.

Em reforço do que ficou expandido e utilizando o exemplo de uma das competências expressamente contidas no referido diploma, a Rede de Julgados de Paz, o Município de Sintra pode usar a sua experiência pretérita para parametrizar as necessidades de uma prévia articulação com a Administração Central, até para efeitos da alocação dos recursos financeiros envolvidos.

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
nº 13

Ora, no caso dos Julgados de Paz, os mesmos foram instalados em Sintra depois de uma séria articulação e contratualização com o Estado, sendo que o funcionamento dos mesmos é assegurado com recursos humanos (atendimento) proporcionados pelo Município, enquanto que as demais e diversas outras vertentes são assumidas, até hoje, pelo Estado.

Assim, pergunta-se: continuará a ser esse o figurino ou, ao invés, passam a recair sobre o Município todas as responsabilidades decorrentes do funcionamento dos Julgados Paz?

Recorde-se que também nas demais temáticas do referido diploma (assim como nos restantes diplomas concretizadores, repete-se) existem necessidades de ponderação, concertação e, acima de tudo, “contratualização” das cargas de investimento, vertentes que não ficaram devidamente acauteladas.

No que especificamente concerne à “contratualização” no domínio da transferência das novas competências, a qual, dadas as especificidades envolvidas, sempre terá de ocorrer (estando, aliás, expressamente prevista em diversos dos diplomas em apreço, embora sob diferentes designações), estamos certos que a mesma deveria ter sido prevista pelo legislador como uma fase prévia à própria tomada de posição pelas autarquias relativamente à aceitação das novas competências.

Reunião de

11 JUN. 2019

Doc<sup>o</sup> Agendado com o

N<sup>o</sup> 13

Posto isto, e perante a natureza das missões de serviço público decorrentes dos diversos diplomas, encontram-se devidamente justificadas as dúvidas relativas aos recursos financeiros a alocar especificamente (isto é, relativamente a cada autarquia em concreto) pelo Estado à prossecução das novas competências, tornando temerária a assunção das inerentes

responsabilidades, sem a prévia definição e ponderação relativamente a tais recursos, para além da já aludida dificuldade da graduação e âmbito do seu exercício.

Neste particular, e independentemente dos resultados concretos, melhor seria que o Estado tivesse adotado em todos os diplomas de concretização (até porque é para isso que os mesmos se destinam) a solução reservada para os “setores” da educação e da saúde, os quais mereceram um cuidado com a definição preliminar dos encargos e demais parâmetros de enquadramento, a par da prévia audição de cada uma das autarquias, veiculando, desse modo a prévia ponderação das respetivas especificidades, dando assim cumprimento ao princípio da justa repartição dos recursos públicos.

Não foi essa, infelizmente, a solução adotada pelo legislador nas restantes situações, o que em muito contribuiu para as dificuldades interpretativas com que este Grupo de Missão se deparou, ante as sérias dúvidas existentes no plano do financiamento das novas competências e, igualmente importante, nos procedimentos futuros e na alocação dos meios humanos necessários ao seu exercício por parte da Autarquia.

Ora, como bem ensina Gomes Canotilho<sup>10</sup>, a garantia institucional da autonomia local impõe, de entre outros fatores, que as autarquias disponham de meios financeiros suficientes (para o desempenho das atribuições de que são constitucional e legalmente incumbidas) e autónomos e que gozem de autonomia na gestão desses meios (autonomia financeira).

---

<sup>10</sup> *Constituição da República Portuguesa Anotada, Coimbra*, pp 889

O mesmo autor<sup>11</sup> refere ainda que o princípio da justa repartição dos recursos públicos (nº 2 do artigo 238º da CRP) implica designadamente que a transferência de novas tarefas do Estado para as Autarquias requer a dotação financeira correspondente, sendo que na sua componente “horizontal”, o princípio do equilíbrio financeiro pressupõe a existência de critérios objetivos fixados na lei para a repartição da contribuição financeira do Estado entre as autarquias do mesmo grau, devendo esses critérios ser igualmente levados em linha de conta para efeitos de aferição dos diferentes graus de necessidade (número de municípios, área, tipologias de carências de equipamento, etc)

Salvo melhor entendimento em contrário, o processo de transferência de novas competências não proporciona o detalhe mínimo necessário à parametrização das respetivas consequências financeiras, procedimentais e materiais, com particular destaque em sede dos recursos humanos envolvidos.

A este propósito, e em reforço do que ficou expendido, recorde-se que a Lei nº 58/2018, de 21 de agosto, em sede de criação da Comissão Independente para a Descentralização, veio conferir a esta estrutura de diversas missões, tendo a mesma ficado expressamente incumbida de incluir no respetivo estudo a delimitação específica das competências próprias do nível infra estadual, assim como a avaliação dos recursos e meios, próprios e a transferir, ajustados às competências a definir e ao seu cumprimento (artigos 1º e 2º).

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
nº 13

De igual modo, e certamente que com vista a dar resposta às dúvidas existentes no domínio do financiamento do exercício das novas

---

<sup>11</sup> *In op cit*, pp 890

competências, a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2019 continha um artigo 69º, subordinado à epígrafe “Fundo de Financiamento da Descentralização”(FFD), onde se estatuiu que seriam publicados, através de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e de cada área setorial, os mapas com os montantes do FFD, provenientes de dotações inscritas nos programas orçamentais e no orçamento da segurança social, a transferir para as autarquias locais e entidades intermunicipais.

Contudo, tal intenção e inciso legal não viriam a constar na Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2019), o que em muito prejudica a concretização da transferência das novas competências, ante a incerteza do financiamento do respetivo exercício.

2.

Considerando os diversos contributos expendidos a propósito de cada um dos diplomas de concretização da transferência de competências (II do presente Relatório), e apesar das dificuldades interpretativas e da ausência de parametrização normativa do objeto e extensão das mesmas, o Grupo de Missão entende que o exercício das novas competências (e sem levar em conta a vertente da educação) envolveria as seguintes consequências:

- A necessidade de recrutamento de um total de cerca de 181 novos trabalhadores, distribuídos pelas diversas categorias (técnico superior, coordenador técnico, assistente técnico, assistente operacional, polícia municipal e fiscal municipal), com um encargo anual estimado em cerca de 2 456 258, 83 € (conforme anexos referentes aos recursos humanos, constantes do presente relatório e que aqui damos como integralmente reproduzidos).

Reunião de

11 JUN. 2019

Docº Agendado com o  
nº 13

- No que concerne aos novos procedimentos a adotar, os mesmos sempre importariam na correspondente “ampliação” das “atribuições” das respetivas unidades orgânicas, a par da criação de novas estruturas ao nível de Divisão ou Departamento, conforma vem relatado em II.

A adaptação da estrutura orgânica dos serviços municipais teria assim de levar em conta as necessidades decorrentes da “absorção” das novas competências, sendo que a alteração dos procedimentos deveria concretizar a implementação dos fluxos procedimentais necessários à cabal prossecução das missões de serviço público envolvidas, o que se torna um exercício prospetivo de difícil concretização (impossível, diríamos nós) ante a natureza fluida e genérica reservada pelo legislador em sede da definição das novas competências, mormente quanto ao seu âmbito e extensão.

- Quanto à totalidade das repercussões financeiras, considerando tudo o que ficou aduzido (essencialmente em sede dos contributos alinhados pelas diferentes unidades orgânicas), resulta pacífico concluir que as mesmas não são passíveis de aferir em toda a sua amplitude, contudo e nas áreas em que se afigurou viável proceder a uma ponderação minimamente objetiva, poderemos indicar que a aceitação das novas competências geraria o já acima enunciado encargo anual com recursos humanos, assim como os encargos decorrentes dos custos de funcionamento e de contexto inerentes às atividades em questão, designadamente com a aquisição de novos equipamentos informáticos e de cerca de 22 viaturas ligeiras, 5 viaturas todo-terreno e dois motociclos.

Reunião de

11 JUN. 2019

Docto Agendado com o  
Nº 13

3.

No que especificamente concerne à transferência de competências no domínio da educação (Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro), importa salientar que da sua aceitação resultará a obrigação de recrutamento de cerca de 394 novos trabalhadores (categorias de técnico superior, assistente técnico e assistente operacional), gerando um encargo anual estimado de cerca de 4 862 090, 55 € (conforme anexo referente aos recursos humanos, constante do presente relatório e que aqui damos como integralmente reproduzido), ao que acrescem os encargos de contexto (aquisição de 4 viaturas e disponibilização de um novo espaço/armazém) decorrentes das necessidades referidas no contributo da unidade orgânica competente (conforme relatado em II- I)).

A este propósito (mormente no que respeita ao funcionamento dos estabelecimentos de educação), da pronúncia elaborada pela unidade orgânica competente resulta que os custos identificados pelo Ministério da Educação estão alinhados com os dados recolhidos junto das direções dos diversos agrupamentos de escolas, sendo mesmo viável obter uma diminuição significativa de custos, atendendo à inclusão das escolas nos processos de aquisição do Município.

Ainda segundo a unidade orgânica competente, as transferências de competências no domínio da educação encontram-se enquadradas nos moldes já existentes (vd. Contrato de execução nº 486/2009) ou estarão salvaguardadas as transferências financeiras necessárias à sua concretização.

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o

No que respeita às necessidades de alterações à estrutura, os serviços relatam unicamente a necessidade de criação, no âmbito do Departamento

de Educação, de uma secção de logística e gestão de recursos materiais e de um núcleo de educação e qualidade alimentar.

Em função do que vem referido, e atento o que foi relatado pela unidade orgânica competente, resulta que o processo de transferência de competências no domínio da educação foi mediado pela prévia concertação com a Administração Central (o que em muito foi facilitado pela preexistência do aludido contrato de execução nº 486/2009 e experiência daí decorrente), situação que permite à Autarquia aceitar com relativa segurança as competências previstas no Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, o que desde já se propõe.

4.

Quanto à transferência de competências no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização, prevista no Decreto-Lei nº 106/2018, de 29 de novembro, e tal como vem relatado em II-C) do presente relatório, o Município ficará com a responsabilidade por todos os encargos necessários à recuperação do edificado, bem como por todas as despesas com a sua conservação e manutenção, com possibilidade de recurso a financiamento europeu (artigo 9º).

A unidade orgânica competente refere, ainda, que os imóveis só serão rececionados após comunicação prévia a emitir pelo Município (artigo 5º), o que assegura um controlo razoável por parte da Autarquia, tudo a levar a concluir que a aceitação da transferência destas competências terá unicamente os impactos financeiros correspondentes à valorização dos imóveis abrangidos pelas comunicações prévias do Município, não sendo necessária qualquer alteração à estrutura dos serviços municipais.

Reunião de

11 JUN. 2019

Docº Agendado com o  
Nº 13



Posto isto, e em face da posição assumida pela unidade orgânica competente, entende o Grupo de Missão que estão reunidas as condições para a aceitação das competências a transferir no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização, o que se propõe.

-V-

## CONCLUSÕES E PROPOSTA

A lei nº 50/2018, de 16 de agosto, assim como os diversos normativos de concretização da transferência das novas competências, concedem às autarquias a “prerrogativa” de declinar tal transferência, se bem que somente até ao próximo ano de 2020, isto é, a partir de 1 de janeiro de 2021, consideram-se transferidas todas as competências previstas na referida Lei-quadro.

No entanto, a verdade é que a natureza vaga e indeterminada de algumas das competências, mantida na maioria dos diplomas de concretização, a par da tendencial ausência de uma prévia e rigorosa definição dos recursos financeiros e humanos a alocar (ou pelo menos dos critérios a adotar para esse efeito), tornam difícil aferir as consequências inerentes à transferência dessas competências e, principalmente, descortinar se a prossecução das inerentes missões de serviço público ocorrerá nos exatos termos atualmente desenvolvidos pelo Estado.

Reunião de

11 JUN. 2019

Ainda mais importante: a transferência das novas competências em apreço determinará que passe a ser imputada à Autarquia a responsabilidade pela prossecução das mesmas, quando é certo que a atividade prestacional envolvida, atento o princípio da subsidiariedade, deve ser imperativamente melhorada. Para isso, torna-se mister uma criteriosa definição e alocação

Docto Agendado com o  
apreço 13

dos meios necessários para o efeito, o que não foi suficientemente acautelado pelo legislador.

De igual modo, também não se afigura adequada a previsão genérica da outorga de contratos, acordos de execução ou outros instrumentos equivalentes, a firmar em momento subsequente ao exercício da opção de aceitação das novas competências, porquanto, no limite, tal poderá vir a colocar a Autarquia em eventual situação de “alcance”, ante a ausência de uma definição prévia dos recursos públicos a alocar (a transferir pelo Estado, entenda-se).

Ainda neste particular, urge ter em devida linha de conta que a “força negocial” da Autarquia em sede da preparação dos futuros acordos ou contratos de execução necessários à concretização da transferência de competências, previstos em alguns dos diplomas, será certamente diferente consoante estejamos perante uma transferência de competências aceite voluntariamente ou, ao invés, em presença de uma competência imperativamente imposta por lei e desalinhada com a real vontade do Município.

Acresce que o exercício da “prerrogativa” de não aceitação da transferência de novas competências sempre concederá ao Município um período de tempo mais dilatado, com vista à preparação e negociação das condições necessárias ao exercício das mesmas.

Reunião de

11 JUN. 2019

Docto Agendado com o  
no 13

Uma vez aqui aportados, urge alertar que a transferência “forçada” de uma qualquer nova atribuição (o que não raras vezes sucede em diplomas “avulsos”) é uma iniciativa cujos resultados, em última linha, só podem ser imputados à vontade do legislador. Outra coisa sucede quando o

“destinatário” da nova competência se vincula, volitivamente, ao exercício da mesma, principalmente quando não está de posse de todos os elementos necessários à prévia ponderação de tal decisão, caso em que só a ele pode ser assacada a responsabilidade pelo indevido cumprimento da missão de serviço público envolvida ou, pelo menos, pela não melhoria da respetiva atividade prestacional.

Em boa verdade, os princípios que norteiam o nosso sistema jurídico-constitucional fazem com que a descentralização constitua um dos seus pilares essenciais (diríamos mesmo que a sua “marca d’água”), contudo a transferência de competências (atribuições) deve ser concretizada com o devido enquadramento e a necessária preparação, com vista à otimização dos resultados decorrentes da prossecução das missões de serviço público, assegurando dessa forma, o seu objetivo: a satisfação das respetivas necessidades coletivas.

### **Proposta**

Face ao que ficou expendido, mormente ante os contributos alinhados em função das unidades orgânicas que materialmente poderão ficar incumbidas da prossecução das novas competências, urge assim formular a proposta de metodologia a adotar pelo Município relativamente a cada um dos diplomas.

Reunião de

11 JUN. 2019

**Assim, e no cumprimento do determinado nos Despachos n.ºs 2º e 14-<sup>Docto Agendado com o</sup> 13**  
**P/2019, propõe-se:**

» **Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro** (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres) – **Não aceitação;**

» Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo) – **Não aceitação**;

» Decreto-Lei n.º 99/2018, de 28 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da promoção turística) – **Não aceitação**;

» Decreto-Lei n.º 100/2018, de 29 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação) – **Não aceitação**;

» Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça) – **Não aceitação**;

» Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento) – **Não aceitação**;

» Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro - (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários) – **Não aceitação**;

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13

» Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro - (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão) – **Não aceitação;**

» Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro – (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação) – **Não aceitação;**

» Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro - (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização) – **Aceitação;**

» Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro - (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público) - **Não aceitação;**

» Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro - Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos) – **Não aceitação;**

» Decreto-Lei n.º 21/2019, –de 30 de janeiro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação) - **Aceitação;**

» Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro (Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios no domínio da cultura) – **Não aceitação;**

Reunião de  
11 JUN. 2019  
Docto Agendado com o  
Nº 13

» **Decreto-Lei n.º 23/2019**, de 30 de janeiro- (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde) – **Não aceitação;**

(Em tese, a pronúncia relativamente a este diploma estaria dependente da publicação do Despacho conjunto previsto no diploma (o que ainda não sucedeu), no entanto, consultado o site da DGAL, verifica-se que está igualmente aberta a submissão da declaração de aceitação, pelo que se propõe a pronúncia supra).

» **Decreto-Lei n.º 32/2019**, de 4 de março- (alarga as competências dos órgãos municipais do policiamento de proximidade) – **Não aceitação, embora sem prejuízo do cumprimento das disposições legais imperativas que dele decorram;**

» **Decreto-Lei n.º 44/2019**, de 1 de abril – (concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção civil) – **Não aceitação, embora sem prejuízo do cumprimento das disposições legais imperativas que dele decorram;**

» **Decreto-Lei n.º 58/2019**-, 30 de abril-(Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular e de transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores) – **Não aceitação;**

» **Decreto-Lei n.º 72/2019**, de 28 de maio- (Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio e dos portos ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais principais e secundários e gestão das áreas sob jurisdição portuária sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva e de áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária) – **Não aceitação.**

Sintra, 5 de junho de 2019

Reunião de

11 JUN. 2019

Docº Agendado com o 103  
Nº 13

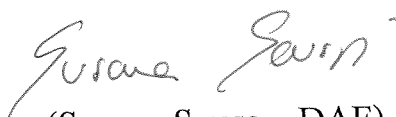
## O GRUPO DE MISSÃO




(Paulo Gomes – GPR)




(Sandra Brito - DJUR)



(Susana Sousa – DAF)



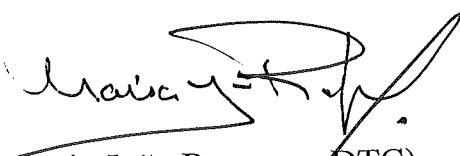
(Ana Couto – DSI)



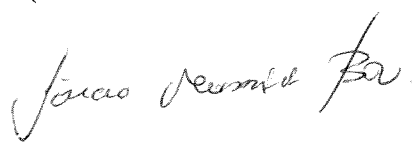
(Teresa Mesquita -DRH)




(Manuel Lage -DSE)



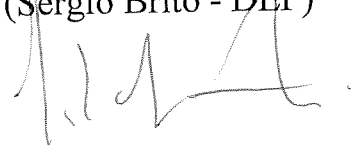
(Maria João Raposo – DTC)




(Sérgio Brito - DEP)




(Sandra Viegas – DTRA)



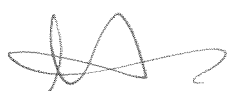
(Carlos Fernandes - GAEM)




(Isabel Cardoso - GAEU)




(Lúcia Bernardes - GAMQ)



(Moisés Afonso – DPMF)



(João Maia - SMPC)



(Frederico Eça – DED)



(Alberto Garcia -GMVM)

Reunião de

11 JUN. 2019

Doctº Agendado com o  
Nº 13